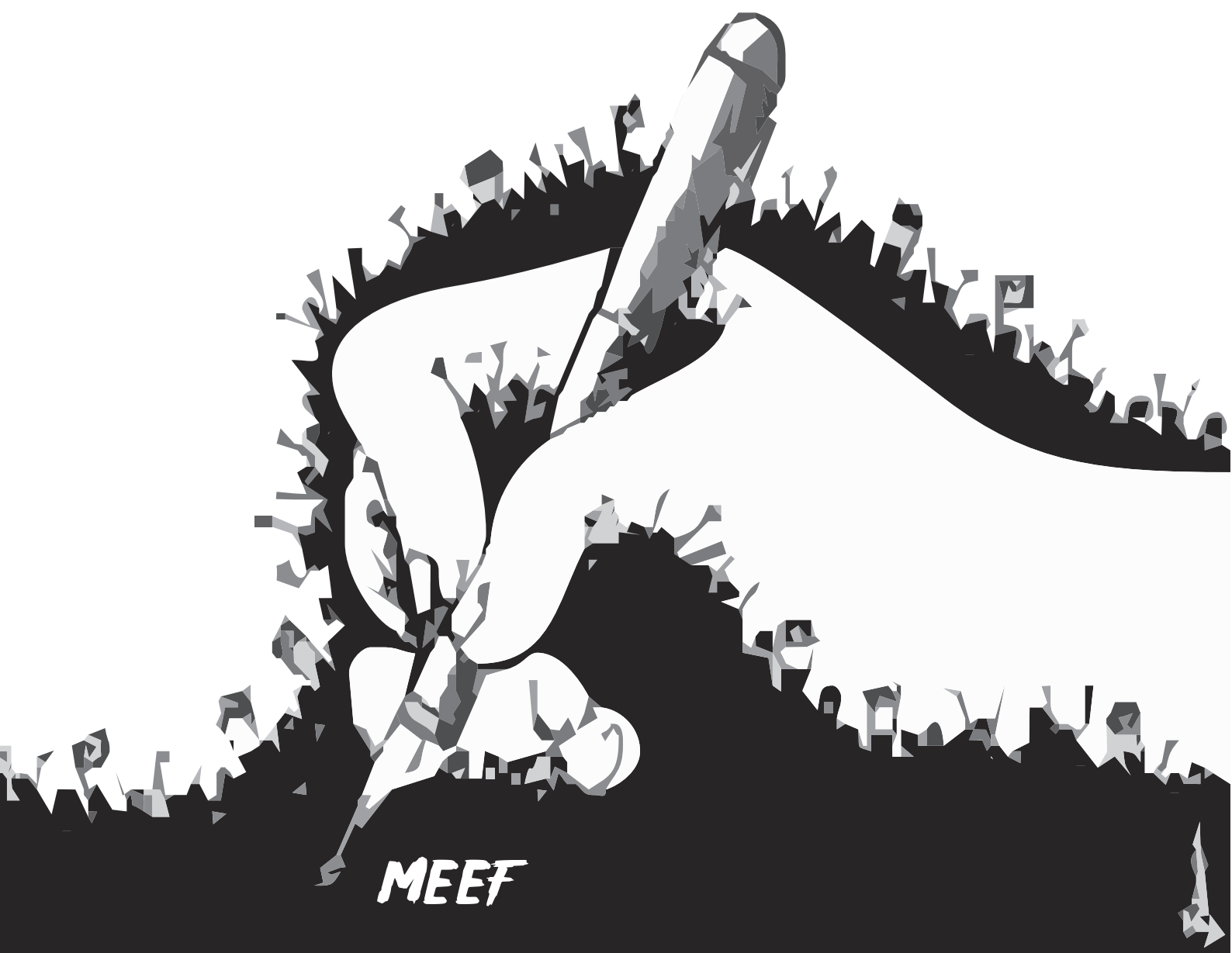


EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Gestão 2012-2013



CADERNO DE DEBATES

Volume XV



Realização

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012-2013



CADERNO DE DEBATES

VOLUME XV

2013

CANÇÃO DO REMENDO E DO CASACO

(Bertolt Brecht)

Sempre que o nosso casaco se rasga
você^s vêm correndo dizer: assim não pode ser;
isso vai acabar, custe o que custar!

Cheios de fé vão aos senhores
enquanto nós, cheios de frio, aguardamos.

E ao voltar, sempre triunfantes,
nos mostram o que por nós conquistam:

Um pequeno remendo.

Ótimo, eis o remendo.

Mas onde está

o nosso casaco?

Sempre que nós gritamos de fome
você^s vêm correndo dizer: Isso não vai continuar,
é preciso ajudá-los, custe o que custar!

E cheios de ardor vão aos senhores
enquanto nós, com ardor no estômago, esperamos.

E ao voltar, sempre triunfantes,
exibem a grande conquista:

um pedacinho de pão.

Que bom, este é o pedaço de pão,
mas onde está

o pão?

Não precisamos só do remendo,
precisamos o casaco inteiro.

Não precisamos de pedaços de pão,
precisamos de pão verdadeiro.

Não precisamos só do emprego,
toda a fábrica precisamos.

E mais o carvão.

E mais as minas.

O povo no poder.

É disso que precisamos.

Que tem você^s

a nos dar?

SUMÁRIO

5 EDITORIAL

6 **PARA A RUA... PROTESTAR! FOGUEIRAS, VINAGRE, BANDEIRAS, NEGRAS OU VERMELHAS. NENHUM PASSO ATRÁS! LUTAR!**

Guilherme Stürmer Lovatto e Marina El Hajjar Meneghel

19 **“DA COPA, DA COPA, DA COPA EU ABRO MÃO... EU QUERO MAIS DINHEIRO PRA SAÚDE E EDUCAÇÃO”**

Rian Rodrigues, Pedro dos Santos e Matheus Castro

31 **AS OPRESSÕES A SERVIÇO DA EXPLORAÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PELA SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE CLASSISTA, POR UM SISTEMA SOCIALISTA!**

Julia Leite e Karen Moraes dos Santos

51 **A LUTA PELA FORMAÇÃO UNIFICADA... EM DEFESA DA LICENCIATURA AMPLIADA**

Manoel Silva e Caroline Roque

59 **ENTRE BALAS E PALAVRAS: A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Mateus Ballardín

70 **A RELAÇÃO ESPORTE E SAÚDE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Luiz Carlos Pinto do Amaral Junior e Ediberto Ferreira de Almeida (Êgo)

81 **REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DEMOCRATIZAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR À ORDEM DO CAPITAL?**

Katia Regina Souza Lima

92 **CARTAS, NOTAS E MOÇÕES DA GESTÃO 2012-2013**

ExNEEF

ExNEEF 2012-2013

Coordenação Nacional

Coordenação Geral: Marina El Hajjar Meneghel (UFRGS) e Vinícius Menegardo Nunes (UFES)

Coordenação de Finanças: Guilherme Sturmer Lovatto (UFESM) e Luiz Carlos Pinto do Amaral Junior (UEFS)

Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão: Rian Ferreira Rodrigues (UFRJ) e Paula Andréia Almeida Falcão (UFG)

Coordenação de Imprensa Divulgação: Ediberto Ferreira de Almeida (UEFS) e Manoel de Espírito Santo Silva Junior (UFPA)

Coordenação Regional 1 (SP)

Matheus Brasio Marques
Tatiana Bahov Perfeito
Carlos Eduardo Dall'Agata Filho
Marcela Darido
Valéria Couto Silva
Ci Iakowsky Barbosa
Thiago Ono da Silva

Coordenação Regional 2 (RJ, ES, MG)

Julia Leite (UFRJ)
Pedro Santos (UFRJ)
Herman Klitzke (UFES)
Fábio Gonçalves Gomes (UFES)
Monique Grossi (UFF)
Giovane Nobre (UFF)
Lucas Siqueira (UFF)
Wilians Douglas (UFRRJ)

Coordenação Regional 3 (AL, BA, CE, MA,

PB, RN, SE)

Tainã Oliveira Soares da Silva (UECE)
Nívia De Moraes Bispo (UNEB Alagoinhas)
Jeferson de Souza Pontes Muniz (UEFS)
Wilian Pereira Carneiro (UEFS)
Willy Rennet Silva Dias (UFC)
Jaiane Soares dos Santos (UECE)
Rafael Gomes de Souza Pompílio (UPE)
Sérgio Bruno Freitas Saraiva (UECE)
Marcelo Marcelino dos Santos Silva (UFPE)
João Victor Cruz Beijar (UFRPE)

Regional 4 (AM, AP, MA, PA, PI, RR)

André Miranda
Brenda Furtado (UFPA)
Bianca Brabo (UEPA)
Átila Nascimento (UEPA Belém)
Igor Barbosa (UEPA)
Willians Gama (UEPA-Tucuruí)
Anthonny Veiga (UEPA)
Leandro Carvalho
Ingrid Rayana da Silva Lima (UNIFAP)
Adriana Lopes (UEPA Tucuruí) -

Regional 5 (DF, GO, MS, MT, RO, TO)

Fernando Medeiros Mendonça (UFG Goiânia)
Pamella Gomes de Brito (UFG Goiânia)
Luciano (UEG Goiânia)

Regional 6 (PR, SC,RS)

Marcia Guterres Weirich (UFRGS)
Mateus Ballardín (UFRGS)
Caroline Roque (UFESM)
Kauê Hahn (UFSC)
Felipe de Marco Pessoa (UFSC)
Andrea Cristina Motta de Macedo (UFPR)
Mariana Tolentino dos Santos (UFPR)
Mateus Soares (UNIJUÍ)
Diego Arthur (UNIVALI Itajaí)

Editorial

Há pouco mais de vinte anos, a juventude brasileira, com suas caras pintadas, protagonizava um dos maiores processos políticos que vivenciamos na história recente de nosso país, o Fora Collor, que levou ao impeachment do então presidente da república. Naquele mesmo ano surgia a entidade nacional representativa dos Estudantes de Educação Física, a ExNEEF, que tem por objetivo organizar e executar as demandas colocadas pelo Movimento Estudantil de Educação Física, que já em seu segundo ano de existência deu início a construção do projeto Caderno de Debates, visando contribuir e difundir o conhecimento produzido e referenciado pelo Movimento.

Passados esses pouco mais de vinte anos, a juventude brasileira, com suas caras tapadas (ou não), volta a protagonizar e assumir as rédeas políticas da história do país, com as manifestações em massa que iniciaram concomitantemente a realização da copa das confederações, tendo como fagulha a tarifa dos transportes “públicos”, mas que logo incendiou, literalmente, as ruas com um acúmulo de pautas que colocou em xeque a totalidade das relações em nossa sociedade; políticas, econômicas e culturais.

Aquele desprezioso projeto iniciado em 1994, o Caderno de Debates, perdurou, e apresentamos aqui, nesse rico cenário político que vivenciamos, o seu XV volume. Assim, como as ruas, este volume procura abordar uma gama de debates que o Movimento Estudantil de Educação Física vem construindo ao longo de sua existência.

O primeiro texto visa contribuir com uma análise da situação política no Brasil, situando seus principais sujeitos sociais, e os processos históricos vivenciados pela classe trabalhadora, que vem conformando sua atuação e organização na luta de classes. O texto seguinte procura abordar a questão dos megaeventos esportivos e suas relações com a crise estrutural vivenciada pela sociedade capitalista. Já o terceiro, trata de uma questão por vezes relegada à segundo plano, mas que cada vez mais vem demonstrando ser necessário o debate, a questão das opressões e suas diversas formas de se manifestar em uma sociedade de classes. Na sequência, o texto sobre formação e licenciatura ampliada, retomando e dando continuidade ao acúmulo produzido pelo MEEF sobre essa temática. O quinto texto, trata da questão da criminalização dos movimentos sociais e a relação com alguns aparatos de manutenção da ordem vigente, a mídia e o Estado. O sexto, objetiva algumas aproximações com o debate da relação entre esporte e saúde, temas do cotidiano dos professores de educação física e que nem sempre perpassa pelas lentes da crítica. Por fim, o caderno reproduz um texto da Professora Kátia Lima, de quase uma década atrás, mas que permanece atual para compreendermos o modelo precarizante e privatizante da contrarreforma universitária continuada pelos sucessivos governos, e ainda, as notas, cartas e moções construídas pela ExNEEF ao longo da última gestão, posicionando-se frente os processos de luta vivenciados no último ano.

Certos dos limites desse projeto, desejamos a todos e a todas uma boa leitura, que as pequenas reflexões apresentadas contribuam na formação, organização e luta de uma nova geração de militantes, que ainda ousa sonhar com futuros onde a barbárie dará lugar à humanidade.

PARA A RUA... PROTESTAR! FOGUEIRAS, VINAGRE, BANDEIRAS, NEGRAS OU VERMELHAS. NENHUM PASSO ATRÁS! LUTAR!¹

Guilherme Stürmer Lovatto²

Marina El Hajjar Meneghel³

“Eu pago, não deveria transporte não é mercadoria!”

“Da copa eu abro mão, eu quero investimento em saúde e educação!”⁴

Com as palavras acima, a juventude brasileira saiu às ruas em todo país nas jornadas de junho e julho levantando principalmente a bandeira da redução da tarifa de ônibus e agregando outras pautas como a luta pela educação e pela saúde pública, pelo direito a cidade e ao lazer.

Sob o escopo da luta pela redução da tarifa, os manifestantes em meio a Copa das Confederações extrapolaram a pauta puramente econômica e expressaram a indignação frente ao atual estágio de precarização e privatização do modo capitalista de vida que vivemos.

Nas ruas, a juventude levantou as bandeiras em defesa da educação pública – como a defesa de 10% do PIB para a educação pública já, o pagamento do Piso Salarial dos Professores no RS, a defesa da saúde pública – como a luta contra a EBSEH e a precarização do SUS e a negação da vinda dos megaeventos esportivos para o Brasil.

Com isso, demonstrou que a prioridade do governo federal e estaduais tem sido a de governar dando prioridade para o crescimento dos lucros de banqueiros e empresários, enquanto deixa a míngua trabalhadores e juventude que vivenciam cada vez mais ataques como a retirada de direitos, a privatização da vida e a crescente criminalização das populações negras, periféricas, indígenas, não heteronormativas e dos movimentos sociais.

As mobilizações de junho e julho, apesar de em grande parte serem compostas pela juventude estudantil e universitária, encamparam também a juventude trabalhadora e por agregarem bandeiras antigas das lutas dos movimentos sindicais e sociais, não podem, como bem se tentou por setores ligados ao governo petista, ser caracterizadas como manifestações de “coxinhas” ou que colocam a direita como alternativa política na sociedade.

São sim, mobilizações populares que carregam em si as contradições de um período de despolitização e cooptação dos movimentos sociais no Brasil, que se expressam tanto por palavras de ordem como o fim da corrupção e a defesa de mobilizações sem partidos políticos, mas que em suma reafirmaram posições já defendidas pela esquerda combativa e que por consequência disso, foram e devem ser disputadas.

Em primeiro lugar, podemos dizer que as mobilizações de junho e julho, reafirmaram que, longe do que a pós-modernidade ou os apologéticos neoliberais do sistema teimam em dizer, ainda vivemos em uma sociedade capitalista, na qual o lucro opera acima das necessidades da vida e que, nas palavras de Marx e Engels:

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX E ENGELS, p. 84, 2005).

Ao afirmarmos isso, podemos dizer que a saída de milhares de pessoas às ruas em junho e julho desvelou o mito de uma sociedade democrática e com justiça social, da qual tudo pode ser pensado e construído a partir de “consensos”, reafirmando o papel da classe trabalhadora nas lutas em torno de demandas imediatas, como saúde, transporte e educação e pela transformação radical da realidade.

Em segundo lugar, demonstrou que o aparato policial em nada atua na realidade sob a justificativa de defesa da população, mas sim na defesa dos interesses da burguesia. Como vivenciamos nos relatos e nos atos que participamos, a polícia atua na defesa da propriedade privada, jogando bombas de efeito moral e atirando balas de borracha contra aqueles que supostamente deveria proteger. Mesmo assim, a ida às ruas e a manutenção das mobilizações, muitas vezes com confrontação entre polícia e manifestantes foi um dos saldos políticos desse período, ao verem esses sujeitos agredindo manifestantes e defendendo a propriedade privada a população de classe média conseguiu ver de fato a atuação do setor repressivo do Estado.

Um terceiro elemento que não pode ser negado é a exposição do papel da mídia hegemônica na divulgação de uma parcela das mobilizações, atuando na tentativa de estabelecer um “consenso” social que legitima a opressão e a exploração. De início a mídia, cujo sua maior representante é a Rede Globo, atuou criminalizando os manifestantes, forjando situações através da edição das matérias, não deixando a população ter acesso à realidade dos atos. Quando os protestos atingiram a casa dos milhões, começou a reivindicar que a mobilização tinha caráter nacionalista e por último não conseguindo dar direção ao movimento passou a querer separar o joio do trigo, afirmando que os vândalos e os partidos políticos deveriam ser limados das mobilizações.

A rechaça a estes aparatos ideológicos da burguesia, como manifestaram as palavras de ordem “*O povo não é bobo, abaixo a rede globo!*”, e a tentativa de estabelecer uma mídia independente, como se revelou através da *Mídia Ninja*, são outros elementos que contribuem para o avançar da consciência e da luta de classes no país.

O quarto elemento, que nos permite avançar na análise de conjuntura aqui exposta, é de que as mobilizações expressaram o descontentamento com um projeto de nação e desenvolvimento que tem sido encabeçado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Com esse descontentamento, demonstrou que a juventude e os trabalhadores vêm a institucionalidade como um espaço falido, que ao ser negado, mostra que a luta deve ser feita nas praças, nas ruas e nas ocupações de espaços públicos. Esta luta, que aponta para a perspectiva de ruptura com o modo do capital é a que apresenta vitórias, como ocorreu na redução da tarifa de ônibus em 11 capitais e mais de 44 cidades brasileiras.

Importante salientar que não entramos na discussão com partidos neoliberais, de direita (PSDB, PMDB, PP, DEM, etc), que se utilizaram do período histórico para desconstruir o PT e se autoconstruir, de forma oportunista. Não entramos nesse debate, pois não acreditamos que esses partidos e que essa concepção de mundo visa transformar a realidade desigual a qual estamos subsumidos. Ao mesmo tempo não compactuamos com aqueles que defendem que haverá um golpe da direita e que por isso as críticas ao PT não devem ser feitas, ou devem ser minimizadas, pelo contrário. Para aqueles que visam construir um projeto histórico socialista, devemos ver os limites do Programa Democrático Popular (PDP), programa construído pela classe trabalhadora, mas que não tem se efetivado e não tem dados resultados positivos para a classe.

10 anos de Governo Democrático e Popular: um pacto a favor dos empresários

Há 10 anos o PT assumia na figura de Luís Inácio Lula da Silva a presidência da república sob o slogan “*A esperança vai vencer o medo!*”. O slogan dialogava com a esperança de mudanças que a classe trabalhadora brasileira depositava naquela que foi a maior expressão política das lutas operárias e contra a ditadura que a classe produziu: o PT e o PDP.

Apesar disso, carregava em si aquilo que a *Carta ao Povo Brasileiro*⁵, lançada dias antes do início da campanha presidencial já expressava: a manutenção da política econômica dos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a manutenção dos acordos internacionais com o Banco Mundial e o FMI, e a criação de um consenso social capaz de pacificar e cooptar a classe trabalhadora.

Durante os 10 anos de governo de Lula da Silva e Dilma Rousseff, tem-se escutado o mito de que o país se desenvolve economicamente articulado com a superação das desigualdades sociais, com programas sociais como o Bolsa Família e o Brasil Carinhoso, nos quais estaria se dando a divisão das fatias do dito “bolo do desenvolvimento”.

Apesar disso, durante estes 10 anos, temos visto junto a esta promessa de desenvolvimento e superação das desigualdades sociais, a crescente elevação das contradições, com a manutenção e ampliação do desemprego estrutural e da precarização das condições de trabalho, uma política nefasta de privatizações e de retirada de direitos sociais, como a previdência, a saúde e a educação. O tal desenvolvimento é desigual e combinado, pois ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora tem adquirido bens que antes não poderia comprar, essa aquisição vem juntamente com uma carga de dívidas, conforme dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do SPC Brasil, nos últimos cinco anos o endividamento dos brasileiros está crescendo a um ritmo de 20% ao ano⁶.

Vivenciamos diariamente a forma perversa de acumulação do capital, que hoje se dá através da retirada de direitos da classe trabalhadora. Como demonstra Harvey:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY 2003).

Em 2004, vivenciamos a Reforma da Previdência, a qual ampliou a idade de aposentadoria e incentivou a expansão dos planos privados de aposentadoria, o que para nós juventude que irá se inserir no mercado de trabalho representa a perspectiva de viver uma vida inteira para trabalhar e ainda morrer trabalhando.

Em 2007, no âmbito da universidade dá-se o aprofundamento da política da contrarreforma universitária através da implementação verticalizada e autoritária via decreto presidencial do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual sob a justificativa de ampliação do financiamento coloca planos de metas empresariais para a universidade e que acabam se manifestando na precarização das condições de trabalho manifestada na greve das federais no ano de 2012.

Neste mesmo ano, já no segundo mandato do governo Lula/PT, os dados do IBGE apontam que no Brasil existiam cerca de 8 milhões de desocupados a procura de emprego, 50% dos trabalhadores exerciam alguma atividade sem carteira assinada ou contribuição previdenciária e cerca de um milhão de crianças com idade entre 5 e 13 anos vivenciavam o trabalho escravo.

Em meio a isso, o governo dava início com a vinda do Pan-americano ao Brasil, da política de construção de um país olímpico, o que virá a ocorrer com a vinda da Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas em 2016 e diversos outros megaeventos esportivos que manifestam a prioridade do governo petista com as demandas do empresariado e do capital internacional.

Apesar de todos estes ataques a juventude e a classe trabalhadora não citados aqui, e que demonstram o caráter de classe do governo e do estado brasileiro, observamos que os governos de Lula e Dilma ainda possuem um forte apoio e aprovação popular e que já atingiu a marca de 70% da população brasileira segunda pesquisas do próprio IBGE⁶.

Com isso, cabe nos perguntar, o que faz com que o PT ainda seja referência da classe no Brasil e como ainda apesar do aprofundamento das políticas neoliberais que colocam em risco própria vida humana, sua política de democracia de cooptação não foi superada?

A resposta, apesar de complexa, é simples: o PT mudou. Mudou e com ele a perspectiva de ruptura com o capital foi sendo deixada de lado para ocupar espaços na institucionalidade burguesa. De representante dos trabalhadores e da juventude na luta contra o capital, passou a ser representante do capital para os trabalhadores⁶.

Apesar disso, a sua mudança carregou consigo a inserção nas organizações de luta da

classe e a esperança em um projeto, o PDP, que hoje dialoga com as necessidades do capital: tornar o capitalismo mais humano, com a criação de consensos entre aqueles que possuem interesses antagônicos. O PT e todas as organizações que são fruto de seu ciclo de lutas, como o PC do B e o PSB, procuraram se inserir nos espaços da ordem para promover mudanças sociais, acabaram com isso se burocratizando, despolitizando as massas trabalhadoras e conseqüentemente se transformando em defensores e administradores da ordem do capital, apesar de tudo, com forte referência nas massas.

Esta perspectiva pode ser vista nas mobilizações de junho e julho. Enquanto saíamos às ruas para reivindicar a não vinda da copa do mundo ao Brasil, a ampliação de investimentos em saúde e educação, e a redução das tarifas de ônibus, a presidente Dilma Rousseff em resposta as mobilizações propôs após reduzir em 20% a cobrança de impostos aos empresários dos transportes, um novo pacto social, no qual, em seus cinco pontos, defende uma política de flexibilização dos direitos sociais, ampliação das privatizações e dos benefícios aos empresários, enquanto propagandeia o mito de uma Reforma Política que tem por objetivo afastar as mobilizações das ruas, canalizá-las e enxugá-las para dentro dos espaços da ordem burguesa, tirando em suma a sua radicalidade.

Isto demonstra mais uma vez, que o governo do PT e junto a eles o conjunto de organizações do seu ciclo de lutas, em nada tem a contribuir para a superação dos problemas estruturais que a classe trabalhadora enfrenta. Além disso, apresenta a falência da perspectiva etapista defendida pelo PDP como alternativa política viável para a ruptura com o modo de produzirmos e reproduzirmos a vida que o capital no apresenta.

Condições Objetivas: se o capitalismo não tem nada a nos oferecer, então que morra!

Apesar das críticas ao modelo de sociabilidade petista e seus representantes no movimento social, estudantil e sindical, acreditamos que esta não deve se resumir apenas à perspectiva de governabilidade que muitos setores da própria esquerda têm desenvolvido.

Tal crítica é endereçada a estas organizações devido ao processo de transformismo e conseqüente despolitização que acarretam na juventude e na classe trabalhadora, que tem servido a manutenção do sistema do capital. Por conta disso, deve se expandir para além das organizações e abarcar todo o modo de vida.

Assim, não acreditamos que a solução para os problemas apresentados encontra-se na mudança de representantes nos cargos de prefeitos, vereadores, governadores, deputados ou presidente. Entendemos que os problemas encontram sua raiz na própria dinâmica do capital se reproduzir e não na substituição dos governos petistas por qualquer outro que se coloque a esquerda.

Esta dinâmica que coloca a produção e reprodução do lucro acima da produção e reprodução da vida humana, tem apresentado seus limites históricos através da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, da destruição da natureza, do desmonte sistemático dos direitos sociais e da manifestação da cultura sobre bases pós-modernas.

Esta situação nos apresenta um quadro de desenvolvimento do capital que tem colocado em cheque a própria sobrevivência da humanidade e que de acordo com Mézáros pode ser caracterizada como a Crise Estrutural do sistema sociometabólico do capital, que abarca todas as esferas da vida humana e se manifesta na seguinte perspectiva:

“(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este ou àquele tipo de trabalho [...]); (2) seu alcance é verdadeiramente global [...]; (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”. (MÉSZÁROS, p. 796, 2011).

Sob esta perspectiva, temos visualizado que o capitalismo somente consegue se desenvolver na perspectiva de sua lógica destrutiva. Esta lógica pode ser vista na produção de mercadorias dentro da perspectiva da obsolescência programada, no qual tais mercadorias têm um tempo de durabilidade (como é o caso dos computadores e celulares), na construção das obras das hidroelétricas de Belo Monte e Girau que sob a justificativa de desenvolvimento tem ameaçado a existência de diversas espécies de animais e plantas na Amazônia, além das próprias comunidades ribeirinhas.

Também na já constatada patentição de genes da espécie humana por parte de megacorporações farmacêuticas e biomédicas, na forte produção de alimentos geneticamente modificados e com intenso uso de agrotóxicos por parte do agronegócio, nas obras da copa do mundo e olimpíadas que além dos já exorbitantes gastos prevêm a construção de 12 arenas que já se estima após os jogos serem destruídas e na própria política de remoção de famílias e comunidades inteiras que estas apresentam. Um exemplo é a construção de estádios em locais como Amazônia, que certamente se tornará um elefante branco⁶, na reforma de estádios como o Maracanã. Como o capital já atinge todo o globo, já expandiu seus mercados para todos os setores, só resta destruir e construir novamente, e é dessa forma que gira a economia, tanto com a corrupção e superfaturamento de obras, quanto na construção de estruturas obsoletas.

Além disso, em meio à subelevação econômica que se estabeleceu com o estouro das bolhas financeiras no ano de 2008 na Europa e nos Estados Unidos, do qual a quebra dos bancos espalhou o caos em todo o sistema, temos visto que a saída para tais subelevações é o aprofundamento das políticas de ajuste fiscal, demissões e retiradas de direitos, já tão propagadas pelo neoliberalismo.

Tal política de manutenção da crise do capital tem demonstrado a impossibilidade de permanência desse sistema e se manifesta também no Brasil. De 2008 para cá, o governo do PT

cortou cerca de 150 bilhões de gastos com direitos sociais, enquanto programou uma política de privatização dos portos, aeroportos, ferrovias e dos hospitais universitários via EBSERH, ao mesmo tempo em que manteve o uso de 43,98% do orçamento geral da União para pagamento de juros e amortizações da dívida pública¹⁶.

Diante disso, nos parece duramente atual e extremamente esclarecedora a caracterização de que as condições objetivas para a revolução socialista estão dadas. Nas palavras de Trotsky:

A condição econômica necessária para a revolução proletária já alcançou, no geral, o mais alto grau de maturação possível sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento de riqueza material. Sob as condições da crise social de todo o sistema capitalista, as crises conjunturais sobrecarregam as massas com privações e sofrimentos cada vez maiores. [...] As condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, elas começam a apodrecer. Sem uma revolução socialista no próximo período histórico, toda a humanidade está sob a ameaça de ser conduzida a uma catástrofe. (TROTSKY, p. 11, 2008).

Assim, se as condições objetivas – materiais, econômicas, jurídicas - para a transformação revolucionária da sociedade do capital estão dadas, cabe a nós analisarmos como se situam hoje as organizações de esquerda que se colocam na tarefa de contribuir para esta transformação.

Condições Subjetivas: a esquerda do transformismo à reorganização

Frente a todo este cenário que indica a necessária ruptura com o modo do capital organizar a vida, temos visto que as organizações que se colocam diante desta difícil tarefa vivenciam um processo de reorganização, que carrega consigo a tentativa de superar os vícios das organizações da classe trabalhadora que sucumbiram a ordem do capital.

Esta tentativa de dar a luta da classe trabalhadora um novo nível de organização e consciência se manifesta a partir da constatação de que com o advento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e do processo de degeneração da União Soviética com o Stalinismo, a classe trabalhadora tem vivenciado um período de derrotas.

Tais derrotas se manifestam na dificuldade de reorganizar os trabalhadores em seus novos espaços de trabalho e moradia, e de dar caráter coletivo as reivindicações que se complexificaram com a crescente retirada de direitos e de precarização do modo de vida que advém do neoliberalismo.

Com a reestruturação produtiva, os sindicatos massa que abarcavam diversos setores produtivos, não mais conseguem dar respostas organizativas, pois do trabalhador fabril, do qual o filme “Tempos Modernos” de Chaplin nos dá uma ótima caracterização, temos um trabalhador distribuído e fragmentado em diversos espaços, que pensa e age, dentro da lógica cooperativa, de acordo com o interesse do capital. Para Badaró (2009) a classe trabalhadora é sinônimo de proletariado, e está normalmente associada ao conjunto daqueles que vivem da venda da sua força

de trabalho, quase sempre através de um salário. Com a nova caracterização do trabalhador flexível, a identidade de classe entre os trabalhadores fica menos evidente, conseqüentemente mais difícil da esquerda atuar e dar respostas para a classe.

Somado a isso, apesar da deformação soviética, a queda do Muro de Berlim contribui para a propagação da ideologia do fim da história, na qual o capitalismo torna-se o sistema social mais avançado que a humanidade produziu e que cabe a nós a tarefa de humanizá-lo. Com isso, se propõe a retirada da classe trabalhadora da cena histórica e propaga-se o fim das ideologias e da luta de classes, contribuindo para o recuo da consciência de classe antes conquistada.

No Brasil, este recuo tomará forma a partir do governo de FHC, o qual passará a implementar o neoliberalismo no Brasil e avançará a duras penas sob as lutas e as organizações dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que impõe uma dura política de ajuste fiscal e privatização do patrimônio público estatal, age na perspectiva de criminalização dos movimentos sociais, como a repressão a Greve dos Petroleiros e no Massacre de Corumbiara no ano de 1995 e no Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996.

O PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que nascem das lutas operárias e contra a ditadura militar, e a União Nacional de Estudantes (UNE) que ressurge no mesmo período, e que buscavam superar tanto o capitalismo, quanto a alternativa estalinista apresentada pelos Partidos Comunistas, acaba neste movimento também se transformando.

De organizações, como já falamos, que apontavam o socialismo como perspectiva estratégica, passam, dentro de uma perspectiva de ocupação dos espaços institucionais, a rebaixar seu programa e a ampliar seu leque de alianças para frações burguesas. Com isso, deixam de realizar a crítica contundente ao sistema capitalista, substituindo-a a crítica apenas aos sujeitos coletivos que o gerenciam.

Assim, passam a repetir os vícios que a classe trabalhadora produz e reproduz desde o estalinismo e que necessitam ser superados se quisermos avançar para uma perspectiva de ruptura com a ordem estabelecida. Do hegemonismo no seio das organizações, passam por um processo de burocratização que coloca cargos acima de lutas e mobilizações na base; da perspectiva de luta coletiva, passam a referenciar o mito dos grandes líderes e da representatividade burguesa; e por último, passam a não mais referenciar o socialismo como perspectiva estratégica, passando a defender primeiro a democracia e depois um capitalismo mais humano, na qual a classe trabalhadora é substituída pela perspectiva individualista da cidadania.

Diante disso, as organizações que se entendem combativas passam a buscar outros caminhos que não o PT, a CUT e a UNE para mobilizar as massas e avançar no processo de luta pelo socialismo. Destas contradições nascem organizações como o PSTU e o PSOL que buscam atuar no movimento na perspectiva de colocar a classe trabalhadora em outro patamar de luta e organização.

Apesar disso, tais organizações ainda produzem e reproduzem os vícios que a esquerda

carrega hoje como o hegemonismo, a autoconstrução, a verticalização do partido frente ao movimento, a institucionalização das lutas, a burocratização e que tendem a contribuir para a manutenção do nível de despolitização dos trabalhadores e da juventude como se tem manifestado nas mobilizações de junho e julho, quando os manifestantes acabavam por negar o papel dos partidos políticos e sua luta organizada.

Desta manifestação, temos que caracterizar que o balanço em relação a esta despolitização deve ser feito ao PT e seu Projeto Democrático e Popular, que afastou a classe da luta e da organização. Com isso, ao mesmo tempo, em que se reproduzem os vícios do ciclo de lutas petistas, a realidade afirma que a tarefa de reorganização da classe deve se dar em escala internacional e na perspectiva de construção de novas ferramentas que afirmem através de programas estratégicos para o horizonte da ruptura socialista.

O novo só nasce, quando o velho já não tem mais condições de existir

Assim, devemos novamente olhar para as jornadas de junho e julho na perspectiva de pensarmos o processo de lutas que temos travado e as perspectivas daquilo que virá.

Tais mobilizações demonstraram que a esquerda combativa, classista e socialista, necessita pensar as suas formas de intervir no movimento. Ao invés de se inserir como tem feito na perspectiva da autoconstrução, deve sim, se inserir para contribuir com a auto-organização, para a manutenção das lutas e na articulação das lutas dando a elas um pano de fundo estratégico. Deve construir uma relação partido - movimento horizontal, estando a frente os interesses do movimento.

Além disso, a negação da institucionalidade por parte dos movimentos aponta que a saída para a luta da juventude e da classe trabalhadora se dá na perspectiva da ruptura socialista com o modo do capital produzir e reproduzir a vida. Esta ruptura não se dá com a ocupação dos espaços da democracia burguesa e com o gerenciamento do capital como o PT e diversos setores da esquerda defendem, mas sim com o avanço da organização e da consciência dos trabalhadores.

Tal avanço da consciência e da auto-organização dos trabalhadores coloca em cheque a perspectiva eleitoreira e verticalizada com que se tem construído os movimentos. O que de novo as mobilizações trouxeram, foi à defesa da construção horizontal, na qual as direções e lideranças devem responder de acordo com os encaminhamentos dados pelo conjunto do movimento em seus espaços de organização de base e não entre acordo de cúpulas e direções.

Parece-nos, que a negação dos partidos e de organizações deve ser pensada dentro de uma perspectiva de reafirmar a forma partido ao mesmo tempo em que se tenta superar os velhos vícios que a esquerda construiu ao longo do último ciclo de lutas.

Ou seja, a esquerda classista, combativa e socialista deve aproveitar as mobilizações para

expor as contradições do projeto petista de governabilidade ao serviço do capital, ao mesmo tempo em que se insere e potencializa as reivindicações imediatas dos trabalhadores e da juventude em alternativas políticas e organizativas.

A conjuntura mudou e já é hora da esquerda também se propor a mudar, reafirmando a auto-organização dos trabalhadores, a autonomia e independência frente ao capital, a atuação nas bases do movimento e a ruptura radical com este modo de vida.

E ao Movimento Estudantil de Educação Física?

Diante de toda a exposição, consideramos acertada a política desenvolvida pelo MEEF nos últimos anos, a qual se manifesta pelo enfrentamento as políticas neoliberais dos governos Lula/Dilma/PT, e a volta as bases do movimento em torno do fortalecimento dos DAs, CAs e coletivos de base.

Tal enfrentamento se dá na luta contra a contrarreforma universitária, desmascarando a falsa política de democratização do ensino superior que o REUNI, o PROUNI e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) têm propagandeado. Tal atuação se vivencia na construção de campanhas como os 10% do PIB para a educação Pública JÁ, na luta contra o PNE privatista e precarizante do governo petista, na contrariedade a privatização da saúde através da EBSEH, na construção da greve geral da educação no ano de 2012.

Também, pelo não rebaixamento da Licenciatura Ampliada aos marcos de disputa da institucionalidade burguesa, mas sim como uma proposta de formação que se contrapõe a lógica do capital e dialoga com as demandas específicas de formação dos estudantes de educação física. Esta se manifesta na construção da campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada já!”, que além de colocar em cheque as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também apresentou as contradições da política educacional de Lula e Dilma e das posições conservadoras de setores da educação física como o sistema CONFED/CREF e o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Além disso, o MEEF acerta quando rompe em 2008 com a UNE, posição reafirmada nos demais ENEEFs desde então, e que expõe a falência de tal entidade para a luta dos estudantes, da juventude e dos trabalhadores. Com isso, se volta às bases do movimento estudantil de educação física, pautando-se pela politização das lutas e pela articulação com setores combativos, inclusive e através do Fórum de Executivas e Federações de Curso (FENEX).

Ainda, cabe reafirmar a política acertada de combate aos megaeventos esportivos, campanha que tem sido planejada pelo MEEF/ExNEEF como forma de expressar as grandes contradições deste projeto de esporte e sociabilidade que tem sido implementada pelos defensores do capital. As ruas demonstraram que sim, não queremos uma copa popular ou uma copa para o

povo, apenas e de forma bastante contundente, não queremos copa!

Por último, cabe reafirmar o entendimento que o movimento possui de que é fruto do processo de reorganização da classe trabalhadora e que por isso sua atuação não pode ser desvinculada desta perspectiva. A perspectiva do projeto histórico de sociedade defendida pelos trabalhadores, o projeto histórico socialista, único capaz de colocar o conjunto de homens e mulheres em uma nova etapa de desenvolvimento e sociabilidade, rompendo assim, com a pré-história da humanidade.

Já é chegada a hora de perdermos a paciência!

Quando os trabalhadores perderem a paciência

*As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência*

Quando os trabalhadores perderem a paciência

*Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juizes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências*

*Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura obscelescência
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
“declaro vaga a presidência”!*

(Quando os trabalhadores perderem a paciência – Mauro Iasi)

Notas

1. Poema “Luta ou fuga” do professor Mauro Iasi, feito para os companheiros das jornadas de junho. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/14/luta-ou-fuga/>.
2. Formando em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador Nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física Gestão 2012/2013. Especializando em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do coletivo de estudantes de Educação Física da UFSM.
3. Estudante de licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora Nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física Gestão 2012/2013. Membro do Diretório Acadêmico de Educação Física da UFRGS.
4. Palavras de ordem encampadas pelos manifestantes das jornadas de julho e junho.
5. Pode ser lida na íntegra no site http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Nela fica explícito o amoldamento do Partido dos Trabalhadores a ordem do capital.
6. <http://www.bahiamercantil.com.br/?p=14333#&panel1-3>
7. Estes e outros dados podem ser acessados no texto do professor de economia da UFF, Marcelo Badaró Mattos: *A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização*.
8. Sobre isto, indicamos para aprofundamento a leitura da segunda parte do livro “As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento” do professor Mauro Iasi.
9. O campeonato amazonense tem, em média, um público de 2 mil pagantes por partida, bem abaixo da dimensão do futuro estádio e um contraste com o valor investido de R\$ 534 milhões - <http://www.portugues.rfi.fr/brasil/20130607-arena-da-amazonia-sera-um-elefante-branco-diz-le-monde>
10. <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Carta-Dilma-versao-compilada.pdf>

Referências

- BADARÓ, Marcelo. **A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização**. 2011.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola. 2003

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IASI, Luis. **Luta ou Fuga**. <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/14/luta-ou-fuga/>

IASI, Mauro. **Meta Amor Fases: coletânea de poemas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª edição revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

TROTSKY, Leon. **O programa de Transição para a Revolução Socialista**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

“DA COPA, DA COPA, DA COPA EU ABRO MÃO... EU QUERO MAIS DINHEIRO PRA SAÚDE E EDUCAÇÃO”

Rian Rodrigues¹

Pedro dos Santos²

Matheus Castro³

Megaeventos em tempos de crise do capital: a relação entre esporte, crise cíclica e sociedade no capitalismo contemporâneo

Introdução

Para nós, estudantes e professores de Educação Física, um dos elementos da cultura corporal, o esporte, possui grande destaque, seja em nossa formação, seja até mesmo na divulgação e valorização de nossa profissão para a sociedade. Em tempos de Megaeventos esportivos, a Educação Física ganha um destaque ainda maior na sociedade, e isso só aumenta a nossa responsabilidade. Sendo assim, nos perguntamos, quais as implicações dos megaeventos para a formação e atuação do professor de Educação Física? E, conseqüentemente, qual seria a nossa função diante desse cenário na luta por transformações na sociedade?

O país assaltado por uma imensa onda de protestos, através de uma grande virada conjuntural a partir das “Jornadas de Junho de 2013”, período em que ocorria aqui a Copa das Confederações da FIFA, um dos grandes eventos esportivos mundiais que ocorrerão no Brasil, o primeiro de uma sequência que se estenderá até 2016 com os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Essa virada se reflete até os dias de hoje, com muitos protestos ainda acontecendo, principalmente nos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Por um lado, vemos reflexos como o surgimento de um ativismo “alternativo” e espontaneísta, ainda sem muito diálogo com a esquerda “tradicional” (movimentos sociais, partidos, sindicatos e centrais sindicais), por exemplo, os Black Blocks, a Mídia Ninja/“Fora do Eixo” e etc. Em partes, a culpa desta falta de diálogo é da esquerda tradicional, que ainda não conseguiu se desvincular de práticas e vícios autoconstrutivos e superestruturais, que não acrescentam em nada para o avanço do movimento real, nem para o surgimento do efetivamente novo, capaz de colocar em outro patamar a luta de classes. Mas por outro lado, se reflete ainda com históricos e fundamentais instrumentos da classe trabalhadora, como a greve. No Rio de Janeiro por exemplo, os Professores do Estado estão em greve, assim como os Professores da Rede Municipal do Rio de Janeiro também, (estes não entravam em greve há 19 anos e chegaram a mobilizar quase 90% da rede).

Para nós, todo esse movimento tem uma base material, e o estopim desse processo, a pauta dos transportes públicos, diz muito sobre essa nova conjuntura e deixa claro que a classe trabalhadora e a juventude não aguentam mais tamanha humilhação diária. A origem disso tudo passa pela crise estrutural do capitalismo que vivemos, pelo aprofundamento do neoliberalismo realizado pelos governos do PT durante os últimos 10 anos e dialoga diretamente com a vinda dos megaeventos para o Brasil. Estes, expressam um modelo de cidade que exclui ainda mais os jovens e trabalhadores, nos cerceando de frequentar os espaços, seja através da total precariedade dos transportes públicos e do constante aumento da tarifa, o que nos impede de circular pela cidade, ou

seja também pelos bilhões gastos em construções faraônicas de estádios, construídos com nosso dinheiro e que nem sequer podemos entrar, sendo entregues logo em seguida para os grandes empresários como Eike Batista, o novo dono do Maracanã. Ou então quando simplesmente são destruídos, trataremos desta questão mais a frente. É a completa elitização do esporte e do lazer. Isso tudo enquanto milhões de pessoas continuam morrendo nas filas dos hospitais públicos e perdendo suas casas, através das enchentes que arrasam cidades inteiras ou através das compulsórias remoções de moradia para construção de vias e rodovias ou dos próprios estádios.

Com isso, é importante colocarmos as diversas maneiras que a sociedade vem reagindo à presença dos grandes eventos esportivos no Brasil. Se, por um lado, vemos a grande mídia, o Governo e sua base aliada, CUT e UNE, de grande inserção nos diversos movimentos sociais, louvarem a presença dos eventos, o suposto “legado”, a possibilidade de investimentos, empregos, as reformas na infraestrutura. Contudo, de outro lado, a realidade nos mostra um outro lado desses eventos, o processo de remoções, privatização dos espaços públicos, lucros astronômicos das entidades esportivas, das empreiteiras, e dos grandes empresários, e que a EXNEEF faz questão de denunciar e combater.

Vemos as expectativas da população como um todo para a realização dos grandes eventos esportivos, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, e, ao mesmo tempo que também acompanhamos os diversos movimentos ao longo do mundo. Se for se utilizar uma ótica superficial do momento vivido, podemos entender que estamos sob uma crise de cunho apenas político, onde os líderes dos estados-nações são os únicos culpados, seja por falta de vontade política ou capacidade, pelas mazelas atravessadas pela classe trabalhadora mundial.

Contudo, em uma análise mais depurada do processo vivido, entendemos que esse é um processo normal dentro do Modo de Produção da existência em que vivemos, o capitalismo. Por ser altamente contraditório, o capitalismo frequentemente entra em crise, onde são os momentos em que essas contradições se acirram. As crises que o capitalismo atravessa só podem ser compreendidas, à luz do pensamento marxista, de modo dialético, como desdobramentos das contradições que se desenvolvem.

Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor. (CARCANHOLO, 2010, p. 1)

Dessa feita, o objetivo desse estudo busca analisar de que forma o processo de crise do capitalismo se articula com os grandes projetos esportivos, que se materializam nos grandes eventos mundiais, e, assim sendo, de que forma esse processo vem ocorrendo no Brasil, e qual o papel do estudante/professor de Educação Física nesse sentido.

1 – O Brasil no Modo de Produção Capitalista (MPC): A inserção dependente e a crise do capital

O capitalismo é o modo de produção da existência hegemônico no mundo. Ele atua enquanto uma totalidade em um nível mundial, mas se materializa de forma particular nos mais diversos países do globo terrestre. Com isso, analisar a particularidade de inserção dos países no capitalismo é fundamental para entendermos a sua realidade, e nos propiciar uma intervenção efetiva no sentido de transformação das estruturas sociais atuais. Nesse sentido, verificamos que o Brasil possui uma inserção dependente e subordinada no MPC global, sendo classificado enquanto um país subdesenvolvido.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p.140)

Dependência e subdesenvolvimento não são acidentes de percurso no capitalismo, mas sim elementos fundamentais para a sua existência enquanto tal. Nesse sentido, a divisão internacional do trabalho atua a dinamizar e intensificar esses processos. Assim, “ao aceitar esse papel e as regras do comércio internacional dele derivadas, impostas, principalmente, por organismos internacionais que atuam a serviço do capital, os países dependentes não apenas aceitam sua condição de dependência, como a reproduzem cotidianamente em escala ampliada” (MAURO, 2007, p. 179).

Da perspectiva capitalista, as práticas imperialistas ocorrem a partir da exploração das desigualdades de condições geográficas, aproveitando-se da assimetria advinda das relações espaciais de troca. Estas se materializam em trocas desleais, desiguais, extorsivas, com forças monopolistas espacialmente articuladas. “A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios” (HARVEY, 2005, p. 35). Essas condições geográficas desiguais não são oriundas apenas da localização e recursos naturais, sendo também produzidas de forma desigual, onde a riqueza e o poder se tornam muito concentrados em certos lugares, consequência de relações assimétricas de trocas.

O momento atual do capitalismo é o neoliberalismo, marcado sobremaneira pela influência do capital financeiro-especulativo, ou capital fictício⁴, de acordo com Carcanholo (2011). Como já colocamos, o capitalismo é um sistema⁵ que enfrenta crises⁵ constantemente em virtude das contradições existentes em seu seio, que ele não é capaz de sanar. “São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural no processo de acumulação do capital. E o capitalismo contemporâneo, a lógica de seu processo de acumulação, é, por sua vez, consequência das formas como ele próprio saiu de sua última – antes desta – crise estrutural”

(CARCANHOLO, 2011, p. 73). Tendo em vista que a última crise, que data do final dos anos 60, resultou de uma combinação entre superprodução e uma queda da taxa de lucro, a resposta do MPC coloca as formas do capitalismo atual. Dessa forma, devemos entendê-lo a partir de: reestruturação produtiva que diminui o tempo de rotação de capital; reestruturação do mercado de trabalho que amplia a extração de mais-valia, no centro e na periferia; crescimento da exploração dos países periféricos pelos países centrais, seja pela remessa de divisas, com juros e serviços da dívida externa, seja pela concorrência interna; expansão dos mercados; mudança de apropriação do capital para o capital fictício.

Dando uma atenção especial à última característica desse processo de reestruturação, vemos que é “possível demonstrar que o capital fictício é o desdobramento dialético do que este autor chama de capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício” (idem, *ibidem*, p. 74). Esse é o fundamento do processo de liberalização dos mercados financeiros, há um aceleração das inovações financeiras para que o capitalismo encontre uma forma lucrativa de aplicação de capitais que estava super acumulada tendo em vista a manutenção das taxas de lucro. Isso responde a crise tanto pela possibilidade de aplicação dos capitais acumulados, quanto pela possibilidade de acelerar a rotação do capital. Entretanto, esse processo não participa da produção de valor, logo, “o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção” (idem, *ibidem*, p. 75).

Mais rigorosamente falando, segundo Carcanholo (2010), o capital fictício impõe a “autonomização da lógica da apropriação sobre a da produção de valor”. Todo processo de autonomização das formas de capital possui uma funcionalidade para a acumulação de capital, bem como uma disfunção. É esse processo, que podemos chamar de “Dialética do capital fictício”, que dá base para a crise atual do MPC:

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfunção do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)função, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital. O último ciclo de acumulação do capitalismo a partir dos anos 70 do século passado pode ser entendido a partir dessa dialética do capital fictício (CARCANHOLO, 2010, p. 6).

2 – Crise do capital: As possibilidades de superação e a função do esporte

Nesse período pós-crise, vemos os discursos que apontam para a derrocada da ideologia neoliberal, defendendo uma maior ação estatal. Todavia, isso acontece em uma maneira funcional para o capitalismo atual.

A consequência das crises em uma economia capitalista é a desvalorização do capital superacumulado na fase de crescimento anterior. Essa desvalorização do capital, até por força da atuação da concorrência entre os capitais no pós-crise, se dá

ou pela “destruição” de uma massa desse valor-capital superacumulado, basicamente em função da redução de seus preços, ou então pelo simples fato de boa parte desse capital ficar parado, ocioso, o que é uma negação da própria lógica do capital que só se efetiva em movimento (CARCANHOLO, 2011, p. 80).

Se isso ocorresse, haveria uma quebra das instituições financeiras, o que não é considerado pelo capital. Para tanto, há uma conjugação de três fatores: como essa massa de capital superacumulada não é obtida a partir da extração de mais-valia, torna-se imperioso, para retomar a acumulação sem que haja uma desvalorização, aumentar as taxas de extração de mais-valia: arrocho salarial, flexibilização de direitos; intensificação e ampliação do trabalho; reestruturação produtiva para aumentar a rotação de capital. “Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego” (CARCANHOLO, 2011, p. 81). Ademais, vemos a massa de capital superacumulado necessitar de maiores espaços para a sua aplicação, o que gera, não ocasionalmente, os discursos de privatização do Estado, “com maiores privatizações, reduções dos gastos públicos em rubricas de cunho social e aprofundamento das reformas previdenciárias. Trata-se de criar/expandir mercados para a atuação desses capitais sobrando” (CARCANHOLO, 2011, p. 81). Todavia, esse é um processo lento, e que, enquanto não ocorre, pode gerar a desvalorização de ativos, então, a estabilidade dos mercados financeiros fica a cargo do Estado.

Uma das formas de superação dessa crise vivida pelo capitalismo é o que entendemos por “produção destrutiva”. Um meio de acelerar a circulação e expansão do capital, criando um número cada vez maior de transações dentro de uma mesma esfera de consumo. Com isso, vemos o processo de intensificação do fetiche da mercadoria, que amplia sua desvinculação das necessidades humanas. Todavia, esse processo gera obstáculos político-ideológicos, que são superados “pelos interesses privados dominantes e pelo Estado capitalista pela manipulação da 'opinião pública' e pelo controle combinado dos meios de comunicação de massa” (MÉSZÁROS, 2002, *apud* GAWRYSZEWSKY & PENNA, 2010, p. 01).

Nesse ínterim, é importante colocarmos o processo de construção e a subsequente destruição em massa das arenas esportivas, além da renovação das necessidades de consumo vinculadas ao esporte, de forma a se constituir enquanto um meio de possibilitar o processo de “produção destrutiva” colocado acima. Dessa forma, vemos que esse processo se coaduna totalmente com o pressuposto da aceleração da circulação do capital, o desperdício irracional das riquezas produtivas como forma de compensar o excedente de capital acumulado. “tornou-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recurso elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido” (MÉSZÁROS, 2002, *apud* GAWRYSZEWSKY & PENNA, 2010, p. 02).

Nesse caso, fica mais evidente a questão em relação aos Jogos Pan-Americanos de 2007 realizados no Rio de Janeiro e as obras que estão sendo realizadas para 2016. As reformas das arenas esportivas, além da construção de novos espaços para os Jogos de 2007, que gastaram milhões, agora têm que ser refeitas para se adequarem às normas do COI (Comitê Olímpico

Internacional) e da FIFA, no caso da Copa do Mundo, o Maracanã é reformado pela segunda vez, de 2007 até aqui, sendo que, nesta segunda, foi praticamente reconstruído. Essa é a lógica dos investimentos e reinvestimentos do capital superacumulado, bancados em sua maioria por dinheiro público, onde os principais beneficiários parecem ser as empreiteiras, que além de lucrarem com esses processos de reforma e construção, ainda participam dos processos de licitação e concessão dos direitos de uso das Arenas.

Ademais, o esporte possui um forte cunho ideológico, oriundo desde os tempos da Antiguidade Grega, onde as Olimpíadas tinham o poder de parar as guerras entre as cidades gregas para a sua realização. Atualmente, a relação é bastante diferente. De maneira contraditória, os organismos multilaterais investem no esporte como um grande mecanismo para o alcance da paz mundial. Em uma grande conferência das nações unidas, em 2000, vemos a relevância dada ao esporte:

as capacidades humanas básicas necessárias para isto são: 'conduzir vidas longas e saudáveis, ter acesso ao conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para manter um padrão de vida decente e poder participar na vida da comunidade. **O esporte pode ajudar diretamente a construir essas capacidades** (PENNA, 2006, *apud* GAWRYSZEWSKY & PENNA, 2010, p. 05, grifo da autora).

Contudo, os objetivos, em virtude do caráter focal e assistencialista, não foram atingidos, e os beneficiários foram outros, mediante a constituição de um grande mercado, com investimentos de grande monta, públicos e privados. Dessa forma, vemos de que forma o esporte se relaciona com os conflitos imperialistas em todo o globo terrestre, se constituindo em uma arma ideológica para amenizar os efeitos deletérios do capital, sobretudo nos países periféricos.

3 – O esporte em tempos de megaeventos: que legado a se deixar?

Um dos argumentos utilizados por pessoas e entidades favoráveis à realização dos Megaeventos esportivos no Brasil é o grande legado a ser deixado. No entanto, o que vemos é o contrário disso tudo. É um processo que caminha totalmente na contramão dos interesses das camadas populares, menos abastadas, privatização com uma conseqüente elitização dos espaços públicos, um processo de higienização social, desvio de grande monta do dinheiro público que deveria se revertido em serviços sociais, entre outras conseqüências advindas desse processo, são o verdadeiro “legado” dos Megaeventos.

Nesse sentido, faremos uma análise dos resultados que o “legado” dos grandes eventos esportivos vem provocando em nosso país, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, por culminar a participação dos dois grandes eventos, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Com base nos Dossiês emitidos pelos Comitês Populares dos Megaeventos ao longo do Brasil, vamos fazer uma análise crítica da maneira como esses eventos serão implementados, e quais são as suas conseqüências para a população brasileira.

O elemento que mais chama a atenção do nosso “legado” esportivo é o das remoções, que materializa basicamente todo o processo de benefício à especulação imobiliária, criminalização da pobreza, e todo um processo de reordenamento espaço-temporal das cidades para atender às

demandas do capital. “Para se ter uma ideia, as informações disponíveis possibilitam estimar gastos da ordem de um bilhão de reais com desapropriações, apenas para a implantação dos BRT s – *Bus Rapid Transit*. [...] *Trata-se de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios*” (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013, pp. 08-19).

No caso do Rio de Janeiro, fica claro que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas, como o bairro da Barra da Tijuca e do Recreio, ou que serão contempladas com investimentos públicos, como os bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. Nestes bairros, áreas de expansão do capital imobiliário, a Prefeitura Municipal atua como uma máquina de destruição de casas populares. A maioria das remoções está, portanto, localizada em áreas de extrema valorização imobiliária. Os investimentos públicos realizados em transporte (BRT s) privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Quanto às construções destinadas aos atletas e equipamentos esportivos – vila dos atletas no Rio Centro e Parque Olímpico – após os jogos, serão transformadas em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras” dos governos municipal e estadual. Já os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos) para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade, as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013, pp.19-20).

Em nível nacional, vemos que a situação é bastante semelhante. O processo de remoções ocorre em todos aqueles lugares de alta valorização ou de alta concentração dos investimentos públicos, empurrando a população carente para os lugares de menor investimento. Assim sendo, vemos o processo de

remoção forçada, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas. Dentre os inúmeros casos relatados pelos Comitês Populares da Copa destas cidades. [...] Embora não haja dados oficiais, as informações que pudemos obter permitem estimar o número de remoções previstas em Curitiba e na região metropolitana, em ao menos 2.000 a 2.500. [...] No Estado do Paraná, [...] os impactos, caso o projeto inicial seja retomado, serão distribuídos em 5 vilas (Jardim Suissa, Vila Quisissana, Nova Costeira, Costeirinha, Vila Fontes, Rio Pequeno e Bairro Jurema). Serão mais de 1.000 pessoas, em 320 casas ao longo de 280 lotes. [...] Em Fortaleza, por sua vez, mais de 15.000 famílias, de várias comunidades, serão atingidas por empreendimentos relacionados à Copa do Mundo, como do propagandisticamente intitulado Programa de Urbanização com Inclusão Social (PREURBIS) do Rio Cocó, Maranguapinho e Vertente Maritima, com orçamento estimado R\$ 118.800.000,00. [...] Em São Paulo, a comunidade do Jardim Paraná, distrito da Brasilândia, estabelecida desde 1994, abriga cerca de 9.000 famílias. Há rumores de que mais de 1.000 correm o risco de ser removidas para dar lugar às obras do trecho norte do

Rodoanel. Nenhum morador recebeu intimação ou algum comunicado oficial sobre as obras (ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS DA COPA DO MUNDO, s.d., pp. 14-20).

O absurdo desse processo se clarifica à medida que aprofundamos as análises. O processo contraditório entre a “remoção”, prejudicial aos interesses do povo, que, ao mesmo tempo, é benéfica para os interesses do capital é vista a seguir. Primeiramente, as remoções não ocorrem mediante diálogo com a comunidade, nem uma discussão prévia envolvendo os sujeitos afetados nem os movimentos sociais, colocando a grande ausência de democracia no processo. Em seguida, as indenizações são de um valor ínfimo, que dificilmente garantem aos sujeitos removidos a aquisição de imóveis no mesmo local onde foram retirados. Contudo, os ganhos do capital e da especulação imobiliária são impressionantes, “para os imóveis vendidos, a valorização do metro quadrado na cidade do Rio de Janeiro foi de 116,60 % entre os anos de 2010 e 2012. Para os imóveis alugados, a valorização foi de 68,50 % no mesmo período. Se comparado a outras cidades brasileiras que também sediarão a Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro obteve a maior valorização desde 2010, tanto para venda quanto para aluguel” (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013, p. 33).

Ao avançarmos no tema, entraremos em um ponto polêmico, que foi o estopim da onda de manifestações de Junho e Julho de 2013, o transporte público e a mobilidade urbana, relacionados diretamente com a qualidade de vida. “A mobilidade urbana é a condição mesma da vida na cidade. Sabe-se que tanto mais democrática será a cidade quanto mais democrático for o acesso à mobilidade, sinônimo de acesso aos diferentes segmentos do espaço urbano” (ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS DA COPA DO MUNDO, s.d., p. 70). Nesse sentido, vemos que é recorrente a concentração de investimentos em mobilidade urbana em espaços privilegiados das cidades, atendendo apenas a grupos sociais bastante específicos, deixando o grosso da população de lado. Além de reafirmar as políticas de segregação espacial, coloca-se explicitamente o benefício aos grandes empresários e empreiteiros, que, além do grande aporte de verbas para a realização das obras, podem usufruir do controle dos transportes públicos, sem garantir a contrapartida um mínimo de qualidade nos serviços.

Nos últimos anos, percebe-se que tem ocorrido no Rio de Janeiro aumentos abusivos nos preços das passagens, que extrapolam qualquer índice de inflação. [...] Neste caso específico, a passagem que custava R\$ 2,50 passou a custar R\$ 2,75, um aumento, portanto, de 10%. A previsão é que a passagem de ônibus no Rio passe a custar R\$ 2,90, representando um reajuste de 5,4%. [...] A passagem do metrô já havia passado de R\$ 2,80 para R\$ 3,10 em 2012, e, atualmente, abril de 2013, custa R\$ 3,50, o que mantém a cidade como a que tem a passagem de metrô mais cara do país. Neste caso, os usuários também convivem com os mesmos problemas dos outros sistemas de transportes. [...] Os usuários continuam convivendo com graves problemas neste serviço. Há reclamações de atrasos, superlotação e excesso de calor “desumano”, sendo constantes as denúncias de que o ar condicionado, nas composições que os têm, é constantemente desligado. A reclamações e as panes são diárias. A situação dos trens da Supervia coloca inclusive em risco a vida dos usuários. Nos últimos tempos, por dois dias seguidos, ocorreram dois descarrilamentos. Nas barcas, o trajeto Rio - Niterói, que antes custava R\$ 4,50, desde o dia 2 de abril de 2013, passou para R\$ 4,80. Esse é, atualmente, o meio de

transporte mais caro da cidade. É também um dos que mais apresenta problemas e que gera mais reclamações por parte dos usuários que há muitos anos vêm sofrendo com a precariedade do serviço, que inclui os atrasos, superlotação e, o mais grave, insegurança que coloca em risco a vida dos passageiros (COMITÊ POPULAR DA COPAE DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013, pp. 43-44).

Outro setor que é afetado em grande monta pelos Megaeventos, é o da segurança pública. É notório que os projetos de segurança pública sofreram profundas alterações para a realização desses eventos, que não se descolam de todo o projeto social anterior. Podemos confirmar isso, quando vemos que “antecipa-se que o aparato de segurança armada da Copa do Mundo de 2014 custará R\$ 2,1 bilhões e envolverá 53.000 novos agentes” (idem, ibidem, p. 81), sendo que os lucros dos jogos se encaminharão majoritariamente para a FIFA, logo, esse investimento dificilmente terá retorno. Como carro chefe do projeto social fundante das políticas de segurança pública, vemos as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

No Rio de Janeiro, a implementação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) representa o maior gasto do Estado em segurança pública. Só em 2014, o custo será de R\$ 720 milhões, prevendo um efetivo de 12 mil policiais. Não é por acaso, aliás, que quase todas as primeiras 18 UPPs foram instaladas em favelas existentes nas regiões mais nobres da cidade, formando um cinturão associado explicitamente às áreas das competições Olímpicas, aos sistemas de transporte que os entrelaçam e aos centros de maior poder aquisitivo. [...] O custo desse programa, até 2014, está estimado em R\$ 480 milhões por ano, e conta com o apoio de empresas privadas. Apenas do empresário Eike Batista são 20 milhões por ano até 2014. Esse e outros investimentos em segurança fazem parte de um projeto maior de reterritorialização urbana e de controle social – elementos chaves dos megaeventos no século XXI (idem, ibidem, p. 82).

Por fim, colocaremos outro ponto fundamental, que é o processo de privatização, das políticas entreguistas, de um repasse direto de verbas públicas para o setor privado da economia, sem qualquer contrapartida para a sociedade. Esse é um processo já bastante antigo na sociedade brasileira, mas que agora se mostra deveras intensificado, sobretudo a escusa relação entre políticos e empreiteiras, como nos mostra os estudos acerca do financiamento das campanhas eleitorais.

Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, oAs, Delta e Galvão Engenharia. Juntas, as sete maiores empreiteiras do Brasil somaram em 2010 uma receita bruta de R\$ 28,5 bilhões. As grandes empresas de construção são provavelmente as maiores financiadoras de campanhas eleitorais milionárias no Brasil. As sete maiores estão atuantes na construção de estádios para a Copa de 2014, em obras financiadas por dinheiro público. Em março de 2011, professores das universidades de Boston e da Califórnia, nos EUA, publicaram o estudo “O espólio da vitória: Doações de campanha e contratos públicos no Brasil”, que revelou que a doação para campanhas políticas era um bom negócio: para cada real doado para políticos do partido do Governo (PT) em 2006, as empreiteiras receberam 8,5 vezes o valor na forma de contratos de obras escolhidas por políticos do mesmo partido e incluídas nos orçamentos federal e estadual, ao longo de 33 meses após as eleições. o poder político-econômico das empreiteiras é, de fato, sensível em decisões estratégicas para o país. Jamais se poderá saber, no entanto, se as doações feitas

pelas empreiteiras odebrecht e mendes Júnior para as campanhas a deputado federal de Aldo Rebelo influenciaram em sua indicação ao ministério dos Esportes, nem se sua atuação como ministro será influenciada por este fato. As duas empresas doaram oficialmente um total de R\$ 140 mil a suas campanhas de 2006 e 2010, e as duas participam de obras de estádios da Copa que têm orçamento total de R\$ 3,27 bilhões, sendo R\$ 1,92 bilhão provenientes do BNDEs. o ministro Aldo Rebelo declarou ainda ter recebido R\$ 155 mil de três empresas patrocinadoras da Confederação Brasileira de Futebol (CBF): o banco itaú Unibanco, a Fratelli Vita Bebidas e a Companhia Brasileira de Distribuição, que controla o Grupo Pão de Açúcar. (ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS DA COPA DO MUNDO, s.d., pp. 52-53).

Destarte, há o processo de concessão do Maracanã, que ainda gera bastantes polêmicas, pois a empresa que realizou o estudo era de Eike Batista, bem como a empresa vencedora, aonde uma das primeiras medidas do consórcio vencedor das licitações foi realizar um grande aumento no preço dos ingressos, reafirmando o caráter segregador e elitista que o esporte teria.

4 – À guisa de conclusão: O papel da Educação Física na resistência e luta por transformações sociais

Após constatar os diversos ataques realizados às camadas populares da população brasileira em prol dos interesses do capital, dos grandes empresários, utilizando-se do esporte como um meio de realização dos interesses, além de dominação e manutenção da hegemonia, torna-se imperioso refletirmos sobre o nosso papel, seja enquanto professores de Educação Física, que temos como um dos conteúdos de pesquisa, estudos, e ensino, o esporte, seja enquanto seres humanos, cansados das barbáries cotidianas cometidas em nome do capital.

Entendendo que não podemos compreender o esporte, enquanto um processo histórico-social, fora de seu contexto e de suas relações com a sociedade, foi importante localizarmos de que forma ele se relaciona com o momento vivido, de crise do capital, e o papel que ele cumpre, pois, somente assim, conseguiremos apreendê-lo, e, de forma dialética, o utilizarmos em benefício da classe trabalhadora, que a mesma possa cada vez mais se apropriar dos elementos da cultura corporal, o que entendemos ser o nosso papel também.

Primeiramente, tendo em vista a especificidade do esporte enquanto um dos temas componentes da cultura corporal, que entendermos ser o campo de atuação do professor de Educação Física, é importante que este professor possa ser capaz de compreender o esporte como uma totalidade, uma síntese de múltiplas determinações, relações políticas, sociais, econômicas, culturais e históricas, mas que também atua enquanto uma particularidade, porquanto se materializa de forma específica em determinados contextos e formações sociais. O professor capaz de enxergar o esporte dessa forma, em uma relação dialética com a sociedade, terá embasamento para atuar em uma perspectiva crítica, utilizando-se do esporte enquanto instrumento de emancipação e transformação social.

Todavia, o momento também nos coloca grandes desafios ao lado dessas possibilidades, como o processo crescente de fragmentação do conhecimento, onde a formação do professor de Educação Física se encontra cada vez mais segregada, o aprofundamento da divisão entre Licenciatura e Bacharelado, com a criação dos diversos Bacharéis, como no caso da USP, e vemos

que se torna cada vez mais difícil a obtenção de uma formação crítica, de qualidade, que permita enxergar não só o esporte, mas a sociedade como um todo, dentro de todas as suas determinações.

Por fim, temos que colocar o papel que a EXNEEF cumpre nesse contexto vivido. Entendendo-a como uma entidade combativa, que atua em prol das demandas da classe trabalhadora, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. É importante destacar o seu papel de denúncia e o combate frontal aos Megaeventos esportivos, além da luta contra a fragmentação da formação do professor de Educação Física, Licenciatura e Bacharelado, influenciada pelo Sistema CONFED/CREF. Ao entender que essas duas lutas se articulam, é de profunda relevância a atuação na formação de um ser humano crítico, consciente de sua situação enquanto sujeito histórico, agente das transformações no mundo, colocando o seu papel enquanto entidade.

Nesse sentido, a luta contra a UNE, que, no passado, era a entidade que organizava as lutas dos estudantes, é preciosíssima e estratégica do ponto de vista da reorganização do Movimento Estudantil e da esquerda em geral, entendendo o protagonismo da juventude na luta de classes. Hoje, a UNE, o Ministério Estudantil do Governo PT, apoia e assina as diversas políticas implementadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores, entre elas a contra reforma universitária, materializada através do REUNI, que precarizou sobremaneira a Universidade Pública, reordenando toda a lógica da universidade pública e, nesse caso, o apoio explícito aos Megaeventos esportivos, inclusive realizando campanhas em prol do voluntariado para esses eventos. Sendo assim, afundar a União Nacional dos Estudantes, destruir o velho, é determinante para que o novo possa surgir de fato, compreendendo todos os limites colocados hoje pela Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL), que apesar de estar no campo antigovernista, não abarca os anseios da juventude, sustentando práticas autoconstrutivas e superestruturais, não estando presente no dia a dia dos estudantes, além de não ter um marco político claro de rompimento com o velho, com a UNE. Compreender isso e colocar em prática no dia a dia é também lutar pela educação pública, gratuidade e de qualidade; lutar contra os Megaeventos esportivos, lutar pela reorganização do movimento estudantil combativo, e, por fim, lutar por transformações na sociedade que atendam às demandas da classe trabalhadora. Isso também é tarefa dos estudantes de Educação Física e a Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física vem, coerentemente, cumprindo muito bem esse papel.

"Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?"

Rosa Luxemburgo

E nós respondemos que sim, e que vale a pena lutar!

Pois "se o presente é de lutas o futuro nos pertence!"

Che Guevara

Notas

1. Estudante de Bacharelado em Educação Física e do curso de especialização em Pedagogia Crítica em Educação Física da UFRJ, membro do Centro Acadêmico de Educação Física da UFRJ e coordenador nacional da ExNEEF Gestão 2012-2013.

2. Estudante de Licenciatura em Educação Física da UFRJ, membro do Centro Acadêmico de Educação Física da UFRJ e coordenador regional da ExNEEF Gestão 2012-2013.
3. Estudante do programa de Mestrado em Educação da UFF, ex-estudante de Educação Física da UFRJ e ex-membro do Centro Acadêmico de Educação Física da UFRJ.
4. Marcelo Carcanholo vai fazer um estudo acerca da categoria capital fictício abordada por Marx no Livro III de “O Capital”, reavaliando as noções corriqueiras de capital financeiro, “finanças” e financeirização, que se distinguem bastante da categoria de capital fictício, profícua para entender a atualidade.
5. Para Carcanholo, deve ficar claro o entendimento do termo crise em Marx. Para além de ser a fase descendente do ciclo de acumulação de capital. Para ele o termo deveria ser “crise cíclica”, que seria quase sinônimo de “acumulação de capital”, pois: “expressam o mesmo movimento real de processualidade contraditória (dialética) da economia capitalista”.

Referências

- ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS DA COPA DO MUNDO. **Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil**: dossiê da articulação nacional dos comitês populares da Copa. 2011. p. 112.
- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. Pg. 73-84. v. 1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.
- CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**. Pg. 01-09. ano IV, n. 6, ag. 2010.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. P. 140. 2013.
- GAWRYSZEWSKI, B; PENNA, A.. **Guerra ou Paz: o esporte como produção destrutiva**. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt4/Mesa2/guerra-ou-paz-o-esporte-como-producao-destrutiva.pdf>. Acesso em: 03/09/2013.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad: SOBRAL, A.; GONÇALVES, M.S. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MARINI, R.M. A Dialética da Dependência. IN: STEDILE, J.P.; TRESPADINI, R. (orgs) Rui Mauro Marini Vida e Obra (negrito). São Paulo; Expressão Popular, 2005.
- MAURO, R.A. Brasil: Um País Em Desenvolvimento? A atualidade da Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina. **Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.162 - 181, fev / 2007**.

AS OPRESSÕES A SERVIÇO DA EXPLORAÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PELA SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE CLASSISTA, POR UM SISTEMA SOCIALISTA!

Julia Leite

Karen Morais dos Santos

Vivemos em uma sociedade onde a opressão e a exploração de trabalhadoras e trabalhadores andam lado a lado para a manutenção da ordem imposta por uma classe dominante. O sistema capitalista de produção foi até hoje o que mais lucrou com a opressão de mulheres, negros, índios, deficientes, gays, diferentes nacionalidades como ciganos e judeus, se utilizando de diferenças históricas, culturais e biológicas para discriminação e marginalização social. Compreendemos opressão enquanto um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas, criada pelas sociedades de classes para manter a forma de produção baseada na propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem.

Esse sistema capitalista vive um intenso período de crise que se estabeleceu a partir da década de 70 (crise da política do Estado de Bem Estar Social e do modelo fordista-taylorista de produção), que se desenvolveu e se mantém na atualidade. Uma crise estrutural (MÉZAROS, 2010) que não afeta somente a economia, mas atinge a esfera política, social, ambiental e que mergulha toda a humanidade num intenso período de retirada de direitos, seja pela reestruturação produtiva, seja pela reforma do papel do próprio Estado pra servir a acumulação do capital (HARVEY, 2010).

Nos países de capitalismo central, como Estados Unidos de Reagan e Inglaterra de Thatcher, e em meio a essa crise estrutural, é onde se encontra terreno fértil para as ideias neoliberais como sendo uma das soluções para a crise: enxugar os gastos do Estado. No Brasil Reforma do Estado² de 1995 girou esforços do governo federal para que se formulasse uma série de reformas gerenciais do Estado brasileiro que se materializava na privatização dos serviços públicos e atacavam uma totalidade de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. Dentre as políticas pautadas podemos apontar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional da Educação (PNE)³, Reforma da Previdência, a Reforma Sindical, Reforma Universitária, etc.

Já em nossa economia de capitalismo dependente dos países centrais encontramos formas de produção que vão desde novas formas de trabalho escravo, como exemplo no Pará onde só em 2010 foram libertadas 559 pessoas que estavam submetidas ao trabalho escravo, como também modelos que mesclam fordismo, taylorismo e toyotismo. Recentemente o Mc Donald's foi convidado a se explicar a partir do vídeo 'Uma Jornada Criminosa' que denunciava a empresa por sua 'jornada móvel e variável' que paga aos funcionários R\$ 2,50 por hora trabalhada, inferior a um salário mínimo. O outro lado, em resposta, o McDonald's coloca que a jornada flexível visa beneficiar funcionários que conciliam o trabalho com os estudos. Essa forma de trabalho flexível Antunes (2008) elucida:

“Dentre as distintas formas de flexibilização – em verdade precarização – podemos

destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos. A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho.” (ANTUNES, 2010)

Em meio a todos esses ataques é importante olharmos para a classe trabalhadora de nosso país não como um bloco de sujeitos homogêneos. Diante de todas essas políticas de retirada de direitos sociais e super exploração do trabalho existe uma parcela – que não é minoria, pelo contrário – que sofre de maneira diferente a exploração pela existência das opressões. Temos no país cerca de 97 milhões de mulheres que representam 50% da população economicamente ativa do país, metade de toda a classe trabalhadora (IBGE, 2010), ao mesmo tempo em que o desemprego – estrutural e necessário ao capitalismo – segundo dados do ILAESE tem diferença de 20% para 45% a mais para mulheres. Dados do último censo do IBGE também mostraram que rendimento médio mensal dos homens com Carteira Profissional assinada foi de R\$ 1.392, ao passo que o das mulheres foi cerca de 30% abaixo disso, atingindo R\$ 983. Dentre as mulheres cabe aqui colocar que dentre elas a mulher negra tem a realidade ainda mais dura, pois chega a receber 25% do total recebido por brancos ao final de um mês de trabalho.

Esse último censo que nos referimos foi histórico para o Movimento Negro como um todo, pois pela primeira vez na história do censo foi confirmado o que já víamos na realidade: que no Brasil pardos e negros são maioria (52% da população autodeclarada). De acordo com o IBGE, os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538) e amarelos (R\$ 1.574) se aproximaram do dobro do valor relativo aos grupos de pretos (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735). Foi constatado também que em 2012 além da taxa de desempregados mulheres e negros ter subido forma os que permanecem mais tempo desempregados; Entre os trabalhadores que procura emprego há menos de um ano, 53,9% são mulheres e 53,3%, negros; 63,2% e 60,6% entre os que estão desempregados há mais de um ano (DIESSE, 2012)¹. Reafirmando que, assim como as mulheres, é a população indígena, preta e parda, que carregam fenótipos distintos dos colonizadores europeus, onde o sistema capitalista historicamente mais lucra.

As condições objetivas de opressão e exploração são justificadas por uma série de ideias e valores da classe dominantes. Compreendemos ideologia não como um conjunto de ideias, mas as ideias da classe dominante que se difundem na sociedade civil como norma (MARX e ENGELS, 2010) O senso comum é permeado por essa ideologia dominante, por isso não se questiona e muitas vezes não compreendemos enquanto machismo, racismo e homofobia as condições de vida imposta a mulheres, negros e lgbtts. Se naturaliza vemos postos de trabalhos sendo ocupados por mulheres, se naturaliza a cor das favelas, se naturaliza não vemos travestis em qualquer ocupação que não seja noturna.

Damos relevância a situação objetiva desses explorados, pois a luta contra as opressões nos aproxima da formação humana que defendemos e da sociedade que almejamos, e também por

compreendermos como pressuposto para construção da superação do sistema capitalista. As opressões historicamente ainda dividem a classe horizontalmente. Mesmo com as divergências que permeiam o debate de quem produz e quem reproduz a opressão, em última instância coloca trabalhadores contra trabalhadores, distanciando o olhar daqueles que mais se beneficiam e lucram com essas ideologias.

Há debates sobre as opressões que colocam o âmbito ideológico como sendo o cerne da exploração, como se fosse as ideias comuns da sociedade direcionados ao negro, as mulheres e aos homossexuais como sendo as principais as principais contradições que impedem a inserção plena desses sujeitos na sociedade capitalista. Como vimos a opressão irá atuar na estrutura e na superestrutura ideológica da sociedade capitalista. Reivindicamos que para qualquer debate de opressões é necessário analisar a sociedade em que vivemos e que seja feito a partir da perspectiva da classe que compomos: classe trabalhadora, pois só com a libertação da classe teremos a real libertação do ser humano.

Origem da opressão da Mulher

A origem a opressão da mulher está relacionada com surgimento da propriedade privada, da instituição família e do Estado. Como referencia para esse debate utilizamos a obra de Engels 'A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado' e partimos também da certeza de que muitas das análises do autor já foram superadas. A obra aponta que com o excedente da produção se forjam novas necessidades na população e pela primeira vez na história a possibilidade da exploração do homem pelo homem. Com a possibilidade da exploração a da acumulação do que foi produzido por poucos indivíduos surgem também novas preocupações como a quem deve ser o pertencimento desses bens após a morte dos proprietários. É nesse período histórico que Engels irá localizar a primeira grande derrota das mulheres: a perda do direito sexual para que se possam reconhecer os verdadeiros herdeiros.

“A abolição do direito materno foi a grande derrota do sexo feminino. O homem assumiu o timão da casa; a mulher foi submetida, domesticada, feita escrava de seu prazer e um simples instrumento de reprodução. Esta degradada condição da mulher, tal como se manifestou sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos, e mais ainda nos tempos clássicos, foi gradativamente retocada e dissimulada, ou mesmo suavizada em alguns lugares, mas de maneira alguma suprimida” (pág. 66).

A nova forma de produção da humanidade – através do trabalho alienado trará modificações na constituição das famílias. A família nuclear baseada na monogamia imposta às mulheres surge enquanto alternativa para o controle dos descendentes sanguíneos; a maternidade que antes era uma tarefa social passa a ser responsabilidade exclusiva de um sexo, e com isso novas tarefas sociais para homens e mulheres. Há também para as mulheres o repúdio de toda prática social/sexual que não tivesse na reprodução “controlada” seu objetivo e o fortalecimento de ideias que fortalecessem o vínculo materno e o culto a maternidade.

O que antes era considerado diferenças biológicas servem de fundamento para o discurso da inferioridade das mulheres. Nesse sentido que afirmamos que opressão da mulher na sociedade

não tem um fundamento natural, mas social e histórico. Como já apontamos anteriormente a ideologia machista irá balizar a educação das mulheres dando ênfase para a função maternal. Essa nova organização da sociedade forja sujeitos homens e mulheres que constroem e legitimam um conjunto de símbolos que determinam o lugar da mulher e do homem. Como diz Simone de Beauvoir 'não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres'. Contudo *se os homens fazem sua própria história, mas não arbitrariamente nas condições estabelecidas por eles e sim nas condições dadas e herdadas do passado* (MARX, em O 18 Brumário), a ideologia machista que limita o lugar da mulher também irá limitar o lugar do homem.

A história da mulher é uma história de aprisionamento na esfera doméstica e sob domínio do homem que se torna o sujeito provedor de sua existência econômica e social. Todas as instituições sociais burguesas reproduzem essa ideia: a Família Nuclear, Escola, Igreja, o Estado, a maioria dos partidos políticos e, sobretudo, a mídia. Na sociedade capitalista a mulher também cumpre um papel essencial para a burguesia. Ela é responsável pela reprodução da força de trabalho.

Reprodução da força de trabalho e Dupla/ Tripla Alienação

*“De lata d’água na cabeça lá vai Maria levanta as 4:30 pra atende a freguesia
Essa é a vida da preta lavadeira que vive na labuta de segunda a sexta feira
Tem mais de 60, ta na correria, trampa como pode pra ganha o pão do dia a dia
Que agonia, pobre periferia pra ganhar 50 vai mexe com água fria
Mas com alegria você desacredita, é bonito ver a disposição da tia...”*

A reprodução da força de trabalho se dá através do trabalho doméstico. Essa não sendo uma responsabilidade então de quem explora a força de trabalho, sendo colocada enquanto uma tarefa da família monogâmica, sendo executada em sua maioria pelas mulheres. Esse é um mecanismo de expansão da mais valia absoluta. Na maioria dos lares é a mulher que realizará as tarefas necessárias para que o trabalhador homem volte ao trabalho com condições para mais uma jornada. Ela é quem realiza o trabalho doméstico que cria valores de uso com os quais o trabalhador e herdeiros sobrevivem (realiza as compras, gerencia as despesas do lar, prepara a alimentação, limpeza do lar e roupas, auxilia na cura de doença, educa os filhos, etc).

O Capital transfere pra a mulher/família parte do processo de produção que garante a reprodução da força de trabalho masculina. Assim reduz o custo de reprodução do trabalhador homem e de sua força de trabalho, permitindo que seu valor seja apropriado pelo capital. O capital também responsabiliza as mulheres pela saúde e educação da família através da precarização dos direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado Burguês como educação e saúde pública de qualidade.

Esse trabalho que muitas vezes a sociedade não qualifica como outros trabalhos, que fica restrito ao lar e ninguém vê vai ser um espaço da degradação da força de trabalho da mulher, pois

ela acaba também não vendo resultado de seu trabalho diário, é um trabalho que não produz mercadorias, que se anula em objetos não visíveis, e sem remuneração na forma de salário. A precarização desse trabalho também é expresso nas horas diárias destinadas a ele, são gastos por semana cerca de 22 a 27h semanais com o trabalho doméstico – serviço e filhos, e as mulheres não recebem nada por isso: é um trabalho invisível. Entre a mulher e o produto de seu trabalho há um intermediário: o homem. Homem que também é separado de seu produto de trabalho no momento em que produz mercadorias que não tem valor de uso, e sim valor de troca. Essa forma com que o trabalho assume na sociedade capitalista, como já falamos no início, é o trabalho alienado. Se o homem é separado do produto de seu trabalho a mulher acaba sendo ainda mais, pois o trabalho doméstico da mulher só se efetiva no trabalho do homem, no produto que ele cria. Entre ela e o produto de seu trabalho existe um intermediário – homem. É isso que caracteriza a dupla alienação: duplamente alienada do produto de seu trabalho na reprodução da força de trabalho masculina.

A entrada no mundo do trabalho e a proletarização da mulher a partir da Revolução Industrial veio junto com a desqualificação da mão de obra. Foi uma necessidade do próprio capitalismo emergente, que desqualificou também o trabalhador homem, pois com mais mulheres no mercado pode-se baixar os salários dos homens, já que agora as mulheres poderiam executar tarefas simples e que não demandassem força, como operar as máquinas. Nesse período a principal justificativa para jornadas maiores e excessivas e salários mais baixos era a mão de obra das mulheres ser mais desqualificada. Fazemos uma ressalva de que isso não a absteve de realizar as tarefas domésticas impondo as mulheres uma dupla jornada de trabalho, quando não tripla.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista essas contradições em nada mudaram, Antunes (2010) aponta para o aumento do trabalho feminino com menor remuneração, sendo o modelo toyotista o mais avançado nas proposições que adequa as formas de exploração se utilizando das opressões para aumentar o lucro dos capitalistas.

“Outra tendência que gostaríamos de apontar é a da expansão do trabalho à domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Através da telemática e das tecnologias de informação (além da expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho que estamos indicando), com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo.” (ANTUNES, 2010)

A divisão sexual do trabalho mesmo com esse processo das mulheres saírem do âmbito familiar ainda se manteve nos cargos ocupados. Em 2010 eram ao todo 5 milhões de domésticas no país sendo 50% de até 25 anos, caracterizando uma juventude pobre e em maioria negra caindo num trabalho extremamente precarizado e alienante; dessas também 60% trabalho mais de 44h semanais; e 65% estão em situação de emprego informal. Essa divisão sexual do trabalho se expressa também para além do trabalho doméstico, pois fora de casa a mulher irá desempenhar as mesmas funções socialmente construídas (organizadoras, cuidadoras, limpeza e educadoras): 86% das ocupações das mulheres são nas áreas de serviço, administração pública, saúde e educação. Já aos homens são destinados os trabalhos considerados pela sociedade como mais importante, sobretudo para os que interferem na vida pública, como a política.

A violência contra a mulher:

*...Uma cantiga que ela vai a cantar
falando de um homem cruel do seu lugar
Mais em seu habitat ninguém pode fala,
pois quem abrir o bico tem q se mudar
Seu canto, o drama da mulher de um malandro
e ela subi o morro, som de leci cantando deixa..
Deixa ele bebe, deixa ele fuma, deixa ele joga
é melhor do que ele sacar de uma arma pra nos matar..”*

Dona Maria, RappinHood

A violência contra as mulheres se dão de diversas formas para além da violência física, podendo ser psicológica, sexual, moral ou uma articulação de todas essas. É o crime mais encoberto do mundo, e uma das formas mais antigas das manifestações de poder e controle. De formas mais sutis como a propaganda e da mídia, tortura psicológica, limitações de liberdade de ir e vir, violência simbólica e etc.

É também nesse período de retirada de direitos são as mulheres que mais irão sofrer com a falta e precarização dos serviços públicos, pois como já vimos, são elas as principais responsáveis pela reprodução da força de trabalho e manutenção da família nuclear. Porém ainda é a violência física a que mais mata e mutila diversas mulheres no mundo inteiro. Dados da OMS violência contra a mulher na América Latina – atinge cerca de 50% das mulheres, cotidianamente. E também de que 1 em cada 3 mulheres já sofreu violência – só para violência física, 70% delas é dentro do ambiente familiar.

O IBGE/2009 aponta que no Brasil 43,1% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência em sua própria residência, garantindo o lugar de 7º no ranking dos países que mais permitem a morte de mulheres. Dados da ONG Pagu afirmam que no Brasil a cada 4 mulheres uma já foi vítima de algum tipo de violência doméstica, sendo que a cada 100 brasileiras assinadas 70 são realizadas por homens de seu espaço de convívio doméstico, como pai, tio, marido, etc. E seguimos com mais alguns dados o Instituto de segurança pública do RJ no 1º mês do ano de 2011 registrou 15 estupros por dia naquele estado; o Ligue 180 – Central de Atendimento à mulher – totalizou em 2011, 667.116 ligações, uma média de 1828 por dia, sendo que 343 mulheres ligaram por estar em situação de cárcere privado, ou seja, submetidas à uma situação de propriedade em relação ao homem . Já em em São Paulo, a cada 7 minutos uma mulher foi agredida fisicamente (SSP/SP).

Das políticas de combate a violência às mulheres há inúmeros limites, pois agem dentro da institucionalização burguesa, atuando muito nas consequências e pouco na prevenção, ignorando o

machismo enquanto principal causador. Se olharmos para a Lei Maria da Penha, apesar de 4 anos desde sua implementação, só em 2012 4,5mil mulheres foram assassinadas⁴. Essas políticas ainda sofrem com todo o período de cortes do orçamento público. Dados levantados pelo iG apontam que, dos cerca de R\$ 84,2 milhões autorizados para o Programa de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em 2011 e 2012, o governo Dilma/PT executou pouco mais de R\$ 26,3 milhões, ou seja, 31,2%.

Dados do Mapa de Violência as Mulheres de 2012 apontam que nos atendimentos do SUS a violência física é a preponderante, englobando 44,2% dos casos. A psicológica ou moral representa acima de 20%. Já a violência sexual é responsável por 12,2% dos atendimentos. Das formas de violência a que se trata da sexualidade da mulher é uma das que mais oprime, humilha e mata. Em 2011 13mil mulheres foram vítimas desse tipo de violência, sendo na sua maioria no ambiente familiar (residência ou habitação coletiva), entre as faixas etárias mais variadas, tendo como agressores conhecidos principais os pais e os padrastos, seguidos pelo conjugue. Muitas vezes a mulher é culpabilizada pela agressão, seja pela conduta que tem, pela roupa que usa, ou pelo lugar que frequenta, há diariamente exemplos concretos, como o recente caso (18/08/2013) de uma jovem de 18 anos foi estuprada na saída de um baile funk no Morro da Mineira. O machismo se expressa quando a mulher acaba se tornando uma mera mercadoria para o prazer do homem, o exemplo mais cruel dessa mercadorização do corpo da mulher é a prostituição. O tráfico de mulheres é o 3º maior do mundo, perde só para armas e drogas e atualmente tramitar a proposta que regulamente essa profissão. Esse é um tema ainda polêmico, que infelizmente não conseguiremos aprofundar nesse texto, mas que precisa ser discutido e aprofundado pelo movimento e pela sociedade como um todo.

Em 2011 a Secretaria de Direitos Humanos divulgou o primeiro Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil. O documento diz que entre janeiro e dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações aos direitos humanos contra a população LGBT. Desses 34,5% de casos envolvendo mulheres. O 'estrupe corretivo' é uma das formas mais explícitas da dupla opressão, a articulação do machismo com homofobia. Esses dados ainda expressam pouco às formas de violências que mulheres lésbicas sofrem justamente por toda discriminação que muitas vezes fazem com que os lgbtt's não se assumam, esse recorte então não aparece nas estatísticas, contribuindo para a invisibilidade desses sujeitos.

Como tratamos no início, a violência contra as mulheres são também psicológicas e articuladas com outros valores da sociedade capitalista, como o consumismo que tem seu pilar o feiticismo da mercadoria. Isso impõe além do lugar da mulher na produção também como ela deve se arrumar, agir e sentir⁵. Uma forma de violência simbólica que principalmente através da mídia e propaganda realizam uma tortura psicológica as mulheres, definido, por exemplo, padrões de beleza, até mesmo doentes, a serem seguidos e principalmente consumidos, só em 2010 a indústria da beleza lucrou 31 bilhões no Brasil.

Já o aborto é uma questão de classe também, pois são as mulheres trabalhadoras aquelas que morrem por aborto mal sucedido justamente pelo alto preço da intervenção e ainda o difícil acesso a clínicas. Em 2005, mais de um milhão de internações por abortamento no país. Por ano

são feitos 1,4 milhões de abortos no Brasil, sendo que 1 em cada 7 mulheres já fizeram aborto. Hoje é a 3º maior causa da morte materna. Podemos considerar um problema de saúde pública. O próprio conselho de medicina já se posicionou a favor do aborto, desde que antes dos 4 primeiros meses de gestação. Contudo o moralismo imposto pela Igreja Católica e pelo poder político da bancada evangélica no país ainda mistifica a vida de fetos e a morte de milhares de mulheres, atualmente está em debate o Estatuto Nascituro que se aprovado será um empecilho maior para a legalização do aborto.

Por que não Gênero?

Como já colocado a opressão das mulheres norteará a construção social do que é feminino, vai tratar de reafirmar isso que será apropriado pelos movimentos feministas que pautarão a desconstrução do gênero e não do que determinou o aprisionamento da mulher. O gênero é uma característica inerente a humanidade, e não será extinguido com superação da sociedade capitalista, ou seja, feminino e masculino são convenções criadas pelas sociedades, sendo então históricas e podem ser transitórias. Dessa forma compreendemos que o gênero enquanto construção social não pode ser também o cerne do debate para a superação do machismo, pois é mais uma construção da sociedade burguesa, atua no âmbito da ideologia, e assim sendo pode ser modificada.

Abordar a opressão das mulheres fora da perspectiva de classe a partir do debate de Gênero, não deixa claro quem é vetor da dominação: quem domina e quem é dominado? A sociedade de classes é que é em última instância a opressora da mulher, pois através dessa dominação ideológica dos trabalhadores é um desdobramento da própria dinâmica do capitalismo. O homem é um agente que historicamente foi construído assim, para desempenhar esse papel. Da mesma forma que as características do que é feminino e masculino podem ser modificadas e mesmo assim novas formas de opressão a mulher sejam forjadas. Dessa forma debater somente a questão do gênero expressa uma política de conciliação de classes que em última instância visa atenuar desigualdades entre homens e mulheres. Age mobilizando e organizando as mulheres na luta pela igualdade de gênero, sem enfrentar a estrutura sob a qual se assenta a sociedade capitalista e nem aponta os inimigos da classe operária. O combate às opressões fica transfigurado ao efeito – desigualdade de gênero, e não a causa – a sociedade de classes. Como aponta Cecília Toledo:

O gênero é uma construção social burguesa, é ideologia da classe dominante. Não foram os trabalhadores que definiram o que é masculino e feminino. Foi a burguesia no seu processo de afirmação enquanto classe que precisava gerir um modo de produção baseado na exploração de massas e massas de lupens que vagavam pelas cidades e camponeses despojados de suas terras que depois vieram a se constituir enquanto classe operária. O gênero, portanto, é uma construção social própria do capitalismo, e tem uma essência opressora, de buscar ressaltar as diferenças entre as pessoas, em especial as diferenças que são naturais e contra as quais ninguém pode fazer nada. Como o fato de ser mulher e gerar filhos, por exemplo. (TOLEDO, 2010 s/p).

Atualmente há diversas organizações de mulheres que pautam a liberdade das mulheres a ascender socialmente, porém sem questionar o sistema capitalista em que vivemos. Os limites das

lutas dessas organizações se expressam quando há mulheres que cada vez mais ocupam cargos de poder e contraditoriamente em nada muda a situação das mulheres da classe trabalhadora. Cada vez mais as pautas de luta das mulheres se afastam daquilo que aprisionou seu sexo e se voltam às lutas para poderem ser exploradas tal qual os homens. Não é que não seja necessário nos envolvermos na luta pela liberdade sexual ou termos a possibilidade de ascensão na carreira, contudo em última instância apontar para a superação daquilo que ainda aprisiona as mulheres ao lar e a família monogâmica. A igualdade que almejamos dentro do capitalismo é impossível, porque enquanto sujeitos nós temos condições diferentes que são ignoradas por esse sistema.

'Treze de maio traição, liberdade sem asas e fome sem pão'

Treze de Maio, Oliveira Silveira

O Brasil foi o último país a abolir o sistema baseado no escravismo em 1888, além de ser o país que mais se beneficiou do tráfico negreiro. A abolição tardia no país foi influenciada principalmente pelos ideais libertários da *Revolução Francesa (fraternidade, liberdade, e igualdade, que se desdobrava no individualismo, defesa da propriedade privada, igualdade formal, racionalismo)*, e pela revolução negra no Haiti (1791-1804), quando os negros haitianos sob regime de escravidão se rebelam contra os colonizadores franceses, invasores britânicos e espanhóis, seu movimento de independência foi um dos mais violentos e radicais. A dívida que se colocou ao país até hoje não foi quitada, é importante atualmente o próprio papel que o Brasil cumpre nesse país com mais de 10 anos de ocupação pelas Tropas da Paz, Minustah, orientada pela ONU.

Foram diversos os determinantes que influenciaram a abolição da escravatura. Em meados de 1800 os prós abolicionistas e os republicanos acreditavam que o crescimento econômico do país era precedido pela abolição desse sistema. Para o desenvolvimento econômico do país era fundamental forjar um proletariado aos moldes europeus para o processo de industrialização. Com a lei Eusébio de Queirós, o tráfico de escravos para o Brasil tornou-se ilegal, e o preço destes passou a ser proibitivo para pequenos e médios fazendeiros. Tal fator, ao longo do tempo, fez com que a escravidão negreira se tornasse antieconômica. Uma visão capitalista de transição, visto que no Brasil nós não passamos por um processo de revolução, com a substituição de uma classe por outra, bem pelo contrário. Ao mesmo tempo em que o mercado imigracionista se mostrou lucrativo por esses fatores econômicos, políticos e ideológicos que a mão de obra europeia foi mais valorizada que a mão de obra afrodescendente.

Nesse período histórico teorias como o darwinismo social apontam o papel que teve a ciência ao justificar a escravidão dos negros. Compreendemos que produção de conhecimento não é neutra, e expressa as disputas da sociedade de classe. Dessa forma se utilizaram da ciência pra criar todo um arcabouço de ideias, ao comparar os traços craniais dos negros e brancos, pra forjar uma justificativa de uma suposta inferioridade racial. Essa ideologia percorreu a história do país até pouco tempo atrás, porém mesmo superando a teoria do Darwinismo Social nas bases da ciência, ainda hoje o conceito social de raça existe e se expressa nas relações sociais de forma a desfigurar o sujeito negro brasileiro.

Novamente nas disputas de ideias, na superestrutura ideológica com a transição para a mão de obra assalariada que se cria a falácia da mão de obra não qualificada: se res ignifica os símbolos racista da Casa Grande onde o 'negro que não tinha alma' e 'de ser geneticamente inferior', para o 'negro não gosta de trabalhar', e que 'faz nas coxas'. Dizemos falácia por ser os negros trabalhadores que detinham os conhecimentos do trabalho relativos ao plantio, colheita, dos serviços domésticos, das construções, um saber acumulado ao longo de quase 400 anos de trabalho escravo.

Essa nova forma de caracterizar o negro é presente ainda hoje quando não vemos a contribuição do negro no país depois da escravidão, a elite brasileira tratou de apagar o sujeito negro da história de nosso país e recontar a história através das instituições burguesas que colocavam o negro sempre numa situação inferior. Há diversas críticas na literatura do tema que apontam o racismo presente nos livros didáticos escolares e nas novelas, por exemplo. Se procurarmos hoje no dicionário, onde se encontram alguns consensos da sociedade em torno do significado das palavras veremos como se caracteriza o negro e como se caracteriza o branco. Essa ideologia vem confundindo e deformando a personalidade da população negra ao longo de séculos.

Após a assinatura da Lei Áurea o país tem como política pública do Estado à vinda de imigrantes para o país. Digo isso porque faz parte do nosso senso comum a ideia de que Ações Afirmativas são políticas para negros. A ideologia que se forjava então no Brasil pós-abolicionista era a necessidade de termos um país ao estilo europeu, com um proletariado europeizado, afastando a imagem do Brasil Colônia, atrasado e negro. O progresso da nação passava pelo embranquecimento da população hegemonicamente negra.

A obra de arte *Rendição de Cam* (1895) demonstra o mito da miscigenação racial como solução para o embranquecimento da nação. Na obra três gerações de uma mesma família, a avó negra faz uma saudação aos céus, a mãe mulata segura uma criança com traço eurocêntrico, ao lado um homem branco sentado. A história bíblica contra que Cam, filho de Noé, após o dilúvio encontrou Noé embriagado e nu. Ao invés de ajuda-lo zombou de sua situação. Noé então após recobrar a lucidez amaldiçoou seu filho e toda sua geração a serem servos, inclusive de seus outros dois irmãos. Segundo o historiador Alfredo Bossi nas crenças populares os descendentes de Cam seriam os povos de pele escura. A cena foi assim definida por Olavo Bilac: "Vede a aurora-criança, como sorri e fulgura, no colo da mulata - aurora filha do dilúvio, neta da noite. Cam está redimido! Está gorada a praga de Noé!". Isso mostra também um tanto da contribuição da Igreja para montar o mosaico ideológico da inferioridade negra. Daí o mito da *miscigenação* (da mistura entre as raças) da *democracia racial* para descrever a relação entre brancos e negros no país. Foram diversas as tentativas de destruir o negro no Brasil, no próprio censo demográfico de duas décadas não (1900 e 1920, sendo que não houve censos em 1910 e 1930) teve as categorias raciais, que reapareceu somente no censo de 1940.

A perseguição aos negros e as culturas de matriz africana se manifestaram também para eliminar individual e culturalmente o negro enquanto sujeito. A Lei de 1890 condenava à prisão e até deportação os praticantes de capoeira, chamados de *vadios* pelas práticas de *vadiagem*. As formas de organização em maltas e bandos também eram condenadas. A capoeira sai do código penal

somente em 1937. As casas de santo também foram alvo de perseguições, tendo como mais famosa expressão da intolerância racial a Quebra de Xangô, em Alagoas no ano de 1912, onde terreiros foram invadidos e objetos sagrados foram retirados e queimados em praça pública; pais e mães de santo foram espancados publicamente.

A violência aos negros pós-regime de escravidão só aumenta. Não foi criada nenhuma política que dessem condições para que essa população minimamente se inserisse no mercado de trabalho. Muitos analfabetos, órfãos, num país que sofria de constantes epidemias pela falta de saneamento. O desenvolvimento e o progresso econômico do país que descartava a mão de obra negra foi o fundante do que conhecemos hoje como os grandes conglomerados humanos – as favelas. A população negra que ocupava os centros urbanos, sobrevivendo de seu trabalho, furtos e prostituição foi paulatinamente marginalizada. As formações de favelas em SP e RJ, por exemplo, são fruto de políticas de higienização urbana potencializadas pelo êxodo rural, que além de modificar a estrutura dos centros urbanos (estradas, praças, parques) também cumpriu o papel de limpar contingentes humanos que não correspondiam a ideia de progresso que se vislumbrava para a nação. O livro publicado em 1890 'O cortiço' do Aluísio de Azevedo retrata bem a população carioca da época e o modelo de habitação dos trabalhadores – ao cortiço.

*Não fomos vencidas pela anulação social,
Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial;
O sistema pode até me transformar em empregada,
Mas não pode me fazer raciocinar como criada;
Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo,
As negras duelam pra vencer o machismo,
O preconceito, o racismo;
Mulheres Negras, Yzalú*

O racismo garante uma dominação vertical de classe, visto que nossas elites são hegemonicamente brancas, e horizontal na própria classe, pois trabalhador não se enxerga no outro trabalhador. Nos EUA a abolição aconteceu em 1863 e atualmente apresenta cerca de 12% da população autodeclarada negra. O racismo norte americano, diferentemente que no Brasil, se institucionalizou através de Leis como as Leis Jim Crow⁹ (separados mas iguais). Nos EUA também se desenvolveram formas de resistência, como exemplo temos a autorganização dos negros através do Partido dos Panteras Negras, e do Movimento Black Power como uma instrumento de transformação da realidade a partir da luta específica. Um dos grandes ganhos da ideologia branca demiscingenação e da democracia racial é que isso interferiu e interfere diretamente no avanço de consciência da classe, mas, sobretudo do próprio negro, pois ele tem muitas vezes resistência de assumir a opressão que sofre, como se não falando sobre racismo ele fosse naturalmente sendo

superado. A ideologia da democracia racial e de que o Brasil é miscigenado impede dos trabalhadores compreenderem o racismo velado ou explícito e como isso historicamente limita, mutila e exclui os negros do país.

Na década de 20 surgem os primeiros periódicos da imprensa negra que retrata o modo de vida a fatos cotidianos: 'O Alfinete', 'A Redenção', 'A Sentinela', 'A Liberdade', entre outros. A mudança para um tom mais combativo contra a discriminação racial acontece após 1925 com o 'Clarim da Alvorada' (PEREIRA, 2008). A Frente Negra Brasileira (FNB) criada em 1931, num período de intensas transformações sociais, deu entrada como partido em 1936, mas logo com o Estado Novo foi declarado ilegal em 1937.

O negro, por intuição ou qualquer coisa, na Praça da Sé se reunia em grupo, e as discussões eram calorosas. (...) Em 30, não se tinha ideia do nome, mas estava se discutindo de como o negro poderia participar. Não se queria ficar marginalizado na transformação que se esperava. Havia um contentamento de ver aquelas famílias dos escravagistas apeadas ao poder. Era claro que na transformação tudo ia mudar. O negro sentia isso. (LEITE e CUTI, 1992)

Sobre a invisibilidade do negro dentro da esquerda é importante situarmos o grande partido de esquerda do período⁸. O PCB é criado em 1920, aglomerando os militantes que se colocavam a esquerda nos processos de luta no Brasil. Porém seguindo as teorias marxistas, sem ler a realidade brasileira, caracteriza o problema do capitalismo brasileiro como sendo um problema de ordem econômica. Dentro dessa análise todas as diferenças como raça e sexo seriam superadas a partir do momento que os trabalhadores conquistassem o poder. Além de que negavam a construção histórica do 'proletariado' brasileiro, contribuindo para a construção do negro como um ser *a-histórico*. Sobre isso Freire (2000) relata que:

Para ilustrar as dificuldades dos PCs frente à questão, o autor de *Rebeliões da Senzala* conta que, durante o processo constituinte pós-Estado Novo, o deputado Hamilton Nogueira (UDN) apresentou projeto contra o racismo a ser incluído na nova Constituição. No entanto, a bancada do PCB vota contra o projeto, sob o argumento de que no Brasil não existe luta de raças, mas de classes (!). (p. 12-13)

Em 1945 foi criado por dentro da UNE o Comitê Afrobrasileiro com o objetivo de entender, aprofundar e organizar as massas afrodescentes brasileiras. Abdias do Nascimento um dos seus criadores nos conta em seu livro *Quilombismo* (1980) que:

Foi então que os “radicais”, negros e brancos, revelaram

a verdadeira razão de sua presença no seio do Comitê: tratar de questão específica do negro era fascismo, que ia resultar a divisão das classes oprimidas. O grupo fundador do comitê insistiu na necessidade de o Comitê cumprir seu objetivo fundamental: a defesa das massas afro-brasileiras em todos os aspectos da realidade do país. E aqui chegamos ao momento culminante: usando máscaras negras dos “radicais” negros, os “radicais” brancos, como maioria, expulsaram do Comitê os seus

membros fundadores: Abdias do

Nascimento, Agnaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves.
Omotivo justificador da expulsão: éramos negros racistas!
(NASCIMENTO, 1980, p.173)

Para os próprios intelectuais da Escola de São Paulo, que foi composto por intelectuais como Florestan Fernandes e FHC, o problema do negro seria resolvido com o desenvolvimento do capitalismo e com justiça social. Hertz (2010) sobre a invisibilidade do negro afirma que a ideologia racista (diga – se então do embranquecimento, da democracia racial, do mestiço) cumpriu não apenas o papel de manutenção de uma de uma elite branca no país, e de uma imobilidade social por parte dos negros, mas também para os intelectuais e marxistas o papel *de limitar e bloquear ou bloquear as reflexões de parte de nossa inteligência sobre a problemática racial. A equação é simples: se o problema não existe não há por que investigá-lo* (HERTZ, p.12 Caderno do Andes).

Passamos pelo período da ditadura militar não sem mobilização e organização, em 1945 cria-se no RJ o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, com objetivo de interferir na Assembléia Nacional Constituinte. Sob a liderança de Abdias do Nascimento surge o *Teatro Experimental Negro* e logo depois o *Teatro Popular Brasileiro* sob a liderança de Solano Trindade. (PEREIRA, 2008). A década de 70 é a retomada do movimento negro, a partir do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR – e do Movimento Negro Unificado tem sua rearticulação no ano de 1973, a partir de uma mobilização contra o racismo a partir de uma situação onde três jovens atletas negros foram proibidos de nadar no Clube de Regatas do Rio Tietê.

Contudo, é por dentro do Partido dos Trabalhadores e de organizações forjadas pela classe (CUT, UNE) que há visibilidade e articulação entre o racismo e a superação do sistema capitalista, tanto pra dentro da organização, quanto para o exterior. Em 1988, no II Encontro Nacional "O PT e a questão racial" os delegados e delegadas definiram:

“Os negros petistas devem trabalhar, inclusive pedagogicamente, para que a cultura petista seja também anti-racista. Ao mesmo tempo em que travam um debate interno, os negros petistas devem trabalhar para organizar a população negra no partido, desde os núcleos até a direção nacional. Este trabalho deve ser feito considerando-se a necessidade de nos tornarmos uma força política no interior do partido que faça valer as reivindicações e interesses da população negra nos programas partidários”.

É no governo Lula/PT que mais se avança nas esfera de direitos formais e políticas para a população negra (Em campanha ainda caderno Brasil sem Racismo, Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, querendo transformar agora em Ministério, Lei 10.639 História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas da rede pública e privada, que em 2008 foi ampliada pra cultura indígena – pois conhecer nossas raízes étnicas é fundamental pra constituição da nossa identidade, o decreto que trata das áreas de comunidades quilombolas - decreto 4.088/03-PLC 180 - Ações Afirmativas em 2012 se tornou Lei, avanços na luta do Combate contra a discriminação e a intolerância religiosa, a criação de espaços e fóruns institucionais de discussão).

Entretanto, o mesmo partido que tem proposições avançadas de inserção do negro na esfera política e com programas que pautam algumas reparações, com a governabilidade vai

apresentando incoerências em seus discursos e suas ações políticas na realidade. A leitura que o Partido dos Trabalhadores faz dos limites que os fóruns e organismos de promoção da Igualdade Racial apresentam não é em nível programático (no âmbito do Programa Democrático Popular¹⁰), mas por desalinhamento político, por falta de correlação de força. Isso fica mais explícito na Resolução do último congresso do partido onde defendem uma reforma política, frisando principalmente a desarticulação entre governantes e a necessidade de ser majoritária em Congresso e avançar na sua representação política.

O movimento negro ainda está muito enraizado dentro do PT, tanto por terem membros e lideranças ainda no partido, quanto pelo próprio processo de romper com um programa de táticas, princípios e retomar uma estratégia para a classe. Esse é um processo de reorganização que ocorre de maneira desigual no país. É importante termos o exemplo da articulação da luta dos negros por dentro de um partido construído pela classe, e o saldo político e organizativo que proporcionou, contudo a reorganização precede um rompimento com o projeto petista, que se mostrou insuficiente para resolver o problema do negro no país, é fundamental apontarmos também para construção de novos espaços para a reorganização do movimento negro.

Os sociólogos preferem ser imparciais

E dizem ser financeiro o nosso dilema

Mas se analisarmos bem mais você descobre

Que negro e branco pobre se parecem

Mas não são iguais

Racistas Otários, Racionais MC's

Na atualidade as principais demandas que articulam o movimento negro se dão no âmbito da juventude e pela terra. Muito dessas lutas se potencializam pelo intenso período de retirada de direitos e pelas contradições vistas com a vinda dos megaeventos esportivos. No âmbito da universidade com a aprovação da Lei das Cotas em 2012 a bandeira histórica do movimento negro por Ações Afirmativas é implementada e dada como obrigatória em todas as universidades federais, contudo a grande demanda está sendo garantir não somente o acesso desses estudantes ao Ensino Superior Público, mas a permanência desses. Compreendemos que direito estudantil (casa do estudante, restaurante universitários, bibliotecas, etc.) não são políticas afirmativas. Garantir minimamente políticas específicas aos negros e pobres que ingressam é fundamental para que essa política seja efetiva.

Quando relacionamos os dados da Reforma Universitária com a proposta de Ações Afirmativas vemos o qual maquiavélica é a política de expansão e democratização do acesso ao Ensino Superior Público. Ainda há poucos dados que cruzem essas duas políticas, contudo é evidente que são estudantes/trabalhadores com um perfil diferente e com necessidades diferentes de grande parte dos estudantes. Não havendo condições de se manterem universidade e estão saindo. Os limites que o movimento vem apontando é a falta de permanência estudantil, políticas que combatam o racismo institucional (como a entrada dos cotistas majoritariamente no 2º

semestre) e incentivo de grupos de pesquisa que resgatem a história da contribuição do negro no país. Além de que essa luta tem que estar articulada articulada com um Projeto de Reparação Histórica ao povo negro.

Em se tratando da luta pela terra e habitação há dois movimentos importantes de pontuarmos: o Quilombismo e a Luta Contra as Remoções da Copa. A maioria dos descendentes negros explorados como escravos ainda sofrem com as mazelas da dita abolição. A questão da terra no Brasil sempre foi emblemática, pois bate de frente com as oligarquias rurais e agrárias. Hoje são mais de 5000 comunidades que se reivindicam quilombolas, porém desde a chegada ao poder do Governo Lula em 2002 houve pouquíssimas áreas de quilombo tituladas. Em 2012, por exemplo, tivemos apenas 1 comunidade titulada pelo governo federal, o Quilombo Chácara de Buriti, de Campo Grande/MS.

Outro exemplo que serve como marco dessa luta é o silenciamento da presidenta Dilma com relação a área pertencente aos remanescentes quilombolas do Quilombo Rio dos Macacos localizado em Simões Filho. A população do quilombo vem sendo constantemente alvo de perseguições, tendo seus direitos violados, com constantes ameaças de desocupação pela Base Naval de Aratu. As famílias se encontram a mais de um século e já teve comprovação de se tratar de um quilombo para refúgios dos negros refugiados da escravidão.

“..Diversão hoje em dia, não podemos nem pensar.

Pois até lá nos bailes, eles vem nos humilhar.

Fica lá na praça que era tudo tão normal,

Agora virou moda a violência no local.

Pessoas inocentes, que não tem nada a ver,

Estão perdendo hoje o seu direito de viver.”

Eu só quero é ser feliz, Rap Brasil

O cenário colocado para a juventude negra se agrava, pois estamos vivendo uma limpeza étnica no país com a vinda de mais de 10 anos de megaeventos esportivos. Foram gastos 30 bilhões para construções e arenas esportivas, ao mesmo tempo para a consolidação desse projeto de cidade/país ocorre uma verdadeira chacina da juventude negra. Políticas como as Unidades de Polícias Pacificadoras, a Internação Compulsória, as Remoções/Expulsões para locais distantes, a 'bolsificação da vida' se articulam para marginalizar e excluir – até mesmo fisicamente – negras e negros pobres da periferia. Acentuamos a raça, pois há atualmente no país também um projeto articulado pelo Estado de Genocídio da Juventude Negra, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a naturalização da miséria, a militarização das favelas e a cooptação de entidades e líderes comunitários por políticas assistencialistas potencializa a maior chacina de jovens negros de 15 a 25 (350mil de 97 a 2007). Importante colocar que os maiores dados de mortes são oriundos de grandes centros urbanos, como o eixo RJ e SP.

Opressão aos LGBT's

Fazendo um resgate histórico, podemos ver que na antiguidade o conceito de homossexualidade não existia, já que o amor entre iguais era comum. Tribos das ilhas de Nova Guiné, Fiji e Salomão, no oceano Pacífico, cerca de 10 mil anos atrás já exercitavam algumas formas de homossexualidade ritual. Os melanésios acreditavam que o conhecimento sagrado só poderia ser transmitido por meio do coito entre duplas do mesmo sexo. No rito, um homem travestido representava um espírito dotado de grande alegria, e seus trejeitos não eram muito diferentes dos de um show de drag queens atual. *

Na Grécia e na Roma da Antiguidade, era absolutamente normal um homem mais velho ter relações sexuais com um mais jovem. O filósofo grego Sócrates (469-399), adepto do amor homossexual, pregava que o coito anal era a melhor forma de inspiração – e o sexo heterossexual, por sua vez, servia apenas para procriar. Para a educação dos jovens atenienses, esperava-se que os adolescentes aceitassem a amizade e os laços de amor com homens mais velhos, para absorver suas virtudes e seus conhecimentos de filosofia.

Boa parte do modo como os povos da Antiguidade encaravam o amor entre pessoas do mesmo sexo pode ser explicada, ou ao menos entendida, se levarmos em conta suas crenças. Na mitologia grega, romana ou entre os deuses hindus e babilônios, por exemplo, a homossexualidade existia. Muitos deuses antigos não têm sexo definido. Alguns, teriam até mesmo nascido de uma relação entre duas divindades femininas. Não é nada difícil perceber que, na Antiguidade, o sexo não tinha como objetivo exclusivo a procriação. Isso começou a mudar, porém, com o surgimento do cristianismo.

Durante muito tempo, até meados do século XIV, no entanto, embora a fé condenasse os prazeres da carne, na prática os costumes permaneciam os mesmos. A Igreja viu-se, a partir daí, diante de uma série de crises. Os católicos assistiram horrorizados à conversão ao protestantismo de diversas pessoas após a Reforma de Lutero. E, com o humanismo renascentista, os valores clássicos, e assim, o gosto dos antigos pela forma masculina, voltaram à tona. Pintores, escritores, dramaturgos e poetas celebravam o amor entre homens. Além disso, entre a nobreza, a homossexualidade sempre correu solta. E, o mais importante, sem censura alguma.

No curto intervalo entre 1347 e 1351, a peste negra assolou a Europa e matou 25 milhões de pessoas. Como a causa da doença era desconhecida, a especulação ultrapassava os limites da saúde pública e alcançava os costumes. O “pecado” em que viviam os homens passou a ser apontado como a causa dela e de diversas outras catástrofes, como fomes e guerras. Judeus, hereges e sodomitas tornaram-se a causa dos males da sociedade.

Não havia outra solução a não ser a erradicação desses grupos. Medidas enérgicas foram tomadas. Em Florença, por exemplo, a sodomia foi proibida em 1432. O que resultou em setenta anos de perseguição aos homens que mantinham relações com outros. Entre 1432 e 1502, mais de 17 mil foram incriminados e 3 mil condenados por sodomia, numa população de 40 mil habitantes.

Leis duras foram estabelecidas em vários outros países europeus. Na Inglaterra, o século

XIX começou com o enforcamento de vários cidadãos acusados de sodomia. E, entre 1800 e 1834, 80 homens foram mortos. Apenas em 1861 o país aboliu a pena de morte para os atos de sodomia, substituindo-a por uma pena de dez anos de trabalhos forçados. Em 1897, o inglês Havelock Ellis publicou o primeiro livro médico sobre homossexualismo em inglês, *Sexual Inversion* (“Inversão sexual”, inédito no Brasil). Como muitos da época, ele defendia a idéia de que a homossexualidade era congênita e hereditária. A opinião científica, médica e psiquiátrica vigente era de que a homossexualidade era uma doença resultante de anormalidade genética associada a problemas mentais na família. A teoria, junto das idéias emergentes sobre pureza racial e eugenismo nos anos de 1930, torna fácil entender por que a lobotomia foi indicada para os homossexuais.

A situação só começou a mudar no fim do século XX, quando a discussão passou a se libertar de estigmas. Em 1979, a Associação Americana de Psiquiatria finalmente tirou a homossexualidade de sua lista oficial de doenças mentais. Na mesma época, o advento da aids teve um resultado ambíguo para os homossexuais. Embora tenha ressuscitado o preconceito, já que a doença foi associada aos gays a princípio, também fez com que muitos deles viessem à tona, sem medo de mostrar a cara, para reivindicar seus direitos. Durante os anos 80 e 90, a maioria dos países desenvolvidos descriminalizou a homossexualidade e proibiu a discriminação contra gays e lésbicas. Em 2004, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos invalidou todas as leis estaduais que a i n d a p r o i b i a m a s o d o m i a .

Um mesmo tipo de opressão assume múltiplas faces no capitalismo, que o recicla e o reinventa ao seu serviço, o mesmo fazendo até com a resistência a opressão. Precisamos ficar atenta “invisibilização” da opressão, que é um dos aspectos nesse sentido, e que talvez seja o mais grave talvez. O mesmo pode-se verificar no Brasil com o caso do carnaval. É bem exemplar disso: é considerado um espaço tolerante aos LGBTs e à cultura negra e popular. É também o momento das “inversões”, coisa que não ocorre no resto do ano inteiro. Temos assim o fato curioso, de “machões”, típicos homofóbicos e machistas, se vestirem de “mulé” ou “bicha” nesta festa. Os mesmos que batem em prostitutas, travestis e gays, e se comportam de maneira violenta com suas companheiras ou com homens que consideram mais fracos ou inferiores.

Outro fator importante que nos damos conta ao estudarmos um pouco sobre a origem das opressões aos LGBT's, é ver como a religião está diretamente ligada ao que é aceito pela sociedade, ao que é construído por um grupo. Mas só isso não diz o por quê essa opressão se mantém, porém nos mostra um dos diversos aparelhos ideológicos do Estado.

A crise sistêmica pelo qual passa o capital coloca na ordem do dia conflitos que extrapolam a disputa ideológica que o sistema utiliza. É um processo mundial em que xenófobos, racistas, homofóbicos passam a praticar todo tipo de violência contra imigrantes/migrantes, negros, ciganos e homossexuais.

Em uma situação de estabilidade plena do sistema esses conflitos permanecem adormecidos, mas o momento político e econômico mundial coloca em movimento as forças mais reacionárias em movimento. Toda essa violência conta ou com o apoio direto do Estado ou com a conivência das instituições (polícia, judiciário, etc.) do Estado. A onda de violência explícita contra os

homossexuais tem nessa situação a explicação. Isso sem falar da violência moral e física a que estão submetidos. A restrição a alguns empregos, a violência policial, o preconceito e manifestações homofóbicas são alguns tipos de violência que são praticados todos os dias.

Entendemos que a homofobia (ódio, aversão ou discriminação ao homossexual) é a expressão do conservadorismo que se opõe a tudo que questiona ou que se diferencia das normas estabelecidas pela classe dominante, nesse caso, para reafirmar os papéis tradicionais de cada gênero (masculino/feminino), demonstrar a força da Igreja e tentar manter dois dos pilares do modo de produção capitalista, o casamento e a procriação.

Mesmo com um maior destaque na mídia ainda não temos nenhum exemplo de uma punição eficaz dos homofóbicos, pois o próprio Estado não se empenha em criar mecanismos que realmente garantam o fim da violência aos homossexuais, contra a violência homofóbica, pelo contrário, muitas vezes o agente dessa violência é o próprio Estado que garante direitos básicos. A violência policial é outra faceta da política estatal. Como se não bastasse ainda há a política das Igrejas condenando a homossexualidade, estimulando a homofobia, aplicando a discriminação, negando a igualdade e até a vida.

Direito à união civil/estável e direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Numa sociedade socialista algumas lutas não serão necessárias, pois teremos garantida a liberdade sexual. No entanto, no sistema capitalista exigimos – além do reconhecimento jurídico da união civil e estável entre pessoas do mesmo sexo – o direito ao casamento, pois sabemos que sob esse sistema as garantias de herança e direito ao bens construídos conjuntamente precisam de trâmites legais. A hipocrisia da Igreja Católica é necessária para continuar encobrindo seus crimes: Ao mesmo tempo em que proíbe o casamento homossexual deixa impune a pedofilia em suas fileiras. A Igreja Evangélica não deixa por menos: Faz campanha contra a homossexualidade, mas não diz uma só palavra contra a prostituição infantil, a violência contra a mulher e o assustador aumento dos casos de estupro nas periferias do país. Pregam o amor e a procriação, mas na prática impõem a discriminação e o ato sexual violento.

Dessa forma nós devemos lutar por uma sociedade sem classes, pela revolução proletária, entendendo que assim acabará a opressão de uma classe pela outra e conseqüentemente de um indivíduo pelo outro, independente de raça, gênero ou opção sexual.

Auto-organização

A construção social de sujeitos negros, mulheres e lgbtt's é diferentes. São muitos processos de mutilação da autoimagem e discriminação que fazem com que essas pessoas tenham dificuldade de se inserirem vida política do país. Somente uma mulher sabe o que é ser mulher em uma sociedade machista. A partir desses relatos é que se constrói uma identidade coletiva, se instrumentaliza esses sujeitos das origens de sua opressão, onde esses grupos possam pensar sua própria situação e alternativas para o combate das opressões. Já está muito bem embasada teoricamente a necessidade estarmos com o conjunto da classe trabalhadora (que é negra, é mulher e tem a sexualidade das mais variadas) para a transformação social que tanto almejamos,

mas para isso precede debatermos as formas de opressão em nossas organizações e como elas se expressam em nossos discursos, nossas teorias e nossa prática.

Dentro de nossas organizações e em nossa militância também essas relações de opressão irão se expressar e é necessário que criarmos políticas para não individualizar essas situações, como se a contradição fosse o homem, o branco ou o homossexual e não uma ideologia burguesa para oprimir e separar os trabalhadores. Nesse sentido que reafirmamos a importância das organizações de trabalhadores e estudantes criarem políticas para dar conta de combater as opressões e fóruns para debater-las.

Uma saída que muitas organizações/partidos têm visto como alternativa são as secretarias de mulheres, setoriais de negras e negros e LGBT's como tentativa de garantir o debate e as políticas que combatam as opressões. Essas organizações internas a 'organização maior' tem a tarefa de fomentar o debate, pensar formações e propor políticas para o partido debater em seus fóruns. Quando as diferenças são transformadas em desigualdades, garantir uma organização que abarque a pluralidade que é a classe trabalhadora é uma tentativa de superar a invisibilidade que a leitura mecânica da teoria econômica de Marx gerou por muito tempo dentro da esquerda.

Notas

1. <http://diariodocongresso.com.br/novo/2013/08/19/ibge-mulhres-e-negros-ficam-mais-tempo-desempregados-no-brasil/> consultado dia 23/08/2013
2. Veja Plano Diretor da Reforma do Estado – Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE)
3. Veja Savianni (2004)
4. mapa da violência 2012 <http://mapadaviolencia.org.br/> Consultado dia 23/08/2013
5. <http://familia.com.br/como-apreciar-seu-marido> Consultado dia 23/08/2013
6. Ver mais em JAMES, Cyril Lionel R. Os Jacobinos Negros – ToussaintL'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000. Obra clássica sobre o papel de ToussaintL'Ouverture na Revolução Haitiana.
8. Ver mais em Amauri Mendes Pereira e Carlos Moore
9. As leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos Estados Unidos, em vigor entre 1876 e 1965, e que afetaram afro-americanos, asiáticos e outros grupos. A "época de Jim Crow" ou a "era de Jim Crow" se refere ao tempo em que esta prática ocorria. As leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros. Estas Leis de Jim

Crow eram distintas dos Black Codes (1800-1866), que restringiam as liberdades e direitos civis dos afro-americanos.

10. Ver mais em *Metamorfose da Consciência de Classe*, Mauro Iasi.

Referencial Teórico

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Expressão Popular

MARX, ENGELS, LENIN. ZETKIN, TROTSKY. *A Mulher e a Luta pelo Socialismo. Clássicos do Marxismo*. Editora Sundermann, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?*. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos divide*. Editora Sundermann, 2002.

DIAS, Hertz da Conceição. Teoria Marxista e Ideologia da Negritude. In: *Revista Universidade e Sociedade ANDES – SN ano XX, nº 46, p. 8-17, 2010.*

SANTOS, Rosenverk Estrela. Ações Afirmativas em Perspectiva Marxista. In: *Revista Universidade e Sociedade ANDES – SN ano XX, nº 46, p. 18-27, 2010.*

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Editora Nandayla, 2008.

A LUTA PELA FORMAÇÃO UNIFICADA... EM DEFESA DA LICENCIATURA AMPLIADA

Manoel Silva
Caroline Roque

O presente texto busca ser um movimento de continuidade ao que o Movimento estudantil de educação física (MEEF) vem se propondo há mais de 30 anos: acumular sobre o debate de formação, e em específico a formação em educação física, afim de que esse acúmulo instrumentalize e potencialize a luta estudantil.

Tendo a compreensão de que a formação de trabalhadores é algo precioso no funcionamento do atual modo de produção, é essencial que compreendamos como nossa formação é engendrada, quais seus desenvolvimentos históricos e como podemos pensar algo pra além do que está posto. Entender ainda o debate de formação a partir da compreensão de uma sociedade dividida em classes não é uma tarefa fácil, entretanto é fundamental para que possamos sair da superficialidade, da aparência desse fenômeno e buscar nos aproximar de sua verdadeira essência, entendendo os problemas da formação pra além dela mesma.

Partiremos assim, da exposição das relações estabelecidas entre a educação e a sociedade, a partir das mudanças no mundo do trabalho das últimas décadas. A partir disso, será tratado como essas mudanças se desdobram na educação superior brasileira - e em específico nos cursos de educação física - e a relação de tais mudanças com as Diretrizes curriculares nacionais, apontando as consequências para a formação na área. Por fim, buscaremos brevemente apresentar a proposta de Licenciatura defendida pelo MEEF e a luta que vem sendo travada pelos estudantes organizados em todo Brasil em torno da campanha "Educação física é uma só! Formação Unificada JÁ!".

O Brasil no contexto das reformas educacionais

Quando debatemos acerca da educação, o fazemos a partir da compreensão de que a educação enquanto ato especificamente humano, sendo que “a origem da educação coincide com a origem do próprio homem.” (SAVIANI, 2003). Assim, falamos de um ato intrinsecamente ligado à existência humana, através do qual o homem consegue repassar de geração em geração todo o acúmulo sobre como agir sobre a natureza e, a partir do trabalho assegurar sua existência.

Entretanto, com o surgimento da propriedade privada e, portanto, das classes, a educação passa a ser uma das principais ferramentas da classe dominante para perpetuar sua dominação, explicando, por exemplo, a inserção e ampliação do acesso da classe trabalhadora à escola. Além disso, no modo de produção capitalista, assim como todas as esferas da vida humana, a educação é foco de sucessivas tentativas de mercadorização, algo que irá se acentuar a partir do estado neoliberal.

Para caracterizar a educação no Brasil atualmente, e tendo em vista as limitações deste texto, é central que olhemos para o que foram as duas últimas décadas e quais políticas se expressaram no campo econômico. Com ascensão na década de 70 nos países desenvolvidos e,

chegando ao Brasil no início da década de 90, o neoliberalismo irá se mostrar como uma resposta necessária a crise estabelecida desde os anos 70. Tal política defende, basicamente, a manutenção de um Estado mínimo para os gastos com políticas sociais, e que seja máximo para o capital e suas necessidades.

Se no plano econômico e social o neoliberalismo obteve alguns avanços, seus maiores êxitos foram no plano ideológico. Como afirma Anderson (1995)

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (...)

Ou seja, o Brasil vivenciará principalmente a partir dos anos 90 uma política de desresponsabilização do Estado para com os direitos básicos de saúde, educação, esporte e lazer, etc; abrindo as portas para que a iniciativa privada “assegure” através da venda o que antes era de direito.

Aliado a isso, tem início a partir de 70 a reestruturação produtiva, com vistas a alterar as bases da produção, que não mais conseguiam manter elevadas as taxas de lucro. Dessa forma, passa-se de uma produção em massa para uma produção mais flexível, o conhecido sistema de encomenda- produção- entrega “*just in time*”. A partir de então, a necessidade passa a ser de um novo trabalhador, que não produziria mais de maneira retilínea (esteiras), mas através de células, assumindo diversas tarefas e funções, ou seja, um trabalhador polivalente do qual passou a ser extraído o máximo de suas capacidades físicas e intelectuais. Como afirma Pinto (2010):

... a ideia era permitir que os trabalhadores adquirissem o conhecimento, executassem e passassem a se responsabilizar por várias fases do processo produtivo total, o que lhes possibilitaria desenvolver múltiplas capacidades, que, ao final, seriam reaproveitadas no cotidiano de seu trabalho, com aumento da produtividade.

Toda essa mudança no terreno econômico, irá exigir do estado brasileiro mudanças significativas, seja na forma de gerir o próprio estado, seja nas políticas voltadas às necessidades sociais, como é o caso da educação. Iniciadas na década de 90 por Collor e FHC, as reformas buscarão atender as demandas colocadas para o Brasil, país dependente (MARINI, 2005) situado na periferia do capitalismo mundial. Como veremos mais adiante, após a saída de FHC o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) dará continuidade a esses desígnios apontados pelos organismos mundiais (BM/FMI/UNESCO), aplicando ao país a “cartilha” de tais organismos.

A primeira das referidas reformas foi a Reforma do Estado, realizada durante o segundo mandato de FHC e encabeçada por Bresser Pereira, e que se sustenta na análise de uma crise do aparelho estatal, tendo este se transformado “na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo.”(PEREIRA, 2007). Tudo isso, para assegurar que

fossem cumpridas as normas estabelecidas pelos grandes organismos financeiros como o Banco Mundial e o FMI para países periféricos como o Brasil.

Como a educação está diretamente associada à produção econômica, mudanças nesse âmbito necessariamente irão exigir reformas educacionais o que é observado, na prática, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional (LDBEN). Ou seja, para dar respostas às mudanças no mundo do trabalho seria necessário se repensar a educação no Brasil, na intenção de se forjar um novo trabalhador que se adaptasse às novidades no ramo da produção econômica: um trabalhador flexível e polivalente, forjado a partir de uma formação minimalista (LEHER) que lhe assegurasse o mínimo de conhecimento específico para se inserir no mercado de trabalho. Não cabendo portanto a esse novo trabalhador obter conhecimento amplo e generalista, ocasionando sua fragmentação enquanto ser crítico e articulado com outros saberes.

A partir da aprovação da LDBEN em 1996, é apontada a necessidade de criação das Diretrizes curriculares nacionais (DCNs), que serão marcos regulatórios para a criação dos cursos de nível superior. As diretrizes passam então a substituir os currículos mínimos, estruturas rígidas e com elevado número de disciplinas obrigatórias, que vão de encontro às necessidades postas pela reestruturação produtiva, de um trabalhador que seja formado pelo viés da flexibilidade e de forma aligeirada, ou seja, um trabalhador mais adaptado ao mundo do trabalho.

Diretrizes curriculares e a formação em educação física

É no bojo de tais transformações (reajustes), muito bem engendradas pelos organismos financeiros mundiais - capitaneadas pelos EUA e conduzidas pelos países centrais (economicamente) da Europa, que o projeto neoliberal, principalmente a partir da década de 1990 começa a inserir seus tentáculos no Brasil. Sobre esse aspecto, a análise do acúmulo de debates do MEEF/EXNEEF é bem enfatizada por Nozaki (2004) quando o autor nos afirma que tais transformações podem ser evidenciadas, dentre outros fatores, pela importância estratégica do campo educacional para o avanço da força produtiva capitalista, pois vale lembrar que

[...] presenciamos no Brasil da década de 90, vários ajustes estruturais e políticos (reformas, privatizações), advindos da reestruturação do capital via globalização da economia. Tais reajustes, orientados pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a serviço do grande capital especulativo e financeiro, canalizam-se, entre outras instâncias, para as reformas na educação (Taffarel 1997b, 1998; Fonseca, In: Tommasi, Warde, Haddad, 1998; Soares, *ibid.*; Tommasi, *IBID.*)

(NOZAKI, 2004)

Portanto, é a partir dessa conjuntura político-econômica em âmbito global que ganha força a estratégia político-ideológica para o campo da educação, em especial à formação em educação física no Brasil, que a partir de 2004, na então vigência do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que se institui a Resolução nº 07/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), a qual implementa as diretrizes curriculares nacionais para a formação em educação física.

Tal resolução estabelece um marco regulatório que divide (fragmenta) a formação em licenciatura, bacharelado e tecnólogo, pauta esta que o MEEF vem acumulando em seus debates e avaliando como grande dano à formação, em virtude do amoldamento do então “profissional de educação física” aos anseios e necessidades do mercado. Dificultando a este novo profissional de construir/exercer sua autonomia crítica e ação formadora de opinião principalmente no campo não escolar.

Todavia, cabe-nos ratificar que este processo se deu em meio às adaptações ao longo das crises financeiras porque vieram passando os países imperialistas diante da necessidade que estes tiveram, sobretudo nos anos 2000, de estabelecer uma tendência de cooptação da classe trabalhadora e destruição dos seus organismos de luta para que os ajustes estruturais fossem aprofundados (TAFFAREL, 2011).

Estes mecanismos incidem sobre a classe trabalhadora para desqualificá-la. Um deles na formação acadêmica, dividindo a formação, fragilizando pelo esvaziamento teórico a formação dos trabalhadores. O outro é nos campos de trabalho delimitando a atuação e com isto restringindo intervenção da classe trabalhadora nos campos de trabalho. (TAFFAREL, 2001).

Desta forma, é importante esclarecer que o processo de aprovação da Resolução 07/CNE/2004 se deu sobre forte ingerência do sistema CONFEF/CREF's, fazendo com que as deliberações impossibilitassem a construção de um espaço qualitativo e de ampla participação dos setores da área, gerando com sua ingerência um falso consenso sobre a aprovação das atuais diretrizes para a formação em educação física.

Tais diretrizes trazem consigo a clara concepção de formação voltada ao mercado e suas necessidades, ao defender uma formação pautada em *competências e habilidades*, que joga para os sujeitos a responsabilidade de se formar e adquirir as habilidades necessárias para sua inserção e adaptação ao oscilante mercado de trabalho, ou seja, direcionando a formação para o emprego e para o desemprego que se apresenta de modo estrutural.

Por isso, o MEEF se coloca contrário às atuais Diretrizes curriculares nacionais, tanto pelo atropelado processo de construção, que expõe o CONFEF/CREF como um dos principais atores interessados no direcionamento das mesmas, quanto pelo retrocesso que representa para a área, desconsiderando os avanços que a mesma teve a partir dos movimentos renovadores da década de 80 e que, desde lá já apontavam que a educação física é uma só.

A Fragmentação da educação física. Outra formação é possível?

Ao longo do tempo em que se vem vivenciando e evidenciando-se o que de fato tem significado passar por duas modalidades de formação em educação física, seja com o início da formação pela modalidade licenciatura, seja com o início pelo bacharelado, ou ainda passando por apenas uma modalidade e tendo o acesso negado aos demais conhecimentos, é que alguns estudantes de escolas onde a fragmentação já é realidade, vêm apontando inúmeras problemáticas

para a formação.

Problemáticas que perpassam desde a negação dos conhecimentos, sejam eles de cunho biológico no caso da Licenciatura, seja os conhecimentos pedagógicos que são negados aos bacharéis; a divisão entre teoria e prática, que ocasiona uma formação idealista e que, no âmbito da universidade é fruto da desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão; ou ainda a perda da identidade profissional, intensificada pelo sistema CREF/CONFED ao alegar a divisão da categoria em professores e profissionais, jogando estudantes contra estudantes e trabalhador contra trabalhador.

No intuito de expor essas contradições aos estudantes de educação física é que o MEEF preza pela realização de debates e espaços de formação além de estabelecer diálogo com as entidades de base e ainda produzir materiais para a formação política dos estudantes, nas escolas.

Nesse sentido, ao longo de mais de 30 anos o MEEF vem acumulando um rico processo de debates acerca da formação, mundo do trabalho e projeto histórico de sociedade. Eixos que estão estritamente interligados com as discussões que norteiam a defesa pela unificação da formação. A partir desse acúmulo e junto à contribuição de estudiosos do setor progressista da área, como o caso de pesquisadores do grupo LEPEL, é que nasce a proposta da Licenciatura Ampliada como instrumento político pedagógico de superação da fragmentação da formação.

Pra além de ser uma mera justaposição entre licenciatura e bacharelado, a Licenciatura Ampliada é uma proposta que se apresenta enquanto tentativa de superação dos problemas resultantes da fragmentação da formação, apontando uma nova concepção de formação que não seja determinada a partir dos interesses do mercado. Assim, a proposta assume a perspectiva de formação humana, que se pretende não de forma dicotomizada e fragmentada em partes, mas de forma ampla, *omnilateral*, contrapondo a unilateralidade com que somos formados no atual modo de produzir a vida. Ou seja, uma formação que vá além da instrumentalidade técnica à que se restringe os currículos, proporcionando também uma formação científica, política, cultural, artística, etc.

Para tanto, a proposta referencia o *trabalho* enquanto *princípio educativo*, entendendo que “o homem só conhece o que é objeto ou produto de sua atividade material” (LACKS, 2004). Tal defesa se assenta na compreensão do duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista, tendo uma dimensão ontológica de humanização do homem e através do qual o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo se transforma; e sua outra dimensão, histórica, que neste modo de produção irá se expressar através do trabalho assalariado, logo, da exploração do homem pelo homem. Assim, o trabalho irá se mostrar de forma desumanizadora e alienante. Mesmo dentro dessa contradição, o trabalho ainda é entendido enquanto princípio educativo, por ser a categoria fundante do ser social através do qual o homem aprende a ser home, humaniza-se.

Na especificidade da educação física, o trabalho é centrado no ato pedagógico através do qual o professor a partir de um conteúdo e método irá transmitir determinado conhecimento. Logo, a Licenciatura Ampliada defende o *trabalho pedagógico* enquanto *identidade do profissional* de educação física, não se justificando mais um vez a fragmentação do processo formativo, uma vez que todos nós estamos nos formando professores, que irão atuar em diferentes ambientes. Portanto, entende que os conhecimentos da área são os mesmos tanto no ambiente escolar quanto o não-escolar, o que irá mudar é a intencionalidade pedagógica que o professor deve ter em cada

ambiente.

Temos como marca de nossa formação hoje a organização por disciplinas, de forma linear, etapista e a-histórica. Aprendemos como se o conhecimento fosse algo dado e imutável, quando na verdade tal conhecimento é fruto de constantes desenvolvimentos históricos, criado e recriado pelo homem. Assim, a proposta de LA entende a *história* enquanto *matriz científica*, ou seja, é de onde parte o conhecimento sistematizado. Além de defender a historicidade do conhecimento, entende o homem enquanto sujeito histórico que pode transformar o que está ao seu redor.

Compreendemos portanto, que não se trata simplesmente de um reajuste de disciplinas no currículo, mas sim uma nova concepção de formação assentada sobre uma nova forma de organizar e tratar com o conhecimento e que prevê para além de tudo isso, a ampla democracia nas decisões e a auto-organização estudantil.

Importante ressaltar que, no que se propõe a Licenciatura ampliada, entra em confronto direto com a atual organização da universidade e principalmente, com as transformações que a mesma vem passando a partir da implementação da Contra-Reforma Universitária do governo PT. Não há como se pensar em defender uma proposta que articule ensino, pesquisa e extensão, que possibilite sólida formação teórica e que se referencie nas demandas dos trabalhadores quando vemos a cada dia que passa a universidade se voltando cada vez mais às demandas do mercado, abrindo as portas para as Parcerias público privadas (PPPs) ou ainda sofrendo de enorme precarização via REUNI. Portanto, há que se destacar que a luta pela Licenciatura Ampliada está intrinsecamente ligada à luta contra essa Reforma universitária e por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

“Educação física é uma só! Formação Unificada Já!”

Como forma de potencializar nas escolas a luta em defesa da unificação e da Licenciatura Ampliada (LA), é que a partir de 2009, no Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF), realizado na USP, nasce a campanha nacional pela unificação da formação, intitulada “Educação Física é Uma Só! Formação Unificada Já!”.

Dentro desse contexto de lutas pela revogação das atuais DCN e reivindicação pela LA é importante esclarecermos por qual realidade vem passando as escolas e os embates travados frente à problemática da fragmentação. Sendo assim, evidenciamos duas principais perspectivas de lutas a favor da formação unificada, pelas quais vem se mobilizando os estudantes.

A primeira trata-se das lutas que vem sendo travadas pelos estudantes que já sofrem na pele o que é viver uma formação fragmentada, tendo este estudante a necessidade de concluir as duas modalidades (licenciatura e bacharelado) para então ter a possibilidade ampla de atuação no campo de trabalho; a segunda trata-se dos estudantes que não possui sua formação dividida, mas que suas escolas vêm sofrendo grandes tensionamentos para justificar a divisão em licenciatura e bacharelado.

Sobre a primeira perspectiva de luta contra a fragmentação podemos citar um significativo avanço no embate rumo à unificação da formação, como é o caso das escolas UFRG e UFSM que vêm se mostrando como importantes referenciais de luta em torno da unificação, obtendo certos

avanços quanto à reestruturação curricular, porém, não distantes de um cenário conflituosos e de cooptação de alunos e professores por parte do setor conservador da área. E mais recentemente tivemos também os casos da UFRJ e da UFES que vem tendo avanços quanto à mobilização dos estudantes para a discussão sobre a importância da campanha, além das várias outras escolas que vem no dia-a-dia construindo a campanha pela formação unificada, como UFG, UECE, UFC, UEVA, UFPR, UEM, UFRRJ, UFSC e tantas outras escolas que vem potencializando o debate a partir da campanha.

Compreendemos que a maior vitória dessa campanha não está centrada em uma ou outra consolidação da unificação, mas o maior saldo observado ao longo desses 5 anos de campanha certamente foi o fortalecimento das entidades de base (CAs, DAs, coletivos organizados), que conseguiram a partir dessa pauta específica potencializar a luta e a organização em suas escolas.

Quanto a segunda perspectiva de luta, pensamos que os estudantes das escolas que não vivem a fragmentação, estejam, de certa forma, deslocados da riqueza dos debates pelos quais já vêm passando os demais estudantes com sua formação fragmentada. Isto se deve à falta de acirramento das contradições, muitas das vezes inexistentes em escolas onde existe apenas a oferta da licenciatura, ou apenas a oferta do bacharelado como propostas de formação. Fazendo com que os estudantes dessas escolas ainda não compreendam a importância das discussões frente à realidade de uma formação fragmentada.

Todavia, é importante ressaltar que apesar da dificuldade de compreensão, por parte de estudantes que não vivenciam a formação fragmentada, acerca da necessidade de se debater a questão da formação, já vem sendo identificadas escolas de referência de luta contra a fragmentação. Escolas que apresentam a licenciatura como modalidade de formação, e que já vêm acumulando debates ao ponto de avançarem para a implantação da licenciatura de caráter ampliado como modalidade de formação, como é o caso da UEPA, UFPA e UFBA.

A realidade dessas escolas tem nos evidenciado que não se tratam de exemplos que se mostram, em certa medida, em posição de vantagem, ou num patamar de estágio mais elevado no que diz respeito à luta pela formação ampliada e generalista. Visto que também, não se vêem ilhas de um cenário conflituosos e de fortes tensionamentos para dividir a formação, como tem sido o caso da UEPA que vem sofrendo grande embate, por parte do setor conservador, para implementar a modalidade de bacharelado.

As justificativas dos conservadores se dão principalmente pela alegação de que o desenho curricular da UEPA (que apresenta a licenciatura plena de caráter ampliado como proposta de formação) não atende as exigências das demandas do mercado, e por outro lado pela justificativa de que as disciplinas práticas esportivas desapareceram e que portanto o curso ficou “muito pedagógico”, e então é preciso de um curso que trará as práticas que num certo momento histórico da educação física era demasiadamente enfatizada (tendência esportivista-tecnicista).

Estas justificativas vem, em muita medida, corroborar o que já vem sendo arquitetado pelo sistema CONFEF/CREF: a proliferação dos cursos de bacharelados, com fins lucrativos e de amoldamento do trabalhador – o professor de educação física - para o campo de trabalho. Tanto que é notável a ligação do setor conservador com o CONFEF/CREF a partir da manifestação de alguns professores desse setor para concorrer às cadeiras do CREF.

Por fim, olhando para o atual período, de refluxo das massas, cooptação dos movimentos combativos e reorganização da classe, compreendemos que é central o papel cumprido ao longo dessa meia década pela Campanha, ao partir de uma pauta específica que toca diretamente o estudante e que consegue a partir dela potencializar a luta e a organização estudantil.

É essencial nesse momento histórico, em que entidades históricas como PT, CUT e UNE se colocam do outro lado da luta, que os movimentos se voltem às bases investindo esforços em uma política de formação e organização, afim de que consigamos romper com esse estado de coisas e assegurar uma formação humana, generalista, omnilateral em uma sociedade que supere as relações de opressão e exploração dos trabalhadores.

Referências

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Niterói: UFF, 2004.

TAFFAREL, Celi Zulke. Crítica à Formação na Educação Física: em defesa de novas diretrizes curriculares. In: EXNEEF. **Caderno de Debates Volume XIV**. São Paulo: EXNEEF, 2012.

Este texto² tem por objetivo lançar algumas pequenas reflexões e abrir alguns pontos de discussão sobre o tema da criminalização dos Movimentos Sociais (MS), tema recorrente de debates em períodos de maior ascensão de lutas, como as manifestações de junho-julho, mas que como fenômeno nunca cessa, sobretudo na periferia e movimentos populares.

Inicialmente lançamos algumas questões sobre a constituição dos Movimentos Sociais no Brasil, como expressão de lutas reivindicatórias e espontâneas, e seu papel na luta de classes. Em seguida colocamos em debate a perspectiva teórica da constituição do bloco hegemônico de poder, que nos permite compreender as relações entre estrutura econômica e superestrutura político-ideológico, aprofundando na relação entre mídia, Estado e Movimentos Sociais. Por fim, situamos como a criminalização se expressa no âmbito do Movimento Estudantil (ME) e mais especificamente no Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF)

Importante ponderar, que as recentes grandes mobilizações são tomadas aqui como exemplo histórico e não como objeto de debate em questão, guardando assim ao texto algumas considerações gerais do tema da criminalização.

Movimentos Sociais - algumas considerações objetivas e subjetivas

Diante da avalanche intelectual pós-moderna e do fetiche pelo “novo”, para debatermos a questão da criminalização dos Movimentos Sociais, faz-se necessário alguns alicerces que nos permitam compreender esse sujeito político e coletivo que aqui falamos. Para tanto, cabe algumas considerações sobre a base material objetiva e as questões subjetivas que fizeram florescer esse novo ser social coletivo.

Se como nos afirmam Marx e Engels (2000) a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes, sempre houveram sujeitos coletivos condicionados a sua historicidade que colocavam em curso o desenvolvimento da sociedade a partir de suas contradições e conflitos internos.

O capitalismo, como forma histórica do desenvolvimento da humanidade, calcado na divisão do trabalho e na industrialização, forjou novas classes sociais e com elas novos sujeitos coletivos, que a partir da contradição capital x trabalho, dinamizam a realidade através de interesses antagônicos que se manifestam em lutas sociais.

A revolução industrial forjou não só mais um sujeito coletivo, mas sim o sujeito coletivo portador da possibilidade de emancipação de toda a humanidade, o proletariado, que por seu lugar na organização do trabalho no seio do modo de produção capitalista, para libertar-se necessariamente deve libertar toda a humanidade, legando ao passado as classes sociais. Cabe aqui ressaltar que não entendemos como proletariado apenas o operário fabril, mas sim todos àqueles que por não possuírem outra mercadoria (em um mundo mercadorizado) que não seu

próprio corpo e sua capacidade de trabalhar, sobrevivem as custas de sua venda, normalmente mediante o recebimento de um salário, estando inseridas no processo de reprodução ampliada do capital, ou seja, na produção, circulação e divisão desigual da riqueza produzida

A ressalva feita no parágrafo anterior é fundamental para refletirmos os movimentos sociais na atualidade, pois, concordando com Marcelo Badaró:

[...]parto de uma análise do momento histórico atual como sendo aquele em que: a classe trabalhadora vive, em seu confronto com o capital, uma época histórica de derrotas, que se iniciou por volta da primeira metade da década de 1970 em escala internacional e que no Brasil se tornou mais visível a partir dos anos 1990. Tal derrota significou, do ponto de vista objetivo, uma maior precarização das relações de trabalho, ou seja, a retirada dos direitos (entendidos como limites à exploração) conquistados em momentos anteriores, quando a correlação de forças não lhe era tão desfavorável. Significou também uma ampliação das taxas de desemprego e um agravamento das condições de vida. Do ponto de vista da subjetividade coletiva, a derrota teve por conseqüências principais o recuo do sentimento de pertencimento a uma coletividade social – a identidade de classe – e da identificação com os projetos de transformação social orientados por uma perspectiva de classe dos trabalhadores. Fragmentação, portanto, não apenas no nível objetivo das relações de trabalho, mas também no plano da consciência de classe. (MATTOS, ano N.I)

A derrota de que trata o autor, trata-se do intenso processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1970, que associado ao ideário neoliberal e financeirização da economia resultará em uma classe trabalhadora extremamente complexa e fragmentada.

Se antes o sujeito político protagonista, era o operariado e seus instrumentos, sindicatos e partidos políticos, com essa nova ordem objetiva e subjetiva, e a não mudança de rumos do capitalismo, que contínua a empurrar a humanidade para o precipício da barbárie, com a crescente destruição da natureza, precarização da vida em todas as dimensões, ampliação das desigualdades sociais e as recorrentes crises econômicas que se manifestam em todas as partes do globo, a classe trabalhadora procurará resistir das mais variadas formas.

Utilizando uma constatação de Marcelo Badaró, feita a partir de uma série de levantamentos de dados, que demonstram como a reestruturação produtiva conformou a classe trabalhadora no Brasil, pode se concluir que:

“Antes de mais nada, que ela existe e se expande no Brasil recente. Além disso, que seu perfil atual é majoritariamente urbano, com distribuição percentual de cerca de 25% na produção e o restante nos serviços e, em menor escala, no comércio. As formas de exploração contemporânea evidenciam a precariedade dos empregos e o desemprego elevado, agravados pelos baixos salários, em indicadores que se tornam ainda mais negativos para os contingentes feminino e negro da classe. Do ponto de vista das condições de vida, miséria e violência cercam grande parte dos trabalhadores.” (MATTOS, ano N.I)

Se olharmos para o processo histórico de constituição social do país poderemos ver:

[...] do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho, com integração social pela via dos direitos. [...] Na época em que tal pacto fez um tímido ensaio, ele foi abruptamente interrompido por um golpe de Estado civil-militar. Os

ecos desse golpe ainda ressoam não só na chamada “segurança pública”, que hoje tem feição de guerra declarada contra os pobres, mas em outros setores tecno-assistenciais do Estado brasileiro, em âmbito federal, estadual e municipal. Essa ressonância se deve ao fato de que a ditadura civil-militar de 1964-1985, conquanto tenha sustado o pacto redistributivo, tocou para a frente a modernização retardatária brasileira, e o fez em bases rigidamente conservadoras, engendrando uma formação social ornitorrítica em que vetores socioeconômicos supostamente arcaicos e atrasados revelaram-se não como entraves às engrenagens do desenvolvimento capitalista, e sim como seus componentes motores.” (BRITO e OLIVEIRA, 2013, pg 66)

Ou seja, uma série de reformas de base, como a reforma agrária e urbana, não só não foram feitas no Brasil como essa foi a própria forma do nosso desenvolvimento e inserção na economia globalizada.

Até aqui procuramos demonstrar como há uma tenebrosa base objetiva para que grupos com interesses específicos comuns, como o direito a terra, ao transporte, a educação, saúde, defesa do meio ambiente, entre outros, se aproximem e se organizem para defender seus interesses mais imediatos.

Passemos agora para algumas considerações de caráter subjetivo, tomando como ponto de análise o ciclo de lutas iniciado ao final da década de 1970, que forjou os principais instrumentos da classe trabalhadora no país. De forma desigual e combinada, enquanto boa parte do mundo já engendrava o processo de reestruturação produtiva, no Brasil vivíamos uma grande ascensão de lutas sociais, tendo a frente o novo sindicalismo forjado no ABC paulista, mas que carregava consigo toda a classe trabalhadora, em processo de recomposição após o período de esfacelamento da ditadura civil-militar.

As lutas, inicialmente limitadas a suas expressões econômicas e em pautas específicas, logo se converte em luta política, com a criação do Partido dos trabalhadores no início da década de 80, que expressava os anseios mediatos, históricos, dos trabalhadores. Nesse mesmo processo, constitui-se a CUT, a UNE ressurgem, organizam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimentos da educação, da saúde, de desempregados, sem-tetos, entre tantos outros, fazendo da década de 1980 um rico cenário de lutas de classe no Brasil.

Apartir da década de 1990 a expressão maior desse processo de lutas, o PT, passa a adotar e privilegiar a estratégia da luta institucional, via eleições, sofrendo influência da crise do fim da história com a queda do muro de Berlim, que levou à um recuo das organizações e teóricos da classe trabalhadora, que passam a não mais perspectivar a transformação radical da sociedade, e ainda contribuem fazer coro a ideologia neoliberal, esvaziando o sentimento de pertencimento comum, o que necessariamente leva à uma crise das formas partidárias, ainda hoje visíveis.

Feitas essas considerações, podemos configurar os MS como uma expressão da luta de classes, ou seja, grupos de trabalhadores que se organizam para reivindicar algum interesse específico, que conscientemente ou não, contribuem para um projeto de sociedade. Sendo assim não substituem as demais formas históricas de organização dos trabalhadores, sindicatos e partidos, sobretudo os últimos que em tempos de levantes espontâneos que surgem a todo momento como resultado das contradições de classe, necessitam de uma saída que aponte para a superação da totalidade da ordem vigente.

Bloco Hegemônico de Poder e a Criminalização

Marx (2008) em seu esforço para construir o esboço que guiaria a construção de sua principal obra *O Capital*, sintetiza seu pensamento assim:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2008, pg 47)

As manifestações de junho-julho no país, deram vida a concepção materialista da história descrita acima por Marx. Advindas das entranhas das contradições do modo de produção capitalista, que para suprir sua incessante fome de lucro retira cada vez mais daqueles que tem fome de verdade, logo demonstraram como a superestrutura jurídico, militar e ideológico atuam na manutenção da ordem vigente.

A lógica de acumulação capitalista sempre necessitou do Estado ampliado, ou seja, a sociedade civil e sociedade política burguesas, como aparato coercivo e coesivo, diante das contradições de classe é impossível evitar que essas se manifestem em luta, logo é necessário um aparato repressor que mantenha as coisas em ordem, para tanto essa repressão precisa ser legitimada, pelos aparatos legislativos da ordem burguesa, que se mascaram sob a forma da democracia representativa institucional, ou seja, o braço armado apenas cumpre a lei.

A classe dominante utiliza ainda de diversos mecanismos de domínio intelectual e cultural, como a mídia, as instituições educacionais, o esporte, a igreja, conformando assim uma visão de mundo que faz parecer que seus interesses são universais, semeados sobre a alienação histórica fruto da divisão social do trabalho.

Pra uma classe se consolidar e permanecer no poder, necessariamente precisa consolidar um bloco hegemônico de poder. “Assim, o exercício da hegemonia pressupõe não só o uso da força como a construção de valores os quais afirmem seres universais, estabelecendo o consenso na sociedade” (MIRANDA, 2011).

Atualmente a forma de acumulação capitalista se dá não só com auxílio do Estado, mas por mediação deste, que além de regular as relações entre classes, permitindo uma maior ou menor exploração legal da força de trabalho, e controlando boa parte dos aparatos de produção e transmissão intelectual, atua na retirada de direitos, configurando assim a acumulação por despossessão.

Tal fato é importante de se considerar, pois os MS mesmo que não atuem necessariamente na estrutura das relações de produção capitalista, como o faz o operariado fabril, por seu caráter reivindicacionista de direitos antes possuídos, tendo o Estado normalmente como alvo, ao se

mobilizar tencionam assim, também as relações de produção, daí a explicação de que *não são só por 0,20 centavos*.

Conciliação de classes e pacificação

No contexto da campanha eleitoral de 2010, Michel Temer, então candidato a vice presidente dizia o seguinte:

“Falo de um Brasil internamente pacificado. Se os movimentos sociais não estivessem pacificados, se os setores políticos não estivessem pacificados [...] se aqueles mais pobres não estivessem pacificados [...] isto geraria uma insegurança” (Folha de São Paulo apud IASI, 2011, pg 123)

Pois bem, muitos criticaram o caráter “depolitizado” das mobilizações que abalaram o Brasil no último período, os setores pró governo petista logo saltaram dizendo que a juventude estava sendo utilizada como massa de manobra para um golpe militar ou que a direita tradicional sairia fortalecida caso o alvo dos protestos fosse o governo petista.

Se retomarmos o ciclo vivenciado pela classe trabalhadora no país nas últimas tres décadas, veremos que nada mais “natural”, que a juventude que saiu às ruas apresentasse uma heterogeneidade e pluralidade muito grande, as próprias condições objetivas de vida atual propiciam isso, quanto ao caráter despolitizado precisamos considerar algumas questões. Primeiro somos frutos de uma geração bombardeada por todos os lados com a ideologia neoliberal, do empreendedorismo de si mesmo, como se não bastasse nossos instrumentos históricos de luta, e que também cumpriam o papel de educadores políticas da classe, passaram de corpo inteiro para o lado daqueles que dominam vide a substituição dos cursos de formação política por cursos profissionalizantes, ou de capacitação profissional, promovidos pela CUT ou os Congressos da UNE, famosos por seu caráter político e de enfrentamento ao longo do período militar e que hoje são palcos de disputas por cargos burocráticos e palco de festas para a grande maioria dos estudantes de base.

Associado à isso, com a chegada do PT ao poder, a classe dominante pode vivenciar um bom tempo de pacificação, como bem demonstra a declaração de Temmer, seja via a bolsificação da vida ou a cooptação de lideranças dos principais movimentos do país. E recentemente o governo petista demonstrou que entende que quando o consenso não bastar não terá problema nenhum em conter os movimentos pela via da repressão.

O acúmulo de lutas desse início de século demonstra que o projeto de conciliação de classes petista, começa a apresentar seus limites, tanto no âmbito econômico, que já não consegue mais responder as necessidades básicas de vida digna dos trabalhadores, quanto político, que os protestos de rua bem demonstraram que a via institucional não é a saída para superar as mazelas que afligem nossa sociedade.

Entre palavras – a criminalização

O último dia 13 de Junho é simbólico para situarmos o papel da mídia no processo de conformação de uma visão da realidade. Enquanto o Movimento Passe Livre (MPL) encampava sua quarta batalha nas ruas de São Paulo, o apresentador do programa *Brasil Urgente*, José Luis

Datena esbravejava contra os “baderneiros”³: “Isso joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento”, então o apresentador resolve logo fazer sua pesquisa e apresenta a pergunta: “Você é a favor desse tipo de protesto?” algo então parece sair da rotina, mesmo com a evidente criminalização por parte da mídia hegemônica, o sim dispara na frente do não, desconcertado o apresentador passa a tecer seus comentários: “Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo”, continua “Esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra, eu votaria no não, eu votaria no não!”. Desconfiado que a pergunta poderia ter sido mal formulada, o apresentador resolve refazer a questão, lança então: “Você é a favor de protesto com baderna?”, os números não mudam, sim o “povão” apoiava os protestos com “baderna”. A conclusão a que chega o apresentador é “já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...]. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. A palavra 'protesto' poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento da passagem.” Não cansado o apresentador resolve se voltar contra a própria mídia, os problemas eram as imagens que estavam sendo transmitidas, “porque o cara que liga, tá vendo lá tudo calmo, tranquilo... pode achar até que a pergunta é essa”. (VIANA, 2013)

Cabe aqui lembrar também a declaração estúpida (MARICATO, 2013) de Arnaldo Jabor⁴, em uma clara tentativa de não só jogar a população contra os manifestantes, mas também de colocar os manifestantes contra os próprios manifestantes, o que também pode ser visto em seu pedido de desculpas⁵ após um rechaço nacional.

Estes dois momentos simbólicos, podem nos apontar, primeiro que nem mesmo a mídia entendia o que estava acontecendo no país, e segundo que a mídia segue uma determinada estratégia para lidar com os Movimentos Sociais. Essa estratégia não é mecânica nem retilínea, mas de acordo como nos demonstra Adissi ao analisar a criminalização do MST:

“(1) pela correlação de forças no interior da sociedade entre os interesses dos que lutam pela reforma agrária e a classe e setores de classe que se opõem a ela; (2) pela conjuntura política dos governos e a relação deles com a imprensa e o MST; (3) e, por último, pôr um limite, independentemente da empresa de comunicação, ela terá sempre que respeitar o limite dos próprios acontecimentos²⁹, não podendo se distanciar tanto deles por pura contradição política, posto que precisa de um mínimo patamar de credibilidade frente a seus leitores. A criminalização é uma operação complexa.” (ADISSI, 2011, pg 49).

A autora formula essa análise ao dialogar com Eduardo Ferreira de Souza, autor do livro *Do silêncio a satanização: o discurso de Veja e o MST, que diz*:

“Segundo esse autor, a estratégia da imprensa, diante do MST, segue etapas distintas, primeiro o silêncio diante dos fatos, depois a tentativa de cooptação do movimento, seguida da tentativa de dividir internamente os militantes, e, por último, a imprensa empreende a satanização do MST e seus integrantes.” (ADISSI, 2011, pg 50)

Concordamos com Adissi, quanto a complexidade da operação da criminalização, que não pode ser tomada a partir de esquemas mecânicos e etapistas, mas as distinções levantadas por Souza (apud Adissi) puderam ser visualizadas nas últimas manifestações, não de forma sucessiva, mas sobrepondo-se. Houveram momentos, sobretudo os primeiros, em que a mídia imprimiu o silêncio sobre as manifestações, quando esse ganhou corpo a mídia não pode se distanciar, imprimindo uma verdadeira satanização do movimento, como bem demonstram os exemplos de declarações acima citados, ao perceber que a contradição era tão e a correlação de forças favorável ao Movimento, a mídia passou então a tentativa de cooptação e divisão interna, tentando pautar a agenda do Movimento, girando o foco de lutas, por direitos sociais, para a figura da corrupção, e criando uma cisão entre os “vândalos” e os manifestantes “pacíficos”.

Em uma sociedade de classes a mídia cumpre um importante papel ideológico e conformador da visão de mundo dominante, atuando por complexas e contraditórias mediações, que em períodos intensos de luta emergem para a superfície da realidade, podendo ser compreendido pelas classes dominadas, situando-a como agente dos interesses burgueses, portanto alvo de luta e transformação. O último período trouxe a tona a questão da democratização da mídia e o fim do monopólio da comunicação, luta essa encampada não de hoje, pelas rádios e televisões comunitárias, que articuladas a um projeto político constituem um importante instrumento de luta.

Entre balas – a criminalização

O contexto de criminalização dos MS está inserido dentro de um contexto maior, o da criminalização da pobreza, como fica claro na declaração do pai de um manifestante preso durante as manifestações de junho:

“Eu me senti negro, pobre, morador de favela, numa viela escura de uma comunidade pobre. Porque, ao pedir informação para um policial, era como se eu estivesse falando com um androide. Com uma estátua de mármore, com um boneco de gesso. Nenhuma explicação, nenhuma justificativa” (Fundador da ONG Rio da Paz apud Moretzsohn)

A declaração é emblemática para pontuarmos algumas questões sobre como se opera a criminalização dos MS, a partir do Estado e seus poderes legislativo, judiciário e executivo; com seu aparato repressor, a polícia militar (e por vezes a segurança nacional).

Dadas as precárias condições de vida e intensa exploração vivenciadas pela classe trabalhadora no Brasil, Badaró (ano N.I) especula sobre as formas que o Estado e a classe dominante utilizam, para conter o potencial explosivo dessas. O autor trabalha com tres níveis de estratégia; o primeiro deles:

[..] é o da violência institucional, ou a dominação mantida pela coerção mais extrema. Na cidade do Rio de Janeiro, espaço em que o quadro de violência institucionalizada é mais visível, entre 1978 e 2000, 49.900 pessoas foram mortas de forma violenta, mais do que em toda a Colômbia, país em guerra civil, no mesmo período. Muitas dessas mortes foram responsabilidade dos agentes do Estado que deveriam ser os encarregados da “segurança” pública. A polícia do Rio de Janeiro registrou 902 “autos de resistência” em 2007(mortes que a polícia declara terem se dado “em confronto”, mas que na maior parte das vezes em que o laudo é divulgado foram resultantes de disparos a curta distância, muitas vezes na nuca), quase o quádruplo

do apurado em 2000. Foram 5.030 pessoas eliminadas por policiais entre 2000 e 2007 na cidade. Em São Paulo, somente no primeiro semestre de 2008 os policiais militares em serviço mataram 206 pessoas (21% a mais que no mesmo período do ano anterior). (MATTOS, ano N.I)

Os dois outros níveis de contenção tratam-se, da política assistencialista e do

“investimento ideológico nas propostas de empreendedorismo, empregabilidade, inserção social, responsabilidade social, entre outras, na maior parte das vezes feito diretamente pelos grandes grupos capitalistas, através de fundações privadas, ONGs e entidades empresariais.” (idem)

Não é de hoje que o Movimento Social é tratado como caso de polícia, é um fato histórico que as elites de nosso país revelam uma dificuldade imensa em lidar com as reivindicações econômicas, políticas e culturais das camadas subalternas. (Souto Maior, 2013).

Via de regra os MS não só agem conforme a lei maior estabelecida em nosso país, a *Constituição Federal*, como são fruto de uma série de preceitos contidos na CF e que não cumpridos pelos poderes públicos do país, como prevê os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Como exemplo da tentativa de criminalização legal, vemos as ameaças (por vezes efetivadas) do corte de ponto dos movimentos grevistas. O estado do Rio Grande do Sul é emblemático nessa questão, quando o ponto dos professores é ameaçado de corte em caso de greve, porém a greve se dá pelo não cumprimento da lei do piso salário nacional.

Quando a criminalização ideológico e legal não é suficiente para conter, o Estado coloca em movimento seu aparato militar, o mesmo que nas periferias nunca é desligado, deixando alguns legados sangrentos como o massacre de Eldorado dos Carajás, Carandiru, Vigário geral, Guaíra, entre tantos outros⁶, e o mais recente deles durante as mobilizações de Junho na favela da Maré, que deixou pelo menos onze pessoas mortas.

O que se viu durante os mobilizações de massas, foi uma amostra da truculência e arbitrariedade da polícia militar, resquício do período ditatorial, que permanece instrumentalizado pelo Estado na democracia parlamentar, disfarçado sob a máscara da proteção e segurança de todos.

As mobilizações de junho também serviram de laboratório para o próprio Estado, as vésperas da realização dos dois maiores eventos esportivos no Brasil, a copa de 2014 e Olimpíadas 2016, os estrategistas da “segurança pública” puderam colocar em prática seus esquemas que serão usados para conter as possíveis revoltas durante os megaeventos, que contarão com os agravantes legais de constituição de um Estado de excessão, sob controle dos monopólios esportivos, FIFA e COI, que aprofunda e legitima a criminalização dos Movimentos Sociais, como a negação do direito de greve nos meses que antecedem os jogos, as zonas de controle FIFA, e utilização da segurança

nacional na contenção de protestos.

Criminalização do Movimento Estudantil

Sendo também um Movimento Social, o Movimento Estudantil senti também na pele a criminalização, como o caso histórico da queima de sua sede 68, um dia após o Ato Institucional 5 (AI5), que perseguiu e torturou uma geração de militantes e que relegou a clandestinidade a maior parte dos MS e Partidos Políticos até o ressurgimento das lutas e retomada ou criação de novos instrumentos no final da década de 1970 e início de 1980.

Enquanto Movimento Social os estudantes cumpriram importante papel de sujeitos políticos na história recente do país, sendo linha de frente nas lutas do *Fora Collor*, e no enfrentamento as políticas neoliberais para a educação do Governo FHC. Porém como manifestação da luta de classes o ME também foi influenciado pela chegada ao poder, fruto de um programa político (Democrático Popular – PDP), do Partido dos Trabalhadores, passando a partir de seu principal instrumento a União Nacional dos Estudantes (UNE), a defender as políticas de aprofundamento neoliberal implementadas pelo Governo Federal, o que contribuiu para o apassivamento e cooptação de boa parte do ME, daí o estranhamento com relação a criminalização recente dos estudantes, em sua maioria filhos ou trabalhadores em formação, mas que não compõem as camadas mais pauperizadas dos trabalhadores, sendo por alguns chamada de classe média, mas que em momentos de luta social, organização e combatividade se atrelam ao projeto de classe dos trabalhadores, portanto, ao nosso entender são uma expressão de classe.

Com o esgotamento do ciclo *petista*, voltamos a ver uma sinalização de crescimento das lutas no âmbito do ME, o que conseqüentemente, se desdobra em crescimento da criminalização do mesmo, como a recente ocupação da reitoria da USP, que levou a prisão 72 estudantes, e colocou em debate a questão da segurança nos campus universitários, a forte criminalização, sobretudo da mídia, durante a greve da federais que varreu o país no ano passado, e mais recentemente nas mobilizações de junho e julho, sendo a maioria dos manifestantes jovens estudantes.

Em todos esses movimentos estiveram presentes estudantes de educação física que compõem as fileiras de militantes do MEEF, portanto de forma mediada o MEEF também sofre com a criminalização do ME, mais também é perseguido em alguns casos específicos, como na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde um membro do Diretório Acadêmico foi suspenso por quinze por estacionar na vaga do diretor, ameaças de colocar a PM nas festas estudantis, expulsão de alunos de disciplinas, recusa de atender os estudantes, entre outras barbaridades que nos fazem lembrar das escolas militares⁶.

Também na Universidade Federal do Ceará, casos de autoritarismo foram relatados, sobretudo com aqueles que se colocam contrários aos projetos de reforma para adequação às necessidades dos megaeventos esportivos. Na Universidade Estadual de Maringá foram registrados casos de violência policial infringindo preceitos da constituição federal e também represálias feitas pelo corpo de segurança patrimonial da Universidade⁶.

Não podemos deixar de pontuar o processo de criminalização sofrido pela atual sede do Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF), da Universidade Federal do

Espírito Santo, que encampam junto aos demais estudantes da UFES a luta pela moradia estudantil, sendo alvos constantes de criminalização, incluindo prisões e ameaças físicas⁶. E ainda sofrem constantes perseguições por parte da coordenação do curso, criando empecilhos para a organização dos espaços autônomos dos estudantes, como o próprio ENEEF, e também ataques de intelectuais da área, sendo alvos de desqualificações e perseguições políticas.

Essas são apenas algumas expressões de como o processo de criminalização opera do geral ao específico, buscando através dos aparatos da classe dominante conter a crescente revolta que se manifesta em luta por todas as partes (e em cada parte) do globo.

Considerações Finais

Dadas as limitações, este texto pode apenas trazer ao debate algumas questões sobre a constituição dos “novos” sujeitos coletivos e o processo de criminalização dos Movimentos Sociais. Estes que por sua vez são expressão da contradição e das lutas entre classes antagônicas, que se manifestam sob determinadas formas a depender das condições objetivas e subjetivas e constituem os seres sociais.

Sendo uma das formas de manifestação organizadas das lutas dos trabalhadores, os MS não substituem as demais formas organizativas, mas articulam-se com elas na construção de um projeto de sociedade que negue as determinações capitalistas de organização da vida humana; propriedade privada dos meios de produção, opressão e exploração de classe e de grupos “minoritários”, repressão e violência institucional, degradação ambiental e humana, alienação e afastamento do gênero humano, e apontem para a construção de um projeto de transformação radical da sociedade que destrua os pilares da sociedade capitalista e estabeleça novos alicerces para a produção e reprodução da vida em sociedade.

Tal transformação, já vem ocorrendo, acumulando lutas e experiências por toda parte, as manifestações de junho demonstraram os limites da organização capitalista e sua forma política, colocaram em xeque e desmascararam o caráter de classe de algumas de suas instituições, como a mídia e o Estado. Ombro a ombro, jovens trabalhadores (sem suas velhas ferramentas) vivenciaram um processo coletivo de luta e organização, ainda muito germinal obviamente, mas se a árvore já está contida na semente, que a façamos florescer.

Notas

1. Estudante de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militante do Diretório Acadêmico de Educação Física e Coordenador Geral da Regional 6 (RS, SC e PR) da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
2. Texto finalizado no final de agosto de 2013.
3. O vídeo pode ser visto no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>
4. O vídeo pode ser visto no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>
5. Pode ser visto em <http://www.youtube.com/watch?v=IXZCXENNMD0>
6. <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/chacinas-brasil/>

7. <http://ufrjcaefd.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-08:00&max-results=12>
8. <http://movimenteseuem.blogspot.com.br/>
9. <http://adufes.org.br/site/comunicacao/noticias/pm-ufes-tr-s-estudantes-s-o-detidos-durante-atividade-cultural>

Referências

- ADISSI**, Paula Oliveira. ESTADO, MÍDIA E CRIMINALIZAÇÃO DO MST Um estudo a partir do Caso de Pocinhos (PB). Dissertação de Mestrado. Campina Grande, 2011.
- BRITO**, Felipe e **OLIVEIRA**, Pedro R. de. Territórios Transversais. In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.
- IASI**, Mauro Luis. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. In: ANDES. Universidade e Sociedade. Nº 48. Brasília, 2011.
- MARX**, Karl e **ENGELS**, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 2ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- MARX**, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARICATO**, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.
- MATTOS**, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização**. 2011.
- MIRANDA**, Luiz Cezar dos Santos. Gramsci, Hegemonia, Contra-Hegemonia e Movimentos Sociais. V EBEM. Florianópolis. 2011.
- MORETZSOHN**, Sylvia Debossan. Desmilitarização da polícia, a pauta urgente. In: Ecos do protesto, Ed. 752. 2013.
- SOUTO MAIOR**, Jorge Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.
- VIANA**, Sílvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

A RELAÇÃO ESPORTE E SAÚDE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Luiz Carlos Pinto do Amaral Junior¹
Ediberto Ferreira de Almeida (Êgo)²

O presente texto busca colaborar na compreensão da problemática saúde/doença como determinado fundamentalmente pelo processo histórico e social. Para tanto, é necessário suscitar que há uma polêmica, de acordo com o sentido real da palavra e não no campo moralista, derivada de pólemos (guerra) e ikós (de), o que implicaria, "da guerra", ou seja, posições contrárias no que diz respeito ao tratar do processo saúde/doença.

Todavia, devemos de início nos indagarmos, o processo de adoecimento é essencialmente biológico? Qual o motivo do adoecimento humano? Existe uma predominância biológica na condição de Saúde?

Os motivos do aparecimento da polêmica surgem a partir do desenvolvimento das ciências da saúde e suas perspectivas epistemológicas para tratar do assunto, o que de uma maneira ou de outra implica a defesa de uma concepção de mundo perante a realidade existente no geral e em específico na saúde. Além disso, questiona-se a capacidade que as ciências da saúde em especial a médica de dar soluções satisfatórias às questões relacionadas ao processo de saúde da população, ou seja, da coletividade como um todo. Saúde essa que na maioria das vezes é enxergada na visão médico-biológica, ou seja, numa perspectiva curativa, medicamentosa e muitas vezes atrelada ao mito no nosso caso específico da Educação Física da máxima que "atividade física é saúde".

Entendendo o conceito de Saúde

Até o século XIX, as explicações acerca dos mais variados fenômenos eram dadas de forma metafísicas e espontaneístas, fundamentada muitas vezes a partir do senso comum, no campo do processo de saúde e adoecimento da humanidade não era diferente. As duas principais vertentes eram: a dinâmica e a ontológica. Onde afirma:

Na *ontológica* a doença tem um caráter sobrenatural, extra-físico e a busca da cura se vinculava a práticas de caráter mágico-religioso. A *dinâmica* enxergava a doença como uma desarmonia entre forças vitais, reflete o início da ciência positiva e orientava a busca pela cura na ingestão de substâncias que deviam propiciar o reequilíbrio da máquina (COSTA, 2012, pag. 156 e 157).

A partir de então, na transição do Feudalismo³ para o Capitalismo⁴, pela necessidade de respostas aos problemas enfrentados para a consolidação da nova sociedade que estava emergindo, a ciência é colocada como prioritária na ação dos homens⁵ para a resposta das questões mais significativas, necessárias para o avanço dessa nova sociedade. Isso, refletiu nas formulações que buscavam investigar e explicar o processo de saúde e doença, com muitas delas baseadas em ciências como a biologia e a química.

Aqui gostaríamos de destacar três perspectivas que consideramos mais sistematizados e

propagados – o modelo monocausal; modelo multicausal; e o modelo de determinação social do processo saúde/doença.

1. Modelo monocausal: existe a influência direta de elementos biológicos (germes) que dão origem diretamente as enfermidades.
2. Modelo Multicausal: Estabelece relações nos aspectos culturais, sociais e econômicos, porém, apenas em suas características estatísticas e quantificáveis, baseado numa tríade agente-meio-hospedeiro onde a perda da condição de saúde é natural de acordo com o contato com seres patológicos.
3. Modelo de determinação social do processo saúde/doença: esse além de considerar os aspectos biológicos, identifica que os seres humanos agora fundamentalmente constituem seu processo de saúde e/ou doença a partir das leis sócio-históricas. Rompendo assim com a relação de unicausalidade e a condição de saúde passa a ser entendida como processo que em última instância é modelado pela estrutura social que vivemos.

Não iremos nos debruçar em explicar minuciosamente esses modelos, pois, identificamos que já foi aprofundado no texto “Saúde e Cultura Corporal: do indivíduo ao coletivo” localizado no caderno de debates da ExNEEF 2011-2012.

Em tempo, defendemos que na nossa compreensão o modelo de determinação social do processo saúde/ doença é o que mais avança, por explicar com profundidade o processo saúde/doença, no qual esse processo está intimamente ligado a forma como a sociedade se organiza e produz o seu estilo de vida social, portanto, a nossa defesa parte dessa perspectiva, que pode ser evidenciada:

Ainda nesta concepção o processo saúde-doença manifesta-se por meio de diferentes fenômenos cuja frequência e intensidade variam no tempo e no espaço e podem ser expressos nos níveis: individual ou singular; do grupo social cujo elemento de ligação dos seus componentes seja o trabalho (primordialmente da classe social); da estrutura social (FONSECA et al 2006, pág. 22).

E aprofunda, demonstrando que entre indivíduo (singular) e sociedade (geral) há uma relação fundamental para compreendermos o processo de saúde que ocorre na sociedade e principalmente dos trabalhadores, sejam eles: professores, médicos, metalúrgicos, advogados, da limpeza, funcionários públicos, bancários e etc. Que apesar de suas especificidades na esfera (postos de trabalho) que ocupam na produção e reprodução da vida na sociedade capitalista, estão todos sobre a mesma égide do trabalho assalariado e pertencem, assim, a classe trabalhadora.

No primeiro nível (individual ou singular) o processo saúde-doença manifesta-se com variações na frequência e na intensidade entre pessoas e pequenos grupos que se diferenciam entre si por atributos individuais tais como: sexo, idade, religião, escolaridade, rendimentos, etc. No segundo nível, entre classes sociais que compartilham das condições de vida e de trabalho, as manifestações se dão através de perfis de morbimortalidade peculiares de cada classe, como a expressão dinâmica da inserção destas classes no sistema produtivo. No nível da estrutura social, relativo a uma mesma formação social, o processo saúde-doença manifesta-se através de perfis de morbimortalidade peculiares desta sociedade em relação às demais (FONSECA et al 2006, pág. 22).

Contudo, na sociedade onde a produção social é coletiva, mas a apropriação desta produção e os meios para produzir são privados, podemos perceber que o alcance a condição de saúde por parte de uma maioria da população também é restrito.

Saúde e doença o seu caráter histórico e social

Para uma melhor compreensão sobre a corrente a qual defendemos, saúde/doença como processo social, é fundamental, a explicitação de pesquisas científicas, bem como exemplos concretos que essa formulação não é fruto das nossas abstrações e sim da realidade social vigente, onde os pesquisadores se debruçam a apreenderem as leis do movimento que ocasionam esse processo, onde o mesmo não é estanque e muito menos pode ser entendido, apenas examinando um indivíduo, mas seu contrário é necessário entender a coletividade humana e quais os determinantes que geram essa condição (saúde) em cada momento histórico.

Para tanto buscaremos nos estudos de Laurel (1982) que a partir das análises entre 1940 e 1970 no México é verificável a mudança do perfil patológico da população e isso não é fruto das mudanças biológicas e etárias da população, mas das condições de vida no México nos dois momentos históricos diferentes. Como podemos ver na tabela a seguir, onde adaptamos para demonstrarmos alguns dados:

Causa	1940		1970		Mudança
	Taxa por 100.000	Ordem de importância	Taxa por 100.000	Ordem de importância	
Pneumonia	356,3	2	170,8	1	- 185,5
Gastrenterites e colites	490,2	1	141,7	2	- 348,5
Doenças do Coração	54,3	9	68,3	3	+ 14,0
Tumores Malignos	23,2	-	37,6	5	+ 14,4
Diabetes Millitus	4,2	-	15,3	-	+ 11,1
Malária	121,7	5	0,6	-	- 121,1
Varíola	6,8	-	-	-	- 6,8
Coqueluche	42,4	-	7,1	-	- 35,3

Evolução das principais causas de mortalidade geral, no México, 1940 e 1970. ADAPTADA

Portanto, podemos observar que há uma diminuição nas ditas doenças infecciosas como: malária, varíola e coqueluche. As mesmas tiveram baixas consideráveis. Em contrapartida, houve um aumento significativo das doenças cardíacas, tumores malignos e diabetes. E Afirma:

Pode-se, então, constatar que os perfis patológicos que o México apresenta nos dois momentos históricos estudados são claramente distintos, fato que não é explicável em termos biológicos, especialmente porque as mudanças mencionadas não são o resultado de mudança na estrutura etária da população (LAUREL, 1982, pág. 4).

Então, é perceptível que a relação saúde/doença não pode ser identificada de maneira imediata e apenas pelo indivíduo, podemos ver um intervalo de 30 anos, para verificar a mudança do perfil epidemiológico de uma determinada população. No estudo explicitado na tabela acima ratifica Laurel (1892) O decréscimo ou a erradicação de algumas doenças infecciosas é devido, sem dúvida, a medidas de prevenção específica, como as vacinas e as campanhas, mas não ao desenvolvimento do modelo médico-hospitalar.

Em um outro estudo, comparando a mortalidade na população masculina dos EUA e Cuba, entre os 35 aos 64 anos, constatam a frequência de três a quatro vezes maior de doenças isquêmicas no norte-americanos, essa mesma relação guardada as devidas proporções pode ser observada aos tumores malignos, a cirrose hepática e aos diabetes. Demonstrando Laurel (1892) que a explicação residual, ou por território não se justificam, pois, se tratassem de doenças desenvolvidas com o decréscimo de doenças infecciosas, Cuba e EUA, teriam as mesmas taxas de mortalidade nas doenças investigadas.

Portanto, significa dizer que o processo Saúde e Doença, precisa ser investigado, levando em conta uma série de fatores: momento histórico, desenvolvimento das forças produtivas, socialização dessas forças produtivas (tecnologia, literatura científica e recursos naturais), profissionais de saúde capacitados para entenderem a complexa e contraditória realidade em que vivem, conceito de saúde e doença que possuem o qual direcionam a sua intervenção e fundamentalmente e em última instância o modo como produzimos e reproduzimos a vida, já que vimos elucidando acima, a maneira como esse influencia no processo de Saúde e Doença de uma sociedade. Assim, precisamos elucidar por que, como e qual a relação que isso se estabelece com a Educação Física e o Esporte.

O MEEF adverte: o esporte pode fazer mal a saúde

Diante do avanço da compreensão da determinação social do processo saúde-doença e dos acontecimentos contra a saúde dos atletas nos últimos anos que acarretaram em graves lesões e até mortes no Brasil e no mundo, vem aumentando a necessidade da discussão sobre os efeitos condicionantes do esporte no processo saúde-doença. Essa problematização também ganha importância para a luta pela melhoria da saúde da classe trabalhadora e para o combate ao ideário capitalista que transforma o esporte em mercadoria para a extração de mais-valia e maximização de seus lucros e como instrumento de alienação (COSTA, 2011).

Aqueles que partem da lógica formal e acreditam que a relação entre esporte e saúde se dá de maneira direta, sendo beneficentemente ou maleficamente, ou seja, aqueles que defendem que o “esporte é saúde” ou que o “esporte mata”, têm uma compreensão parcial da realidade, não se apropriando da relação concreta, complexa e contraditória presente nesse processo.

O saudoso Friedrich Engels em sua carta a Joseph Block em 1890 nos explica que as relações sociais humanas são determinadas em última instância pelo modo de produção e

reprodução da vida real, mas que há várias outras mediações nesse conjunto de relações (formas políticas de luta de classes, formas jurídicas, concepções ideológicas, visões religiosas, família...) que também determinam. Há uma relação recíproca entre esses movimentos que por causalidade expressam uma síntese determinada em última instância pelo movimento econômico.

Na relação do esporte com a saúde também há um processo socialmente determinado, “cujas características dependem das correlações de poder que operam em uma determinada formação social” (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).

O homem não nasce ser humano saudável praticando esporte, e nem sempre praticar esporte significa ser saudável. A relação “atividade física-saúde” é uma construção sócio-histórica que depende do modo de vida, do modo de organizar a produção dos bens materiais e imateriais e isso não pode ser visto de forma isolada, a partir de um indivíduo, mas, sim, deve ser encarado historicamente, a partir da totalidade da espécie humana, do gênero humano. Por isso não podemos abstrair das práticas corporais seus sentidos e significados isolados, ou seja, sem o seu conteúdo histórico. O homem não nasceu praticando esporte, e muito menos relacionando esporte com saúde. Foi pelo trabalho, pelas atividades, pelas condições de produzir e reproduzir seu modo de vida, que as relações entre esporte e saúde foram se consolidando (TAFFAREL, 2010, p. 159-160).

Não há um processo puramente biológico no desenvolvimento humano, pois inclusive no rendimento físico-desportivo do indivíduo a determinação social está presente. Este rendimento é produto das relações entre alguns processos sociais amplos e outros de ordem individual que condicionam a lógica global dos grandes negócios esportivos (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).

O potencial físico e psicológico com que se pratica exercício ou esporte é, conseqüentemente, o produto de um processo complexo de determinação. Esse potencial pode ser representado pelo tônus muscular; capacidade de reação e coordenação; mobilidade; capacidade de articulações para resistir às cargas e demandas funcionais; pela qualidade da calcificação óssea; desempenho cardiovascular e respiratório; potencial metabólico; respostas do sistema imunológico para proteção contra resíduos metabólicos e agentes externos, ou seja, representa todo o conjunto de recursos fenotípicos para a realização das práticas corporais. O conjunto desses recursos, por sua vez, indica as limitações e as potencialidades dos praticantes de esportes, as quais são induzidas pela condição de classe e modo cultural de vida, e pelas práticas de estilo de vida pessoais determinadas pelo grupo social pertencente (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010, p. 17-18).

Neste sentido, os potenciais físicos e mentais que aparentemente são inerentes aos seres humanos, também se constituem por uma relação dialética com a construção social humana. Essa determinação das funções corporais está profundamente arraigada nas amplas relações sociais e se expressa no genótipo e no fenótipo dos indivíduos, incluindo o psiquismo⁶. Este processo ocorre tanto como fenômeno atual quanto pretérito, causado por determinações cumulativas que podem ser ligadas a hereditariedade. Além disso, a determinação social do caráter biológico nem sempre produz ascendentes, está sujeita a avanços e retrocessos, os quais dependem das condições sociais de cada período (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).

Ao defendermos a tese da determinação social do processo saúde-doença e das práticas

esportivas, compreendemos que o esporte em si, não é saúde e nem mata, mas em determinadas condições sociais, ele pode também contribuir para a saúde dos praticantes quanto contribuir para o adoecimento. Isso fica mais acentuado com a constante mercantilização do fenômeno esportivo, a exacerbação da competitividade, a busca pelo alto rendimento e outros fatores que vem interferindo diretamente na saúde dos atletas (trabalhadores dos esportes) e nos demais praticantes esportivos.

A saúde dos trabalhadores do esporte

Segundo Taffarel (2010), o esporte, é uma atividade humana historicamente criada e socialmente desenvolvida em torno de uma das mais importantes expressões subjetividade humana, o jogo lúdico. Este último carrega dois polos de um mesmo espectro já trazendo em si a dimensão da competição que em determinado período da história faz com que seja subsumida uma dessas dimensões em prol da outra. E a mercadorização dessa atividade humana impulsiona isso.

Como em todo o mercado globalizado, no mercado esporte há grandes corporações que dominam os meganegócios esportivos⁷ e que buscam a maximização de seus lucros à custa dos trabalhadores do esporte (não só dos atletas, mas de todos que trabalham no meio esportivo).

No processo produtivo do capital, a força de trabalho é a mercadoria que quanto mais se desgasta mais agrega valor as mercadorias produzidas (seja carros, aviões, celulares, roupas, armas, baldes, esportes...) e mais gera mais valor (mais-valia) que é o excedente da produção, o trabalho não pago pelo patrão, que se converte em lucro (INTERSINDICAL, 2012).

Esse caráter mercadológico que o esporte adquire na sociedade capitalista, se expressa de diferentes formas sobre a saúde dos praticantes. No esporte de alto rendimento ou na exacerbação da prática esportiva, principalmente em megaeventos esportivos, exige a melhor performance possível do atleta, podendo acarretar serias lesões, sendo a tensão crônica a mais dramática por desenvolver lesões permanentes que deterioram o fênótipo do trabalhador atleta, afetando nas suas funções fisiológicas, psicológicas e neurológicas, ou seja, a sua integralidade (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).

Diante do grau de competitividade nos esportes de alto-rendimento, de máximo rendimento e de desenvolvimento das valências físicas orientada por uma busca desenfreada pelo estabelecimento de novos recordes, podemos dizer que o desgaste físico no esporte de rendimento não só, não é natural como é degradante. Se configurando, portanto como um perfil destrutivo no processo saúde/doença (COSTA, 2011).

Se não fosse o fetiche, o encantamento colocado pela mídia burguesa diante dessas práticas, a naturalização da competitividade estimulada pela ordem capitalista em nosso cotidiano e a ocultação da rotina de sofrimento e de desgaste que esses trabalhadores (atletas) sofrem, essas condições em que os atletas de alto rendimento são submetidos chocariam qualquer ser humano (COSTA, 2011).

Ainda segundo Costa (2011), “distúrbios psicológicos, dores físicas diversas, redução drástica da defesa imunológica, terapêuticas cirúrgicas e medicamentosas são cenas corriqueiras ao dia-dia dos atletas”.

Exemplos não faltam de grandes atletas que até hoje sofrem com lesões. Basta olharmos

para o grande jogador e artilheiro argentino Gabriel Batistuta, que devido diversas infiltrações no joelho que fez durante a carreira para poder superar as lesões e jogar, hoje não pode correr e não consegue ficar de pé por mais de meia hora⁸. Outra grande atleta, a romena Nadia Comaneci, considerada a maior ginasta de todos os tempos, que ganhou seu primeiro ouro olímpico com apenas 14 anos, nos jogos de Montreal em 1976, e hoje necessita tomar remédios, pois convive com sérios distúrbios mentais⁹.

Por serem valiosas mercadorias que geram mais valor, é cada vez mais precoce a especialização de trabalhadores do esporte e cada vez mais curta sua carreira. Além disso, ao fim da carreira não há o devido cuidado com os danos que esses atletas carregam para o resto de sua vida. A interrupção brusca da prática esportiva por não haver um destreinamento dos atletas pode levar ao sobrepeso e obesidade; a pressão sofrida durante a carreira pode acarretar distúrbios psicológicos e falta de preparo para lidar com o encerramento da carreira de fama também podem trazer problemas a saúde (COSTA, 2011).

Os atletas de ponta ainda dispõem de uma boa alimentação, moradia, acesso especializado ao serviço de saúde e boa condição econômica, mas, mesmo assim os fatores destrutivos dos treinamentos exacerbados e as próprias competições esportivas superam esses fatores protetores que os atletas têm acesso, provocando um estado de saúde/doença não desejado (COSTA, 2011). Isso se resume a uma minoria de atletas de ponta, enquanto que a grande maioria de atletas trabalhadores não tem sequer acesso a esses fatores protetores.

O sonho de toda criança brasileira de se tornar um grande astro do futebol torna-se cada vez mais difícil ao vermos que em 2010, 86,4% dos jogadores que atuam no Brasil recebiam menos que dois salários mínimos para sobreviver. Podemos observar isso no quadro abaixo:

Renda mensal (dólares americanos)	%
até 75	44,9
75 a 150	41,6
150 a 375	5,0
375 a 750	2,8
750 a 1.500	1,5
mais que 1.500	3,3% (402 jogadores)

Quadro 2. Estratificação de renda mensal de jogadores de futebol brasileiros (800 clubes com 12.000 jogadores).

Fonte: Altuve(2002, p. 104 apud (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).

Ou seja, a grande maioria desses trabalhadores vive em péssimas condições de trabalho. Um terrível exemplo disso ocorreu em março desse ano quando jogadores de futebol do América-SE passaram mal em partida do campeonato estadual. O motivo? Fome! Isso mesmo. Os tinham biscoito e pastel como alimentação para o jogo e desmaiaram durante a partida¹⁰.

Se não bastasse essa lógica destrutiva que o esporte adquire na sociedade capitalista, a

vinda dos megaeventos esportivos (meganegócios esportivos) interferem na saúde dos demais trabalhadores brasileiros.

Os megaeventos e o esporte na saúde da população

Foram gastos bilhões para construção das arenas esportivas em contra partida foram realizados diversos cortes de verbas dos direitos sociais, e a saúde está inclusa nisso.

Constantemente, a população que mora nas cidades sedes vêm sofrendo com a expulsão de suas casas que se tornam espaços lucrativos para a especulação imobiliária. Nesse processo doloroso para os trabalhadores, além de terem seus direitos elementares subtraídos, experimentam tensões, incertezas, fragmentação social e o peso da desigualdade que impactam severamente a saúde. “Desterritorialização e anomia são fontes de sofrimento agudo e se manifestam por meio de vários tipos de doença” (RADIS, 2013b).

Esse é um quadro que se apresenta seja na desocupação da vila autódromo no Rio de Janeiro; na degradação de Itapegipe, na Bahia; ou na expulsão da população da comunidade do Coque, em Pernambuco. No Coque, que fica a 2,5 quilômetros do centro do Recife, os moradores expulsos receberam apenas 4 mil reais de indenização e muitos foram morar em palafitas, na beira do mangue, numa condição bastante desfavorável para o desenvolvimento da saúde (RADIS, 2013b).

A lógica lucrativa do capital aqui também está presente. Enquanto bilhões vão para os megaeventos, cerca de 12% da carga global das doenças são fruto de um negligenciamento, ou seja, são doenças evitáveis. Entre elas estão a doença de chagas, leishmaniose, esquistossomose e dengue (RADIS, 2013a).

Esse conjunto de doenças afeta diretamente a população mais pobre por não terem condições de vida adequadas e nem acesso a serviços de saúde de qualidade. Os capitalistas indústria farmacêutica seguem seu papel visando o lucro na produção e venda dos remédios e apenas 1,3% dos medicamentos desenvolvidos entre 1975 e 2004 foram destinados para essas enfermidades negligenciadas (RADIS, 2013a).

A classe trabalhadora também fica de fora do acesso à prática esportiva e de demais elementos da cultura corporal que vem se tornando artigo de luxo, seja nas escolas ou fora delas¹¹. Se já não existe a prática esportiva, a prática esportiva voltada para o benefício da saúde se torna impossível.

A mídia e as instituições burguesas costumam culpabilizar a vítima afirmando que o sedentarismo é única e exclusivamente culpa do indivíduo que não quer praticar algum esporte ou exercício.

Como vimos anteriormente, até a escolha da atividade que será praticada se tem uma relação constante entre *processos sociais mais amplos* e a *categoria individual*, e que se relacionam entre si e são determinadas socialmente. Breilh (2006) nos explica essa relação:

Na primeira categoria (**processos sociais amplos**) está a cumplicidade entre a política e as instituições; a contribuição dos padrões culturais alienantes; os processos ou padrões coletivos que correspondem a modos de viver próprios de classes ou grupos sociais diferentes, com seus modos típicos de trabalhar, seus padrões de consumo e de lazer, e até

mesmo suas condições espaciais. E na **categoria individual** tem-se a “livre” escolha, na qual o estilo de vida pessoal expressa as possibilidades concretas dos modos de vida de todo o sistema para os membros de cada grupo, e suas condições biológicas e psicológicas (**Grifos nossos**).

Nesse sentido, a classe trabalhadora além de sofrer com as imposições culturais e ideológicas feitas pela classe dominante que direcionam quais esportes são mais populares, não têm condições objetivas para praticar modalidades esportivas e/ou exercícios físicos que deseja praticar. Primeiro pela própria jornada de trabalho que impede o trabalhador de ter seu tempo de lazer; segundo pelo desgaste e intensidade do trabalho que faz com que o pequeno “tempo livre” que o trabalhador tenha, seja apenas para repor suas energias para que no dia seguinte possa vender sua força de trabalho; e terceiro pelas condições financeiras que não possibilitam o acesso aos exercícios ou esportes mais eruditos e com os materiais mais adequados para exercer essa prática.

Como disse o saudoso Karl Marx no “18 Brumário de Luís Bonaparte”, por mais que os trabalhadores queiram praticar esportes para torna-se mais saudável, sabemos que *“os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”*.

Neste sentido, o esporte quando considerado um negócio reproduz uma profunda desigualdade social nas práticas corporais. Por um lado ocorre a desigualdade entre aqueles que têm acesso a uma prática esportiva realmente saudável e aqueles que ficam a margem de práticas corporais seguras e saudáveis se convertendo em meros espectadores na maioria dos casos (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).

Considerações finais: a necessidade de uma outra lógica esportiva

Com a compreensão que tivemos neste ensaio de que o processo saúde doença é determinado socialmente e se expressa nas práticas esportivas que podem a partir das relações sociais de classe historicamente construídas, tanto ser favorável a saúde quanto ser prejudicial a saúde.

Temos a clara percepção de que

O esporte, quando tratado como mercadoria, relega a maioria das pessoas a um papel eminentemente passivo de consumidores do espetáculo e de sua propaganda. Além disso, ele se organiza e se desenvolve sobre os ombros da força de trabalho dos esportistas e demais trabalhadores envolvidos nessa prática, criando uma estratificação de imensa desigualdade. Ou seja, os desportistas com melhor desempenho, que compõem tal força de trabalho, e que são em última instância o imã do espetáculo desportivo, fazem parte de uma estrutura de trabalho altamente injusta, na qual o exultante sucesso econômico de uma elite minoritária mascara a situação de trabalho desfavorável da vasta maioria dos desportistas. Uma lacuna social, conforme demonstrado pela estratificação de classe de jogadores de futebol brasileiros (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010, p.22).

Para Costa (2011, S/N), a possibilidade de desenvolvimento de uma outra lógica no esporte

que privilegie a classe trabalhadora apresentando a saúde da população como perfil protetor passa por seguintes medidas: 1) Modificação das políticas públicas de esporte de maneira a privilegiar a socialização das práticas esportivas; 2) Possibilidade de escolha, de construção, desenvolvimento e de efetiva participação da população brasileira das práticas esportivas; 3) Melhor qualificação dos cursos de Educação Física no país em torno dos determinantes que envolvem o fenômeno esportivo e quanto à realidade/possibilidade de abordagem teórico/metodológica dessas práticas; 4) Construção de outra consciência social em que prevaleça a cooperação, a sociabilidade e a fraternidade em negação a competitividade, e ao individualismo nas praticas esportivas.

Nesse sentido, temos a necessidade de lutarmos por uma lógica esportiva contrária a esta presente no capital e essa luta passa pela defesa de um novo modelo de sociedade, pela transformação do modo de produção, que como vimos, é o que em última instância determinadas as relações sociais.

O professor de Educação Física enquanto um trabalhador do esporte e da saúde, seja no ambiente escolar ou fora dele, tem o dever se colocar em lutar pela transformação da sociedade e por um projeto transformador do esporte, ou seja, precisa se colocar ao lado dos trabalhadores nessa luta de classes para que futuramente possamos romper com essas relações destrutivas.

NOTAS

1. Estudante de Educação Física da UEFS e Coordenador Nacional de Finanças da ExNEEF.
2. Estudante de Educação Física da UEFS e Coordenador Nacional de Imprensa e Divulgação da ExNEEF.
3. Modo de produção ao qual tinha como uma das suas características principais de exploração: o trabalho servil.
4. Modo de produção vigente, ao qual tem por uma de suas características principais: a exploração do homem pelo homem, através do trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção da vida.
5. Neste momento estamos falando enquanto Gênero humano, portanto, homens e mulheres.
6. Breihl; Matiello Júnior e Capela (2010, p. 18-19) explicam que várias pesquisas “oferecem muitas evidências sobre a determinação social das características físicas (biológicas) e do fenótipo: variações entre classes sociais na idade da primeira menstruação – menarca – (TANNER, 1962); as modificações históricas da cultura somática (BOLTANSKI, 1975; 1989); a mudança histórica de vulnerabilidade à tuberculose (MCKWEON, 1976); a transformação histórica das normas genéticas de reação (LEWONTIN; ROSE; KAMIN, 1984; LEVINS; LEWONTIN, 1985); ou os estudos incontáveis sobre as variações históricas seculares das tendências das medidas antropomórficas”.
7. “Só para mencionar, a indústria desportiva norte-americana gerencia 213 bilhões de dólares a cada ano, o que corresponde ao dobro do lucro da indústria automotiva e sete vezes o da indústria de cinema” (AFP, 2007 apud (BREIHL; MATIELLO JÚNIOR; e CAPELA, 2010).
8. Ver em: <http://esportes.r7.com/futebol/noticias/futebol-deixou-batistuta-quase-sem-andar-revela-amigo-20110810.html> ou .
9. Ver em: <http://www.online.unisantia.br/2011/10-29/saude-2.htm>.
10. Ver em: <http://br.esporteinterativo.yahoo.com/blogs/nordeste-merece/o-nordeste-n%C3%A3o-merece-213319642.html>.

11. O documentário “A invenção da infância” nos mostra como os elementos da cultura corporal são acessados de forma discrepante pelas diferentes classes sociais.

REFERENCIAS:

BREILH, Jaime. *Epidemiología Crítica: Ciencia Emancipadora e Interculturalidad*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003. (Edición en português por Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006).

BREIHL, Jaime; MATIELLO JÚNIOR, Edgard; e CAPELA, Paulo. A globalização e a indústria do esporte: saúde ou negócio? In: BREILH, MATIELLO JÚNIOR e CAPELA (ORG). **Ensaio alternativo latino-americanos de Educação Física, esporte e saúde**. Capiart: Florianópolis, 2010, p. 15-41.

COSTA, Alan John de Jesus. **A saúde dos atletas de alto-rendimento e os megaeventos esportivos**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires - Año 16 - Nº 157 - Junho de 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=A+sa%C3%BAde+dos+atletas+de+alto-rendimento+e+os+mega-eventos+esportivos>

COSTA, Alan Jonh de Jesus. Saúde e Cultura Corporal: do indivíduo ao coletivo. In: **Cadernos de Debates da ExNEEF**. 2012. p. 156-175.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Joseph Block**. Editorial “Avante” – Edições Progresso Lisboa – Moscovo – 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22-1.htm>.

FONSECA, RMG, EGRY EY, Bertolozzi MR. O Materialismo Histórico E Dialético como Teoria da Cognição e Método para a compreensão do Processo Saúde Doença. In: EgrY EY, Cubas MR. (org.). **O Trabalho da Enfermagem em Saúde Coletiva no Cenário CIPESC**. Curitiba: Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Paraná, 2006, p. 19-61. Fontes. 2003.

INTERSINDICAL, Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. **Na vida do trabalhador: o lucro do patrão**. Saúde x condições de trabalho na sociedade do capital. Cartilha. Abril, 2012.

LAUREL. A. C. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, pp.7-25. Trad. E. D. Nunes.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. p. 199-238. In: **A revolução antes da revolução**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

RADIS, Comunicação e saúde. **Revista Radis**, nº124, janeiro, 2013a. www.ensp.fiocruz.br/radis

RADIS, Comunicação e saúde. **Revista Radis**, nº129, junho, 2013b. www.ensp.fiocruz.br/radis

TAFFAREL, Celi Zulke. Sobre o sistema de complexos homem-esporte-saúde: reflexões a partir de contribuições da Alemanha. In: BREILH, MATIELLO JÚNIOR e CAPELA (ORG). **Ensaio alternativo latino-americanos de Educação Física, esporte e saúde**. Capiart: Florianópolis, 2010, p. 159-183.

REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DEMOCRATIZAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR À ORDEM DO CAPITAL?

Katia Regina Souza Lima (UFF)

RESUMO

O texto analisa elementos da proposta do Governo Lula de utilização da educação à distância como estratégia de “democratização” do acesso às instituições públicas de ensino superior. Aborda o papel das inovações tecnológicas no cenário da mundialização financeira e os eixos principais do projeto de desenvolvimento do Governo, onde se inserem a política de educação e de ciência e tecnologia. Apresenta como hipótese que a lógica que atravessa a proposta de ampliação do acesso à educação via educação à distância omite uma estratégia de aprofundamento da privatização da educação pública brasileira, aspecto, inclusive, diretamente relacionado com as diretrizes da Organização Mundial do Comércio - OMC e a implantação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA.

Palavras-chave: Reforma da Educação Superior, Educação à distância e ALCA.

Apresentação:

O presente trabalho analisa alguns elementos políticos centrais do debate sobre a proposta do Governo Lula da Silva de utilização da educação à distância como estratégia de “democratização” do acesso às instituições públicas de ensino superior. Aborda o papel das inovações tecnológicas no cenário da mundialização financeira e os eixos principais do projeto nacional de desenvolvimento elaborado pelo Governo Lula, onde se inserem a política de educação e de ciência e tecnologia. Apresenta como hipótese de trabalho que a lógica que atravessa e constitui a proposta de ampliação do acesso à educação via educação à distância omite uma estratégia de aprofundamento do processo de privatização da educação pública brasileira, aspecto, inclusive, diretamente relacionado com as diretrizes da Organização Mundial do Comércio - OMC para a periferia do capitalismo e a implantação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA – a educação como serviço.

1) Mundialização Financeira e Inovações Tecnológicas :

O debate sobre a utilização das novas tecnologias educacionais se dá num cenário político e econômico bastante definido: o processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996). Neste contexto, a configuração das técnicas está associada ao modo de produção dominante. Portanto, as inovações tecnológicas se dão no quadro da sociedade capitalista e estão mergulhadas nas contradições inerentes à própria sociedade de classes. Essas inovações têm constituído exatamente o arcabouço midiático, a base material fundamental que permite o funcionamento e intensificação da mundialização financeira. Apesar da imposição de uma “lógica do instrumento” que identifica as inovações tecnológicas como as grandes vias de “democratização” das informações e do conhecimento em tempo real, as redes informacionais não alcançam todos em

todos os lugares, mas algumas regiões que representam interesses estratégicos para o capital. Portanto, não existe homogeneização do espaço. Quando o discurso dominante se refere à superação dos espaços, está se referindo às redes e não aos espaços, pois as redes não alcançam tudo e todos, fazendo com que os espaços continuem diferenciados e hierarquizados. “Aliás, nem tudo é rede. Se olharmos a representação da superfície da Terra, verificaremos que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países desenvolvidos” (Santos, 1999, 213).

Os pólos centrais, a tríade – Estados Unidos, Japão e Europa- são, justamente, os países que controlam as inovações tecnológicas e os países satélites ou periféricos e semi-periféricos são aqueles que buscam se adequar ao “progresso técnico” e às bases do “pensamento globalitário”.

O que se evidencia é a busca pelos organismos internacionais do capital, especialmente Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional - FMI e Organização Mundial do Comércio – OMC por um consenso estratégico sobre o mito da morte do Estado. Entretanto, para a legitimação e consolidação política, econômica e ideocultural do mito da “superação das fronteiras” e da “homogeneização do planeta”, o papel dos estados nacionais é fundamental. Apesar da ideologia do mercado, dos acordos do livre comércio liderados pela OMC, entre outros sujeitos políticos do capital, vivemos numa era de profundas intervenções estatais que objetivam dar sustentação ao projeto societário burguês. A privatização de setores estratégicos dos vários países da periferia do capitalismo deve ser considerada, portanto, como uma política de Estado, fundamental para garantir o movimento do capital internacional.

É neste contexto, marcado pelo processo de mundialização do capital, do papel central exercido pelos estados nacionais e pelas inovações tecnológicas, que se apresenta no Brasil o discurso sobre a utilização das novas tecnologias como via de “democratização” da educação, que atravessou o Governo neoliberal de FHC e, não somente permanece, mas se aprofunda no Governo “neoliberal requeitado” de Lula da Silva.

2) Projeto nacional de desenvolvimento do Governo Lula – política educacional e política de ciência e tecnologia nos marcos do capitalismo dependente.

“Uma análise aprofundada das condições de vida da imensa maioria da população em âmbito mundial, evidencia que o neoliberalismo, como projeto societário construído pela burguesia internacional em resposta à crise estrutural do capital, não consegue garantir alterações no cenário de empobrecimento e de estagnação econômica que marca a atualidade. Neste cenário, intelectuais orgânicos da burguesia constroem como estratégia para legitimação do poder de classe burguês um processo de ideologização maciça sobre a existência de um “capitalismo humanizado”. Nem neoliberalismo, nem socialismo, nem social democracia européia, mas um “novo” projeto societário, ora identificado como Terceira Via, ora como Nova Social Democracia, Nova Esquerda, ou ainda, Governança Progressista, que tem como um dos principais mentores políticos Anthony Giddens, diretor da London School of Economics e professor da Universidade de Cambridge” (Lima, 2004, 60)

A Terceira Via, pleiteando para si o papel de teoria da sociedade e da política contemporâneas, apresenta os seguintes fundamentos básicos: 1) no nível da política, trata de

'modernizar o centro', com a aceitação da idéia de justiça social e a rejeição da 'política de classes', procurando apoio em todas as classes sociais e, 2) no plano econômico, equilibrar regulação e desregulação de uma economia mista, através de parcerias entre público e privado (Chauí, 1999,2).

É neste cenário político mais amplo que devemos compreender a guinada à direita do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1990, marcada pelos seguintes eixos políticos: 1) a eliminação das referências ao socialismo e às lutas antiimperialistas como princípios e objetivos do Partido, substituídas pela tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses de classes; 2) a burocratização do Partido através da ação de funcionários contratados que substituíram a militância de base; 3) a redução das lutas dos trabalhadores à legalidade burguesa, fazendo com que o objetivo do Partido se restrinja à ocupação de cargos no Governo através de alianças oportunistas com setores da burguesia brasileira. Estes três eixos atravessam a campanha eleitoral – “Coligação Lula Presidente” – apresentando um projeto nacional de desenvolvimento caracterizado pelo aprofundamento, e não apenas a continuidade, da agenda neoliberal para o Brasil, especialmente no que se refere ao pagamento da dívida externa e aos acordos com os organismos internacionais do capital. O aprofundamento desta agenda neoliberal e a subordinação aos organismos internacionais estão presentes na “*Carta ao Povo Brasileiro*” divulgada em junho de 2002 (Silva, 2002); no *Programa de Governo* (Coligação Lula Presidente, 2002) e nas *Cartas do Governo Brasileiro ao FMI* elaboradas por Palocci-Meirelles (2003) que apresentam a seguinte pauta: superávit primário de 4,25% do PIB para pagamento da dívida externa; aprovação de reformas estruturais (previdência, fiscal, tributária, trabalhista, sindical); autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais focalizadas no “alívio à pobreza”.

O projeto “neoliberal requeitado” do Governo Lula efetivou, durante seu primeiro ano, uma redução das verbas públicas alocadas para áreas sociais com valores menores do que aqueles alocados no Governo neoliberal de FHC. Segundo quadro elaborado pelo Jubileu Brasil, no período de Janeiro a Outubro de 2003, o Governo Lula destinou mais de R\$86 bilhões ao pagamento da dívida externa e apenas R\$ 46 bilhões para as seguintes áreas: segurança, assistência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, energia, transporte.

No que se refere à área de educação, o Governo Lula vem implementando a mesma pauta apresentada pelo BM e FMI ao longo da década de 1990: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior e, c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da educação superior à distância.

É neste cenário que se apresenta a proposta de Reforma da Educação Superior do Governo Lula. Esta proposta, maquiada pelo discurso da “democratização” da educação, encobre a estratégia de privatização das instituições públicas de ensino superior através da retomada “envernizada” do conceito de público não-estatal presente na Reforma do Estado Brasileiro, elaborada por FHC-Bresser Pereira, via parcerias público-privado; regulamentação das fundações de direito privado; proposta de autonomia universitária como autofinanciamento das Instituições de Ensino Superior; Lei de Inovação Tecnológica que viabiliza a transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisa para as empresas, entre outros.

Um elemento fundamental deste debate é que demonstra como a reforma da educação superior se constitui numa política de governo, mais ampla do que o MEC de Cristovam Buarque ou de Tarso Genro, é o documento elaborado pelo GT interministerial intitulado *Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*. O centro do documento é a defesa da diversificação das fontes de financiamento da educação superior pública e a alocação de verbas públicas para as universidades privadas -*Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo* e o recém lançado *Programa Universidade Para Todos* – (MEC, 2004).

Neste cenário, a educação a distância tem sido apresentada pelo Governo “neoliberal requeitado” de Lula como uma estratégia de “democratização” do acesso à educação superior, no cenário da “sociedade do conhecimento”.

A primeira questão que se coloca para o debate é o deslocamento político que é realizado a partir do processo de “ideologização maciça” sobre a existência de uma “sociedade do conhecimento”.

“O aumento da influência da informação na economia não significa de nenhuma maneira a conversão do capitalismo numa “sociedade da informação”, como imaginam numerosos autores. A crescente valorização de um recurso em detrimento de outros na produção generalizada de mercadorias não altera a natureza da reprodução do capital. A “sociedade do conhecimento” é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia. Por esta razão, os parâmetros que regem o manejo, distribuição e conhecimento (ou desconhecimento) da informação são comuns às regras dominantes em qualquer outra atividade social. Usualmente, os teóricos da sociedade da informação partem de uma definição lata do termo, que dá lugar a uma quantificação irreal das atividades informativas”. (Katz, 1996,73).

Neste sentido, a partir do aumento quantitativo da utilização das NTIC (novas tecnologias da informação e comunicação) criou-se o mito de uma “nova sociedade”, de uma “sociedade da informação”, como se houvesse a conversão do capitalismo em outra forma de produção e reprodução social. Contudo, no cenário da mundialização do capital, a utilização das NTIC está vinculada a centralidade de sua produção e a hierarquização de sua circulação e consumo pelos países centrais, periféricos e semi-periféricos.

Katz analisa o processo de produção das novas tecnologias da informação e comunicação, neste cenário do mito sobre a “sociedade da informação”, desde o seu papel nas indústrias, na utilização doméstica/entretenimento e na informatização da educação. Neste último, o discurso que naturaliza a necessidade dessa informatização omite um duplo interesse da burguesia internacional: ampliar o mercado consumidor dessas novas tecnologias e circular informações que interessem ao processo de reprodução do capital. (Katz, 1996).

A segunda questão deste debate se refere à lógica dominante que, ao partir do discurso sobre a adequação da formação e (re)qualificação da força de trabalho aos reordenamentos no mundo do capital para a garantia da “empregabilidade” (competências e habilidades de cada indivíduo para superar o “analfabetismo tecnológico”), encontrará na utilização das inovações tecnológicas o campo fértil de articulação entre educação e processo produtivo, omitindo que a questão do desemprego se refere ao movimento mais amplo do capital financeiro internacional e não se limita a

qualificação individualizada de cada trabalhador.

A terceira questão central deste debate se refere à estratégia de privatização da educação através do estabelecimento de parcerias entre as instituições públicas de ensino superior e o setor privado, como se evidencia nos documentos oficiais do MEC, desde o governo FHC ao governo Lula da Silva.

Neste cenário, o artigo 80 da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei 9.394/96) trata do apoio e incentivo do Poder Público aos programas de ensino a distância, assim como o *Decreto 2.494/98* que o regulamenta, apontam como uma das diretrizes da política educacional a implementação de uma política nacional de educação superior à distância. O discurso sobre a autorização, o reconhecimento e credenciamento dos cursos a distância será retomado na *Portaria 301 de abril de 1998 do MEC*, articulando tal credenciamento ao discurso sobre a “qualificação acadêmica dos cursos”, a partir dos parâmetros construídos pelo Ministério. Esse discurso que vincula o conceito de “qualificação” à lógica de “adequação da formação profissional ao mercado”, se materializará no documento “*Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação a Distância*”, elaborado pela Secretaria de Educação a Distância/SEED do MEC, que no item 08, dos “Convênios e Parcerias” explicita que a fonte de financiamento dessas atividades virá das parcerias entre instituições públicas de ensino superior e setores privados brasileiros ou estrangeiros (MEC/SEED, 2003).

Esta lógica atravessa os projetos e documentos que são apresentados durante a década de 1990 pelo MEC e estão articulados a SEED. Uma análise aprofundada desses documentos demonstra a estratégia de privatização das universidades viabilizada através dessas parcerias com os setores privados.

Na mesma direção de incentivo às parcerias entre o setor público e o setor privado que atravessa a política educacional, o Governo neoliberal de FHC estimula a constituição do setor público não-estatal e das parcerias público-privado no âmbito da Ciência & Tecnologia. Assim, no Governo FHC caberia ao Ministério da Ciência e Tecnologia

“expandir substancialmente o co-financiamento e a execução conjunta de P&D com o setor privado, privilegiando a provisão de recursos para instituições públicas (universidades, centros públicos de P&D ou institutos tecnológicos) que tivessem projetos elaborados em parcerias com empresas privadas e fossem voltados para aplicações comerciais. Com estes procedimentos, estariam consolidadas (acreditava-se) as condições para o aumento da parcela do setor privado no financiamento de 50% do custo total de projetos corporativos, promovendo a possibilidade de retorno em fundos públicos pela participação nos resultados das pesquisas” (Oliveira, 2004).

Esta mesma lógica – parceria público-privado para implementação de políticas de ciência e tecnologia – está presente no Governo “neoliberal requeitado” de Lula. No documento intitulado *A inovação no centro da política industrial*, Luiz Fernando Furlan, Eduardo Campos, José Dirceu de Oliveira e Silva e Antônio Palocci Filho afirmam que:

“Padecemos, ainda hoje, do diagnóstico feito há 40 anos por um texto do Conselho Nacional de Pesquisa que apontava um conjunto de providências para aumentar a competitividade, por meio da pesquisa industrial: Entre as razões que impedem o desenvolvimento agressivo da pesquisa industrial no Brasil, figura o mal-entendido de que a pesquisa industrial deve ser realizada principalmente, ou mesmo exclusivamente, em instituições tecnológicas e laboratórios universitários, ao invés de constituir atividade das próprias empresas industriais” (Furlan, 2004).

Portanto, integrar empresas e universidades consiste no maior desafio da política de ciência e tecnologia do Governo Lula, como afirma o mesmo documento:

“concentrar os limitados recursos financeiros públicos e canalizá-los para áreas prioritárias; atrair o interesse dos industriais para as vantagens da pesquisa industrial; sincronizar as atividades da Universidade, dos institutos de pesquisa e da indústria; aumentar o número e melhorar a qualidade do capital humano envolvido; facilitar e reduzir o ônus da utilização de produtos e processos patenteados, entre outras medidas” (Furlan, 2004).

Na mesma direção, se inserem a Lei de Inovação Tecnológica apresentada por FHC e retomada por Lula da Silva e o Projeto de Lei aprovado em março de 2004 na Câmara dos Deputados que trata das Parcerias Público-Privado que em seu artigo 2º. assim define:

Art.2º Para os fins desta Lei, o contrato de Parceria Público-Privada é instrumento firmado entre o Poder Público e entes Privados, destinado a estabelecer vínculo obrigacional entre as partes para implantação ou gestão de serviços e atividades de interesse público, em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao ente privado (Brasil, Ministério do Planejamento, 2004).

Em relação à Lei de Inovação (Tecnológica), dois destaques devem ser feitos: a abertura para que professores-pesquisadores das instituições públicas de ensino superior atuem em parceria com o setor privado e o próprio conceito de inovação que

“refere-se ao uso adequado da tecnologia, à capacidade de transformar recursos técnicos em riquezas econômicas e benefícios sociais. A acumulação do conhecimento não seria mais a prioridade, mas, sim, a inovação: ou seja, a capacidade de aplicar o conhecimento na solução de problemas concretos enfrentados pela sociedade com o intuito de gerar novos produtos e processos” (Oliveira, 2002).

Portanto, pensar nos projetos de educação a distância pressupõe contextualizar o debate: as instituições públicas de ensino superior sem concurso público; os servidores públicos sem reajuste salarial; o corte de verbas para pesquisa; a pressão para que seja facilitada a entrada de verbas privadas nas instituições públicas de ensino; a compra e adaptação de tecnologia produzida nos países centrais...é este o cenário de modernidade (ou pós-modernidade?!) que atravessa o debate sobre as inovações tecnológicas e a educação? Haverá financiamento com verbas públicas para projetos de educação à distância que exigem infra-estrutura tecnológica sofisticada para seu funcionamento? Ou estes projetos de educação à distância estão diretamente vinculados ao processo de privatização da educação e sua subordinação às demandas do capital?

3) Educação à distância, OMC e ALCA: estratégias de mercantilização da educação brasileira.

Nos últimos anos, novas expressões vêm à tona no que tange ao processo de abertura do setor educacional como opção de investimentos de grupos privados. A novidade deste processo é o crescente empresariamento da educação, reforçado pela entrada no debate educacional da OMC, em parceria com o BM e o FMI, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. Articulada ao FMI e ao BM, a OMC atua, desde sua criação em 1995, como fórum de negociações sobre temas ligados

ao comércio. Seu objetivo principal é liberalizar e reduzir as barreiras ao comércio mundial, tanto as tarifárias como as não tarifárias, que procuram limitar as importações através da imposição de cotas e salvaguardas dos mercados locais.

Nos marcos da atuação da OMC, a educação está inserida no setor de serviços e adquire esta feição, mais especificamente, no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), que entrou em vigor em Janeiro de 1995. A prestação de serviços sociais públicos é reconhecida no AGCS como uma atividade do Estado, entretanto, se o governo de determinado país oferecer cursos pagos ou oferecer cursos que instituições privadas também ofereçam, estará atuando, segundo a concepção da OMC, em bases comerciais, portanto, sujeito ao controle de sua regulamentação. Neste mesmo sentido, a OMC estabelece que deve ser dado às empresas estrangeiras o mesmo tratamento oferecido às empresas nacionais, garantindo a livre concorrência e o acesso de grupos norte-americanos e europeus ao “mercado educacional” da periferia do capitalismo.

Esta política de mercantilização, caracterizada pela relação entre “empresas educacionais” e os “consumidores destes serviços”, não pode ser apreendida como um elemento isolado. Pelo contrário, se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa que se expressa em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O primeiro é um acordo de liberalização do comércio envolvendo Estados Unidos, México e Canadá, que entrou em vigor em 1994 e se constitui no modelo de desenvolvimento norte-americano para a região, permitindo o movimento de empresas multinacionais em várias áreas e setores (vestuário, energia, educação, telecomunicações, agricultura, têxtil, transporte e serviços financeiros).

Já a ALCA tem como objetivo a formação de uma área de livre comércio continental, se constituindo numa prioridade para a política externa dos EUA. Com início previsto para janeiro de 2005, a ALCA representa, de fato, uma das vias de materialização da nova ordem do comércio mundial, onde todas as atividades humanas são consideradas como serviços e os acordos comerciais garantem a ampliação dos direitos dos investidores e das empresas multinacionais que vendem serviços. Neste cenário, dois elementos políticos devem ser analisados: a) a pressão dos países centrais para que os países periféricos abram suas fronteiras ao livre comércio, ao mesmo tempo em que os primeiros mantêm suas políticas protecionistas; b) a ênfase na redução das barreiras no setor de serviços, onde se inclui a educação. Estes dois elementos se evidenciam nos documentos conclusivos da reunião de Cúpula das Américas realizada em 1994, em Miami – EUA, que aprovou a criação da ALCA: a Declaração de Princípios e o Plano de Ação, ambos apresentando como tarefas principais a promoção da democracia representativa, o crescimento econômico e a integração econômica da região. O Plano de Ação é constituído de quatro capítulos elaborados a partir dos princípios aprovados pela reunião da Cúpula das Américas: a) preservação e fortalecimento da democracia representativa nas Américas; b) promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio; c) erradicação da pobreza e da discriminação do hemisfério; e, d) garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do meio natural para as gerações futuras.

No capítulo que trata da erradicação da pobreza, o Plano de Ação defende como prioridade o acesso à educação, apresentando como tarefa dos Governos a atuação

“com os setores público e privado e com atores não-governamentais e com o apoio de instituições multinacionais, para garantir o acesso universal a uma educação primária de qualidade. Em particular os governos procurarão alcançar até o ano de 2010 um índice de 100% de conclusão do curso primário e uma matrícula mínima de 75% no nível secundário e preparar programas de erradicação do analfabetismo, prevenção da evasão escolar e melhoria do treinamento de recursos humanos”. (ALCA, Reunião da Cúpula das Américas, 1994).

O projeto político regido por estes organismos internacionais através dos acordos comerciais é caracterizado, desta forma, pelo aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos, desnacionalizando a educação e a ciência e tecnologia. O aprofundamento da desnacionalização-privatização da educação, especialmente da educação superior, tem sido fundamental para o capital internacional e se expressa através de três estratégias políticas principais. Em primeiro lugar, pela formação de parcerias entre empresas educacionais e universidades com sede nos Estados Unidos e universidades latino-americanas. Estas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e de livros didáticos, especialmente para a formação e treinamento de professores objetivando a consolidação de um caldo ideológico e político que legitime e reproduza a lógica dominante. Neste movimento, a educação como serviço forma uma cultura empresarial, permitindo o aprofundamento do processo de empresariamento deste setor, ao mesmo tempo em que se torna fundamental para padronizar conhecimentos, uniformizando conteúdos através de currículos flexibilizados.

Uma segunda forma de evidência deste movimento encontra-se na expansão das universidades corporativas criadas pelas empresas para formação e (re) qualificação dos trabalhadores em seus locais de trabalho e com um conhecimento dirigido para os interesses imediatos das empresas.

A terceira evidencia-se na articulação de um mercado educativo, especialmente através das universidades na América Latina. Uma das principais estratégias para viabilizar este processo é a utilização da educação à distância, através da venda de pacotes tecnológicos e/ou implantação de universidades virtuais parceiras de universidades norte-americanas e européias. Neste projeto se articulam as empresas dos países centrais, principalmente IBM, Microsoft, as empresas da mídia, como Time-Warner e os organismos internacionais, num mercado que envolve quatro milhões de professores, oitenta milhões de alunos e trezentos e vinte mil estabelecimentos escolares (Coggiola, 1998).

Considerações para o debate:

A proposta de implantação da ALCA e as políticas dos organismos internacionais expressam o movimento do capital em busca de novos mercados e também o peso hegemônico da política externa norte-americana. Apesar das críticas dos vários movimentos sociais à participação do Brasil na ALCA, o Governo Lula mantém sua posição política nos marcos das tentativas de “conciliação dos inconciliáveis interesses” entre países com economias desiguais.

Vários movimentos sociais organizaram em setembro de 2002, um Plebiscito Nacional Sobre a ALCA, quando mais de 10 milhões votaram contra a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas, pela saída imediata do governo brasileiro das negociações e indicando a necessidade de convocação de um Plebiscito Oficial sobre a ALCA, a fim de garantir o direito ao povo brasileiro de decidir os destinos do país. Até o momento, o Governo Lula não assumiu qualquer

posição em relação à reivindicação desse Plebiscito Oficial e mantém sua política de constituição de um “novo pacto pela ALCA” que se expressa na denominação “ALCA light”, ou seja, a negociação da ALCA a partir de dois pisos, conforme discussão realizada na reunião ministerial de Miami em 2003 e em Puebla 2004.

“1) Um piso mínimo, ou seja, uma base comum aos 34 países, onde deverão ser incluídas obrigações em todos os temas que sempre existiram nas negociações da ALCA (acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, anti-dumping e direitos compensatórios, e solução de controvérsias). A reunião de Miami, no entanto, não definiu o grau de compromisso a ser assumido pelos 34 países em cada um destes temas, e adiou estas decisões substantivas para a reunião do CNC (Comitê de Negociações Comerciais), realizado em Puebla entre os dias 2 e 6 de fevereiro de 2004, onde os vice-ministros tinham a missão de tentar dar substância ao acordo político de Miami. Puebla deveria definir, por exemplo, se o chamado piso mínimo seria de fato mínimo ou se ficaria mais próximo da proposta de ALCA cheia dos EUA (com amplos compromissos em cada tema, na maioria dos casos transcendendo em muito as regras da OMC); 2) Um segundo piso, onde os países podem assumir níveis distintos de compromissos adicionais no âmbito da ALCA, por meio de acordos bilaterais (acordos entre dois países ou blocos de países) e/ou plurilaterais (acordos entre mais de dois países ou blocos, mas sem incluir a totalidade dos países membros). As regras e procedimentos para as negociações de tais acordos seriam definidas em Puebla. É bom lembrar que os EUA, na semana anterior à reunião ministerial de Miami, anunciaram acordos bilaterais com Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Panamá e República Dominicana, em uma clara tentativa de isolar o Mercosul”.

Fica evidente, portanto, que a direção política da reforma da educação superior proposta pelo Governo Lula e a utilização da educação à distância, como estratégia de “democratização” da educação, são re-lançamentos “requeentados” das propostas privatizantes que o BM, o FMI, a OMC e o governo neoliberal de FHC apresentaram ao longo da década de 1990. Reforma da educação superior e educação a distância são importantes estratégias para a abertura do “mercado educacional” brasileiro aos empresários norte-americanos e europeus, objetivando adequar o ensino superior à lógica do capital e criando as bases para a implantação da ALCA.

Está colocada para todos nós a tarefa política de desmontar criticamente esta proposta de destruição da educação brasileira, re-afirmando a defesa intransigente da educação pública e gratuita, direito de todos e dever do Estado e fortalecendo a campanha contra a ALCA, pela soberania nacional e do continente latino-americano.

Referências Bibliográficas:

- ALCA. *Reunião da Cúpula das Américas* realizada em 1994. Disponível em www.alca.hpg.com.br Acesso em 26 de fevereiro de 2002.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. 20 de dezembro de 1996 (mimeo).
- BRASIL. Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Disponível em www.lei.adv.br/2494-98.htm Acesso em 02 de abril de 2004.

- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária brasileira*. Brasília: 15 de dezembro de 2003. (mimeo).
- BRASIL, Ministério do Planejamento. *Projeto de Lei Parcerias Público-Privado*. Março de 2004. Disponível em www.planejamento.gov.br/arquivos.down/legislacao/pl_ppp.pdf Acesso em 02 de abril de 2004.
- CHAUÍ, M. *A fantasia da terceira via*. Jornal Folha de São Paulo 19/12/1999, p.2.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. SP: Xamã, 1996.
- COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. *Programa de Governo 2002. Um Brasil para Todos*. Novembro de 2002. Disponível em www.pt.org.br Acesso em Novembro de 2002.
- COGGIOLA, O . A crise universitária no Brasil. In *Revista da ADUSP*. Associação dos Docentes da USP. SP: Setembro de 1998.
- DIAS, E. F. Que fazer? A conjuntura e as nossas tarefas. In *Revista Universidade e Sociedade* n. 30. Brasília: ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Junho de 2003, p. 137-157.
- FURLAN, L.F., CAMPOS, E., Oliveira e Silva, J.D. e PALOCCI FILHO, A. *A inovação no centro da política industrial*. In *Jornal da Ciência – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – JC e-mail* 2.495 de 31/03/2004. Disponível em Acesso em 06 de abril de 2004.
- JAKOBSEN, K e MARTINS, R. ALCA. *Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramos, 2002. (Coleção Brasil Urgente).
- JUBILEU BRASIL. *Boletim Auditoria Cidadã da Dívida Externa*. n.08 de 23 de dezembro de 2003. Disponível em www.jubileubrasil.org.br Acesso em 30 de março de 2004.
- KATZ, C. Sete teses sobre as novas tecnologias da informação In Coggiola, O. e Katz, C. *neoliberalismo ou crise do capital?* SP: Xamã, 1996, p. 71-118.
- LIMA, K.R.S. Governo Lula – “neoliberalismo requentado e requintado”. Elementos políticos da reforma da educação superior brasileira. In *Revista Universidade e Sociedade*. n. 32. Brasília: ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Março de 2004, p. 59-68.
- LIMA, K.R.S. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração In *O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990*. SP: Xamã, 2002, p. 41-63.
- MEC. *Portaria 301 de 07 de abril de 1998*. Disponível em www.mec.gov.br/sesu/ftp/port301 Acesso em 02 de abril de 2004.
- MEC. *Programa Universidade para Todos. Proposta de democratização do acesso à educação superior*. Março de 2004. Disponível em www.mec.gov.br/acs/banner/superior_arquivos/frame.htm Acesso em 30 de março de 2004.
- MEC/SEED. *Indicadores de qualidade para os cursos de graduação à distância*, 02 de abril de 2003. Disponível em www.mec.gov.br/seed/indicadores.shtm . Acesso em 02 de abril de 2004.
- MEC/SEED. *Relatórios de Gestão 2000 e 2001*. Disponível em www.mec.gov.br/seed/relat/gestao.shtm Acesso em 02 de abril de 2004.

- OLIVEIRA, M.M. A política governamental de ciência e tecnologia. In *O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990*. SP: Xamã, 2002, p 65-84.
- OLIVEIRA, M. M. Ciência e tecnologia no governo Lula: a inovação do mesmo. In *A reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. SP: Xamã, 2004 (prelo).
- PALOCCI FILHO, A . e MEIRELLES, H.C. *Cartas do Governo Brasileiro ao FMI*. Disponível em www.fazenda.gov.br Acesso em Agosto de 2003.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 3ª. edição. SP: Editora HUCITEC, 1999.
- SILVA, Luis Inácio Lula. *Carta ao Povo Brasileiro*. Junho de 2002. disponível em www.pt.org.br Acesso em setembro de 2002.

Carta de Apresentação da ExNEEF – Gestão 2012/2013

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) completa 20 anos de luta e a nova gestão 2012/2013 vem, por meio desta carta, reafirmar o papel do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) na luta de classes, a partir da sua especificidade, que é a Educação Física, e seu lócus de ação que é a Universidade, defendendo suas bandeiras históricas e compondo em conjunto com outros movimentos sociais, classistas e anti governistas, ações em defesa da classe trabalhadora.

A ExNEEF é a entidade representativa dos estudantes de Educação Física em nível nacional. Divide-se em uma coordenação nacional e seis coordenações regionais, todas eleitas em plenária final a cada ano no Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF). As coordenações se organizam através de seus Conselhos Nacionais de Entidades de Educação Física (CoNEEF's) e Conselhos Regionais de Entidades de Educação Física (CoREEF's), que darão conta de organizar, nacional e regionalmente, as escolas e entidades, com espaços de formação e debate político em torno das questões referentes à especificidade da área (formação unificada, saúde, lazer, megaeventos esportivos, etc), em torno de questões pertinentes a universidade, conjuntura, opressões, entre tantos outros temas. Na plenária final do ENEEF também são eleitas a próximas sedes dos Encontros Regionais e Nacional, sendo estes construídos nos CoREEF's e CoNEEF's, respectivamente.

O MEEF/ExNEEF tem quatro bandeiras históricas, que explicitam a luta que compomos há 33 anos enquanto movimento estudantil e há 20 anos organizados através de nosso instrumento que é a ExNEEF. Defendemos (I) a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente referenciada – nos colocamos contrários à contra-reforma universitária do governo Lula/Dilma/PT; (II) a Licenciatura Ampliada como projeto de formação de professores em Educação Física – nos colocamos contrários a fragmentação do conhecimento em bacharelado e licenciatura; (III) a Regulamentação do Trabalho – sendo contrários ao Sistema CONFEF/CREF's e a regulamentação da Profissão; e (IV) o Projeto Histórico de Sociedade Socialista.

Além das quatro bandeiras históricas, temos posicionamento referente aos megaeventos esportivos, que chega ao país com a ilusão de desenvolvimento e reafirmação de um país de 6ª economia mundial, mas que vem, de fato, para gerar uma limpeza social, genocídio de jovens negros, remoções de 70 mil famílias de suas casas e construções de estádios que a população d e v e r á p a g a r p a r a u s u f r u i r . A l é m d o p a p e l ideológico do esporte de alto rendimento, que não negamos enquanto o mais avançado em torno do esporte, mas que precisa ser repensado, sobretudo, num cenário em que a mercadorização das práticas corporais e o alto rendimento estão colocados como única forma de o trabalharmos.

Vivemos um período de crise estrutural do capital, onde não encontramos mais meios de acumulação e desenvolvimento sem destruir forças produtivas. É uma crise econômica, política, social e ambiental. A acumulação capitalista se dará através da retirada de direitos dos

trabalhadores e isso vem sendo executado em todo o mundo. No Brasil, o PT vem cumprindo muito bem esse papel. O projeto neoliberal tem se intensificado, iniciado no Governo Collor e FHC, e tendo traços de continuidade e aprofundamento no Governo Lula e Dilma.

Dilma, já no início do ano corta 60 bilhões das áreas sociais (educação, saúde, saneamento básico, previdência, reforma agrária) e, ao que indica, vem governando para grandes empresas e bancos. Uma de suas últimas ações foi conversar com grandes empresários, como Eike Batista e Gerdau, para resolver questões importantes para o país, como construções de ferrovias, rodovias, aeroportos e portos, na perspectiva da privatização. O investimento será público, mas a sociedade deverá pagar para utilizar, bem como as construções vão partir das necessidades dos grandes empresários e não dos trabalhadores. Na educação, a presidente sancionou recentemente a Lei que institui o Proies, convertendo 15 bilhões de reais de dívida de universidades e faculdades privadas em bolsas do PROUNI até 2015, uma medida clara para salvar os empresários da área da educação. Enquanto isso, as universidades públicas sofrem cada dia mais com falta de recursos.

No último período vivenciamos a maior greve do serviço público dos últimos 10 anos e a maior greve da educação pública federal da história. A classe que parecia estar estagnada vem mostrando organização para combater os cortes de verbas e a precarização do serviço público. Como já apontávamos, a União Nacional de Estudantes (UNE), que já está ao lado do Governo desde o mandato de Lula/PT, esteve mais uma vez contrária aos interesses da base dos estudantes. O Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE) foi indicado pela base para negociar a greve em nível nacional. A UNE, que está ao lado da burguesia, descumpriu essa decisão e tentou resolver através de acordos com o Ministro da Educação. Durante a greve, enquanto os estudantes estavam nas ruas, essa entidade saiu para comemorar os 10% do PIB para a educação. A ExNEEF compôs em 2011 o comitê em defesa dos 10% do PIB para Educação Pública

JÁ! E sabemos que essa não é uma vitória real, pois o investimento será para 11 anos e será para educação, não dizendo quanto será investido na educação privada e na educação pública. A UNE também não se colocou contrária ao novo PNE, luta tocada pela ExNEEF com outras entidades em 2011, pois esse novo PNE vai tornar políticas de estado a contra reforma universitária (PROUNI, REUNI, Lei de Inovação Tecnológica, ENADE, etc). Essa foi uma tática da UNE para desmobilizar e deslegitimar a greve, mas isso não foi o suficiente. O CNGE, apesar de suas limitações, conseguiu dar a resposta de que a UNE não representa os estudantes nacionalmente e que podemos organizar o movimento estudantil pela Base e construir novas ferramentas de luta. Vivenciamos uma crise política, onde as organizações que antes representavam a classe vêm defendendo o programa democrático popular e deixando de lado o projeto histórico socialista, o método de mobilização nas ruas e nas greves, por isso debatemos sobre reorganização do movimento estudantil, compreendendo que hoje não há uma entidade em nível nacional que represente e organize os estudantes. Compreendemos que o rompimento com a UNE no ENEEF de 2008 nos deu condições para retornarmos para a base com a campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!” e elevarmos nosso debate em torno do rompimento, onde mais uma

vez em nossa Plenária Final não encontramos nem na UNE e nem na Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL) entidades que possam representar os estudantes em nível nacional, mas que é necessário continuarmos debatendo e, através das contradições, buscando possibilidades para uma nova entidade estudantil, que de fato represente o conjunto do movimento estudantil.

Também presenciamos a criação de novas organizações que visam enfraquecer entidades de luta. É o caso do PROIFES, criado dentro de gabinete para enfraquecer a luta dos professores através do ANDES. Na Educação Física vemos a criação da Confederação dos Estudantes de Educação Física do Brasil, entidade que se coloca como vanguarda do movimento estudantil da área e responsável pelo renascimento do movimento estudantil, negando os 33 anos de história do MEEF e todas suas conquistas.

Temos que ressaltar que essa entidade faz apenas debates superficiais da área e apoia o sistema CONFEF/CREF's – maior responsável pela desvalorização da área – e suas políticas, além de tocar políticas parecidas com a UNE, atraindo estudantes com grandes shows em seus encontros e indo às ruas com blocos de carnaval e não em atos em defesa da educação. Nesse período de reorganização do movimento estudantil e da classe trabalhadora, afirmamos a necessidade do MEEF/ExNEEF continuar na luta, pois é ela que nos leva a avançar, continuar elevando o senso comum frente aos debates da área e da conjuntura e fazendo do MEEF/ExNEEF um movimento classista, anti governista, de luta da classe trabalhadora. Convocamos todos os estudantes e companheiros de outras categorias estudantis e trabalhadoras a se somarem na luta em defesa de outro projeto de educação, de universidade, em busca da superação da sociedade capitalista rumo à sociedade socialista.

Se o presente é de luta o futuro nos pertence!

Força na luta! Que a luta é pra vencer!

Saudações estudantis,

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Gestão 2012/2013

15 de Outubro, dia do Professor

Dia 15 de Outubro é dia do Professor, dia de luta pela Educação! O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) através da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) vem reivindicar o dia 15 de Outubro como sendo historicamente o dia dos trabalhadores da Educação em seu contexto mais geral e da Educação Física em específico, portanto um dia de luta por uma educação que seja voltada aos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Compreendemos que a Educação Física historicamente possui como seu componente caracterizador a Prática Pedagógica e entende que seu objeto de estudo é a Cultura Corporal. Ou seja, somos e seremos professores e dessa forma podemos atuar pedagogicamente em qualquer âmbito de atuação profissional. Assim, nos colocamos contrários a atual divisão curricular que as atuais Diretrizes Curriculares nos impõem, que descaracterizam a essência do que vem a ser a Educação Física e fragmenta os conhecimentos da área em Licenciatura e Bacharelado (Ciências Sociais x Ciências Naturais) não possibilitando uma formação sólida e que possibilite aos estudantes a compreensão e transformação por uso de conhecimentos científicos da realidade social em que estão inseridos. Defendemos como proposta de formação a Licenciatura Ampliada.

A divisão dos cursos é defendida pelo Sistema CONFED/CREF's, o mesmo que cria para seus interesses meramente financeiros o dia 1º de Setembro como sendo o dia do profissional de educação física. A criação do Conselho deslegitima a prática pedagógica como sendo definidora dos saberes científicos da educação física e acaba por gerar uma dicotomia entre profissional e professor, legitimando a necessidade do sistema CONFED/CREF's em existir para continuar "regulamentando a profissão", cobrando taxas abusivas dos trabalhadores da área e precarizando nossa formação e atuação no Mundo do Trabalho. Colocamo-nos contrários a este setor corporativista da educação física por entendermos que estes são os principais exploradores dos trabalhadores da cultura corporal e defendemos como bandeira de luta a Regulamentação do Trabalho, como forma de exigir que o Estado garanta os direitos sociais (educação, saúde, trabalho, 13º salário, licença maternidade e etc.) historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

A atual precarização de nossa formação defendida com a divisão curricular e a regulamentação da profissão é fruto de uma política global de formação que vem atender os interesses da classe dominante, através de formulações políticas de instrumentos como o Banco Mundial e o FMI que defendem que a Universidade Pública no Brasil e nos países periféricos não deve produzir conhecimentos científicos como forma de superar a precária e contraditória realidade social que vivemos, mas deve somente produzir os conhecimentos necessários à manutenção do capital e o atendimento a suas demandas produtivas, frente suas crises cíclicas. Esta política se apresenta a nós através da Reforma Universitária colocada em prática pelos governos Dilma/Lula/PT e vem no sentido de destruir o ensino superior público brasileiro, e, com o cenário de crise econômica internacional os ataques à educação tende a se acentuar.

Por defendermos uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada para a Universidade Brasileira, nos colocamos contrários ao atual desmonte do ensino superior público. Entendemos que é só a partir das lutas que conseguiremos transformar a Educação e coloca-la a serviço dos trabalhadores, exemplo disso foi a grande greve do ensino superior público federal deste ano, que colocou em xeque as políticas do governo, e aflorou o espírito combativo das categorias envolvidas no projeto de educação. A maior greve da Educação dos últimos dez anos, que parou 58 das 59 universidades federais do país, paralisando as três categorias (professores, estudantes e servidores), tendo a luta dos professores como o estopim desse cenário. Ainda temos um cenário de algumas Universidades Estaduais em greve e lutas dos professores da educação básica de diversos estados e municípios como resposta a lógica da mercantilização da educação e precarização do trabalho.

Nesse dia 15 de outubro a Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física vem saudar a luta dos professores combativos, que entendem que todo professor tem que ter lado, e o lado do professor é o da classe trabalhadora!

Sou Professor... E de Educação Física! Não ao 1º de Setembro! Fora CONFED/CREF's! Por uma Educação Pública, Gratuita, de qualidade e socialmente referenciada!

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
GESTÃO 2012/2013

Boicote ao ENADE! Por uma avaliação de verdade!

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física vem por meio dessa nota parabenizar os cursos de Educação Física que boicotaram a prova do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE). Compreendemos que avaliação deve servir para perceber os erros, problemas, equívocos dos cursos e tentar superar essas problemáticas para os cursos avançarem e nossa formação melhorar. Avaliação que está sendo aplicada pelo Governo PT, através do MEC não tem dado conta desse avanço, por isso como forma de protesto boicotamos essa prova.

A prova do ENADE, que faz parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), surgiu com o Governo Lula, em substituição ao “provão” de FHC e faz parte das políticas de Contra Reforma Universitária (REUNI, PROUNI, LIT, PPP, EBSEH, etc). A prova do ENADE não da conta de avaliar os cursos.

A prova tem caráter de **ranqueamento**, são cinco níveis de 1 a 5. A Universidade que tirar melhor nota terá mais auxílio financeiro, ou seja, quem realmente está precisando não terá a ajuda necessária para superar os problemas encontrados. Além disso, através da prova não se especifica quais são os problemas, onde está o erro, como a Universidade pode melhorar. A prova tem **caráter obrigatório e punitivo**, as Instituições devem assinar o Protocolo de Compromisso, assinando sua responsabilidade frente à formação, como se o Estado também não fosse responsável pela formação e estrutura da Universidade, afinal o financiamento no Ensino Superior também influencia nos problemas que iremos encontrar através de uma avaliação. Há uma **centralização e desrespeito às características regionais**, essa prova desconsidera as regionalidades e particularidades de cada curso e de cada Universidade. E ainda há **premiação dos melhores colocados**, a Universidade que for melhor será premiada através de melhor investimento, tornando a lógica da avaliação contraditória, pois quem mais precisa é a Universidade que está com problemas de formação, estrutura e financiamento.

Além disso, diversas universidades e cursos, principalmente nas instituições privadas realizam cursos preparatórios para o ENADE com o objetivo de forjar a nota e se colocar aparentemente como uma universidade de excelência. Este ranqueamento, além de dar a educação caráter mercadológico, serve também para mascarar os constantes ataques que a universidade pública vem sofrendo como os cortes de verbas anuais, que de 2010 à 2012 somaram 50 bilhões, como também a prioridade do governo destinar 49% do orçamento federal para pagar juros e amortizações da dívida pública em detrimento da educação que recebe cerca de 3%.

O boicote é organizado pelo Fórum de Executivas e Federações de Curso (FENEX), essa pauta é do Movimento Estudantil geral. Somos contrários a uma avaliação meritocrática e punitiva. Para boicotar o estudante deve comparecer a prova pontualmente, assinar a lista de presença, entregar a prova em branco ou colar o adesivo do boicote.

Compreendemos que os estudantes devem através desse boicote expor sua contrariedade a uma avaliação que não avança, dessa forma, através da nota 1 ou 2 somos ouvidos pela Universidade, pela mídia e pela sociedade, conseguindo expor todos os problemas estruturais e de formação que nossos cursos possuem, assim dialogando e expondo nossa opinião do porquê somos contrários e o que queremos para o Ensino Superior.

Cabe ainda ressaltar que não somos contrários à processos de avaliação, mas sim à esse modelo de avaliação implementado pelo Governo que não fora construído junto aos diversos Movimentos sociais que atuam na área da educação. Reivindicamos a construção de políticas educacionais que sejam debatidas e construídas dando voz e autonomia às Universidades e aos Movimentos Sociais. Dessa forma defendemos uma avaliação que sirva para detectarmos as necessidades da educação no país e construirmos juntos, um projeto de Universidade pública, gratuita e de qualidade, que atenda aos reais anseios da população.

Boicote ao ENADE! Por uma avaliação de verdade!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Moção de Apoio da ExNEEF a Greve dos Docentes da UEPA

Nós da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física vimos manifestar nosso total apoio à greve dos professores da Universidade do Estado do Pará que demonstram que a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada na luta dos trabalhadores se faz necessária na construção de uma sociedade livre de toda forma de exploração e opressão.

Esta greve, que se inicia em um momento em que vemos uma greve nacional em cerca de 30 universidades federais, das quais 58 compuseram o movimento já há três meses, demonstra que a precariedade da educação pública de nível superior é cada vez mais latente e é fruto de uma política de precarização e privatização da educação pública via governo federal e estadual.

Tal fato é demonstrado pela pauta de reivindicações dos professores que se colocam em defesa do aumento do piso salarial, do pagamento de insalubridade e periculosidade aos servidores, da melhoria das condições de ensino dos 20 campi da UEPA, de assistência estudantil séria e consistente, e ainda, do posicionamento contrário à redução da bolsa de monitoria, uma vez almejada pela gestão superior desta instituição, na tentativa de equiparar (por baixo) uma proposta de isonomia das bolsas estudantis.

Neste sentido, reafirmamos a necessidade do Movimento Estudantil da UEPA se colocar combativo, como uma das formas de engrossar as fileiras da luta e conseguir avanços concretos e organizativos, somando as suas reivindicações específicas como: a finalização das obras tocadas a passos lentos em diversos campus; a ausência de professores no início dos semestres; a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, com rubrica financeiras específica para o atendimento de suas demandas; a extensão do Restaurante Universitário (RU) aos demais campus da UEPA, dentre outras demandas.

Reafirmamos também a luta em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já, contra o Plano Nacional de Educação 2013-2023 que visa tornar política de Estado toda a precarização e privatização do ensino superior público.

Aos lutadores da greve na UEPA, por uma universidade digna, de qualidade, gratuita, socialmente referenciada e, verdadeiramente, de excelência:

Força na luta! Que a luta é pra vencer!

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013**

Moção de Apoio da ExNEEF a Greve Estudantil na UEM

Vivenciamos nos últimos cinco anos por parte da mídia hegemônica e dos governos do Partido dos Trabalhadores um forte discurso de expansão e democratização do ensino superior no Brasil. Este discurso teve como carro chefe a aprovação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), o PROUNI e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Porém, ao nos depararmos com a realidade de todo o ensino superior brasileiro, seja ele federal ou estadual, percebemos que este discurso não passa de mera ilusão de crescimento e desenvolvimento do Brasil. Temos acompanhado em 2012, após o corte de 60 bilhões em direitos sociais – entre eles saúde e educação – o forte movimento grevista de professores, técnico-administrativos e estudantes das universidades federais que demonstram que este crescimento quantitativo se manifesta de forma destrutiva quando se fala em qualidade da educação.

Exemplo desse desmonte se manifesta também na Universidade Estadual de Maringá, a qual tem repasse de falta de bebedores, salas de aula, professores efetivos, servidores e banheiros, e ainda temos a processo de privatização que aos poucos vem tomando conta da Universidade como um todo, isso demonstra o descaso do governo estadual para com a educação e também a política nefasta de educação que está colocada para o Brasil pelos organismos multilaterais como FMI/BM e tem sido implementada pelos governos Dilma/Lula/PT a nível nacional e Beto Richa/PSDB a nível estadual.

Frente a esta conjuntura, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física vem manifestar seu total apoio à luta dos estudantes grevistas da UEM que demonstram mais uma vez a necessidade de lutarmos por uma educação 100% pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada na luta dos trabalhadores. Reafirmamos também, a bandeira dos 10% do PIB para a educação pública já e contra o Plano Nacional de Educação 2013-2023!

Força na luta, que ela é pra vencer!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Gestão 2012/2013

MOÇÃO DE REPÚDIO DA EXNEEF ÀS POSTURAS AUTORITÁRIAS DO DIRETOR DA EEFD-UFRJ, LEANDRO NOGUEIRA

As posturas autoritárias do Diretor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), Leandro Nogueira, além de expressarem uma aberta perseguição política ao Movimento Estudantil da EEFD, são um ataque a todo o conjunto dos estudantes e ao Movimento Estudantil nacional, à democracia e à autonomia universitária. Por isso, a ExNEEF se pronuncia publicamente contrária às posturas autoritárias do Diretor Leandro Nogueira e se mantém firme no propósito de não tolerar gestões antidemocrática dentro das Universidades.

Os métodos autoritários têm sido um instrumento a serviço do processo de privatização das Universidades públicas, principalmente no cenário pós-REUNI. A supressão dos espaços políticos auxilia na imposição de um projeto de universidade que contraria bandeiras históricas dos movimentos de estudantes, técnicos-administrativos e professores, sintetizadas na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referendada. A deterioração da democracia acadêmica pode ser verificada, por exemplo, na forma como se tenta privatizar os Hospitais Universitários, por meio da aprovação da EBSEH e no terrorismo imposto a estudantes de Casa de Estudantes, ameaçados permanentemente de serem desalojados. Na Educação Física da UFRJ, os fatos recentes expressam uma absurda extrapolação dessa tendência.

Desde o final de 2012, o diretor Leandro Nogueira tem protagonizado uma agressiva e sistemática perseguição política ao Movimento Estudantil. Parte desse processo foi acionar a Polícia Militar para retirar das dependências da escola um estudante regularmente matriculado, fechar arbitrariamente um curso de pós-graduação e destituir seu coordenador por ter se negado a dar falso testemunho contra aquele mesmo estudante. Esse cenário de perseguições se intensifica, ganhando maior gravidade, quando os estudantes mobilizados se opuseram à aprovação de cursos pagos de pós-graduação, que têm um crescimento na UFRJ, apontando para uma clara e preocupante tendência de mercantilização do ensino.

Na tentativa de acabar com a resistência estudantil organizada, o diretor resolveu organizar eleições paralelas para designação dos representantes estudantis dos fóruns colegiados da EEFD, desrespeitando a autonomia dos estudantes e da sua legítima entidade representativa, o Centro Acadêmico. Segundo a resolução 02/82 do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), as entidades representativas têm competência privativa para designar autonomamente os seus representantes. Assim, em sessão ordinária no dia 19/06/2013, o CEG reafirmou a validade de sua resolução, repudiando a ação do diretor Leandro Nogueira. No entanto, a intransigência da Direção e da Administração da EEFD já se transformaram em ameaças diretas aos estudantes. Em reunião da congregação da escola, seu vice-administrador, Luiz Henrique, afirmou estar “preparado para matar e para morrer”.

Seguindo seus métodos policiais, Leandro Nogueira denunciou membros do CAEFD à 37ª DP (Ilha do Governador) sob alegação de “desacato à funcionário público no exercício da função”. Essa atitude desrespeita os espaços de discussão e decisão coletivas da UFRJ, e foi amplamente repudiada no fórum máximo de deliberação da universidade, o CONSUNI, que aprovou moção contra o diretor em sua sessão ordinária no dia 26/06/2013.

Os problemas gerados pelas imposturas de Leandro Nogueira não incidiram apenas contra os estudantes da Educação Física. Em pouco mais de um ano e meio de gestão, o diretor já entrou em embates injustificáveis com estudantes da Dança, Ciências Sociais, Comunicação Social, Psicologia, professores e com a própria administração central da UFRJ.

É inadmissível que tudo isso aconteça no interior de uma das principais universidades públicas do país. Devemos pressionar para que a resolução da grave situação não permaneça refém de alongadas burocracias universitárias. A reitoria da UFRJ deve tomar uma posição IMEDIATA. Nesse sentido, convidamos o conjunto de estudantes de Educação Física do Brasil a seguir firme no enfrentamento às pressões da crescente privatização das Universidades públicas, aprofundadas cada vez mais pela contra-reforma universitária, o REUNI, com seus métodos autoritários de materialização

Força na luta, pois a luta é pra vencer!

GESTÃO 2012/2013

1º de Setembro – o dia inventado pelo CONFEF/CREF

A ExNEEF vem por meio desta nota repudiar as ações truculentas do sistema CONFEF/CREF ao longo dos seus 15 anos de existência. E dizer que o nosso dia, dos professores de Educação Física é o 15 de outubro.

O Sistema CONFEF/CREF surgiu em 1998 numa brecha de lei, que possibilitava a criação de conselhos privados, em seus seis artigos define o que seria a profissão e regulamenta, no sentido de reserva de mercado, a profissão da Educação Física. Ao longo dos anos interviu na formação dos estudantes de Educação Física, ajudando a construir as diretrizes curriculares que confunde a educação física em áreas distintas – licenciatura e bacharelado. Auxiliou na grande mentira da área que é afirmar que o licenciado não pode atuar fora da Escola. Além de atuar de forma truculenta e policialesca sobre profissionais qualificados que estão na academia, nos clubes e tem o título de licenciado.

O MEEF em seus fóruns e a partir de muito estudo já dizia que o licenciado está amparado legalmente e pode atuar tanto dentro, quanto fora da Escola, desde que o curso de licenciatura siga as diretrizes curriculares nacionais para as licenciaturas (Resolução 01 e 02 de 2002) e as diretrizes curriculares nacionais para Educação Física (Resolução 07 de 2004). Através de processos coletivos tivemos vitórias importantes em conjunto com o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) e outros segmentos da área, em Goiás, na Bahia, no Espírito Santo.

Esse dia inventado pelo Sistema CONFEF/CREF não representa a categoria profissional da Educação Física. Somos professores em todos os lugares em que atuamos e compreendemos que essa data representa um grande retrocesso na nossa área. Reserva de mercado não depende de Conselho Profissional, ainda mais quando o mesmo tenta fragmentar os trabalhadores, tenta restringir o acesso ao conhecimento daquele que atua dentro ou fora da Escola.

Compreendemos que a Educação Física é uma área ampla, que tem intervenção na saúde, na educação, no treinamento, no lazer e defendemos que todos os futuros trabalhadores tenham acesso a ampla gama de conhecimentos que compõe nossa profissão. Por isso afirmamos, num marco político, que esse dia não nos representa, que nosso dia é 15 de outubro com todas as outras categorias profissionais de professores e que esse dia é uma invenção para comemorar o retrocesso que foi a criação desse conselho.

Fora Sistema CONFEF/CREF. Enganando a sociedade, sucateando a profissão!

Pela Regulamentação do Trabalho!

Em defesa da profissão da Educação Física – Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!

Nota ao 08 de março – luta feminista e classista

No mês de março a luta feminista ganha repercussão a partir da organização de atos e mobilizações encampadas pelos Movimentos Sociais e organizações políticas. Nós da ExNEEF viemos acumulando sobre o debate de opressões, e mais que isso procurando formular políticas de combates as opressões junto ao Movimento Estudantil.

Segundo deliberação de plenária final do maior fórum nacional deliberativo o Movimento Estudantil de Educação Física se posiciona:

“Compreendemos que o debate de opressões deve sempre estar sob a perspectiva da classe trabalhadora, ou seja, deve partir da necessária ruptura com a ordem capitalista. A luta contra as opressões deve estar sempre em sintonia com a luta socialista, por uma sociedade livre de qualquer forma de opressão!”

Logo, a gestão 2012-2013 vem por meio desta breve nota colocar que o Movimento Estudantil de Educação Física representados pela ExNEEF defende a luta feminista como indissociável da luta pela superação do sistema capitalista/sociedade de classes - sistema potencializador das opressões que se expressam de diversas formas como violência contra as mulheres, homossexuais, deficientes físicos, negros e etc.

É importante ressaltar que, segundo deliberação do Movimento também: "O Governo Dilma/PT não representa as mulheres lutadoras e em nada avança no combate às opressões." Para nós, o governo Dilma se situa dentro da lógica capitalista de gerir a vida, e mantém acordo e implementa políticas da burguesia internacional e nacional - a classe dominante. Em 2013 o Brasil completa 11 anos de governo PT e percebemos que o governo Petista segue a risca atacando os tratadores e trabalhadoras, e sob nenhuma perspectiva vem se constituindo como um governo de disputa ou de coalização entre classes, e sim um governo que busca a conciliação de classes, amortecendo a classe trabalhadora e implementando todas as políticas necessárias da burguesia.

O dia 08 de março é uma importante data para lembrarmos a importância de combater as opressões dentro de nossos Centros e Diretório Acadêmicos e coletivos estudantis, pensar e implementar políticas que afirmem a importância da participação das mulheres da vida pública, sobre tudo da política. O combate as opressões tem de estar em sintonia com as lutas sociais rumo a superação da sociedade socialista.

Nesse 08 de março, muitos atos classistas e anti-governistas estarão acontecendo no país, chamamos a todas e todos estudantes de educação física a se somarem nesses atos. E porque compor somente atos classistas e anti-governistas? Pois compreendemos que compor atos com a base governista, que mantém Dilma/PT sob a lógica da governabilidade, colaborando com os ataques da classe trabalhadora e às mulheres é uma distorção da luta feminista e da classe trabalhadora.

Combater as opressões dentro de nossos CA's/DA's e coletivos estudantis é uma tarefa necessária. Combater as políticas de ataques as mulheres trabalhadoras que o governo Petista vem implementando também.

Seguimos em luta, pelo feminismo indissociado da luta pelo socialismo!

"Sou Feminista, Sou radical. Minha luta é contra o capital!"

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Gestão 2012/2013

Nota de apoio à ocupação de reitoria da UFRRJ

Nós, da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, manifestamos nosso total apoio à ocupação da reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, realizada na quinta-feira, dia 14/03/2013. O movimento estudantil da UFRRJ, que em assembleia decidiu pela ocupação, demonstra com isso que a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada na luta dos estudantes e trabalhadores se faz necessária para a construção de uma universidade livre de toda a forma de precarização e privatização, tanto do conhecimento quanto das estruturas físicas.

O quadro acadêmico-estrutural da UFRRJ é dramático, talvez um dos piores do país. Há um completo abandono, com falta de salas de aula, falta de professores, prédios abandonados e caindo aos pedaços. Sabemos que esse, infelizmente, não é um caso isolado e que se reproduz em todo o país. Também sabemos que esse estado de coisas é fruto de medidas precarizantes impostas à Educação brasileira, e que foi aprofundado pelos governos do PT através do projeto do REUNI. Projeto esse que comprovou a sua falência e a insatisfação de todos os setores da Educação em 2012, com a deflagração da maior greve das IFES dos últimos tempos, quando o REUNI completara os cinco anos de vigência previstos no projeto.

Entendemos que o enfrentamento a esse projeto se faz no dia-a-dia, construindo e organizando a luta dos estudantes pela base, por um projeto de universidade para e com a classe trabalhadora, defendendo o projeto histórico do socialismo, e para isso se faz central o necessário enfrentamento ao Governo Federal e suas políticas tocadas pelo PT, que vem aprofundando o neoliberalismo no país, com cada vez mais cortes sistemáticos de verbas para as áreas sociais, 55 bilhões apenas em 2012, e aos seus representantes nos movimentos estudantil, sindical e popular, como a União Nacional dos Estudantes, que reivindica o REUNI como avanço no cenário educacional brasileiro.

Dizemos não ao PT de Lula e Dilma, não à UNE e não ao REUNI!

Por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e para a classe trabalhadora!

Todo apoio aos estudantes da UFRRJ, nenhum passo atrás até que as reivindicações sejam negociadas e atendidas.

Força na luta, pois a luta é para vencer!

ExNEEF - GESTÃO 2012/2013

NOTA DA EXNEEF SOBRE A COPA DAS CONFEDERAÇÕES

“Vem pra RUA, porque a RUA é a maior arquibancada do Brasil”

O ensaio geral para a copa do mundo FIFA 2014 no Brasil já começou. Seis dos doze estádios que estão sendo (re)construídos, são o palco da festa. Oito seleções e olhares de todas as partes do globo estão voltados para o Brasil. Para além do show dentro das quatro linhas, o mundo tem visto um povo se levantar, após um longo período de pacificação social promovida a partir da origem operária do Governo Petista e sua política de cooptação.

Como era de se esperar, o projeto político-econômico do governo, aprofundou o neoliberalismo no Brasil, o crescimento econômico às custas de retirada de direitos sociais e centrada no consumo e no crédito, apresenta seus limites para os trabalhadores. A vinda dos megaeventos para o país impulsionou esse projeto, absorvendo capitais estrangeiros e valorizando-os na superexploração de nossa classe e servindo ainda como uma grande ferramenta ideológica que atribuía a toda a sociedade a missão de construir um grande espetáculo para o mundo em 2013, 2014 e 2016.

Nada disso foi suficiente, o acúmulo de lutas, tanto à nível mundial, quanto nacional, com as diversas greves e manifestações em 2012 preparou o terreno para o que está acontecendo atualmente. A luta pelo transporte público foi o estopim, em diversas cidades as manifestações não param de crescer, incorporam novas pautas, em todos os jogos da copa das confederações houveram mobilizações, que abalaram não só os governantes mas também o império FIFA. Diante disso, logo se colocou em prática outro ensaio, como garantir a hegemonia dos dominantes, utilizando seu aparato militar, reprimindo e criminalizando os Movimentos sociais, tendo a violência e a mídia como aliados.

Muitas são as palavras de ordem durante as manifestações, mas uma tem se destacado, a contrariedade a copa no Brasil e o fim da precarização de direitos sociais como saúde, educação, moradia e cultura. Os trabalhadores começam a perceber que é impossível uma copa para o povo, se o poder político e econômico não estão em suas mãos.

É necessário ainda, lutar para que todo esse movimento não desemboque em outro ataque contra a classe trabalhadora, palavras de ordem e pautas conciliadoras, conservadoras e até mesmo reacionárias começam a ganhar espaço em meio a essa explosão, é fundamental que os trabalhadores e a juventude saiba distinguir seus reais interesses e com organização e radicalidade defenda seus projetos.

O Movimento Estudantil de Educação Física, em seus diversos fóruns e em sua entidade, vem há anos se colocando contrário aos megaeventos esportivos e a lógica destrutiva da sociedade capitalista e defendendo outra concepção de esporte que se atrele ao projeto histórico dos trabalhadores, a construção de uma sociedade justa e igualitária, o socialismo.

“DOS MEGAEVENTOS EU ABRO MÃO, QUEREMOS MORADIA, SAÚDE, ESPORTE E EDUCAÇÃO!”
“CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS”

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Junho, 2013

Nota de Apoio ao movimento MINHA UFES, MINHA CASA e Repúdio às Ações Truculentas da Reitoria da UFES e Criminalização do Movimento Estudantil

Em tempos de repressão aos movimentos sociais a reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) alcançou o auge de sua truculência no início da madrugada da últimaterça-feira (18/09). Os estudantes do movimento MINHA UFES, MINHA CASA que estão acampados na UFES há mais de 50 dias, de forma pacífica e legítima, sofreram alguns ataques durante esse período.

O acampamento foi montado próximo à entrada da universidade e posteriormente transferido para o vão externo da Biblioteca Central. O movimento estava em processo de negociação com a reitoria, quando no domingo (16/09) recebeu um Mandado de Reintegração de Posse em caráter de urgência. Os estudantes deviam desocupar o local em três horas, sob pena de cominação de multa por pessoa de R\$ 100,00 por hora de descumprimento. Após a chegada da Polícia Militar os estudantes se retiraram do local. A justificativa era que a segurança estava comprometida por conta de um fogão com botijão de gás. Em outro momento, a vice-reitora – Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto – afirmou que “esse movimento representa a favelização da universidade”.

Após a desocupação os estudantes se concentraram no Diretório Acadêmico “26 de Junho” e no Sindicato dos Trabalhadores da UFES (SINTUFES). Na terça-feira a tarde o acampamento foi remontado, apenas com barracas, na área externa do Centro de Ciências Humanas e Naturais. As 23:40 do mesmo dia o chefe da Vigilância da UFES – Anival Luiz dos Santos – acompanhado de três seguranças, mandou os estudantes saírem da universidade imediatamente. Foi solicitado o mandado de reintegração de posse e ele respondeu “o mandado sou eu”. Imediatamente deu uma ordem e surgiram mais de 20 seguranças patrimoniais, alguns encapuzados, com cassetetes, bastões de beisebol, facas e armas de fogo. Eles chegaram ao local quebrando e cortando as barracas, agredindo os estudantes e apontando armas de fogo pra cabeça e fazendo ameaças de morte. Dois estudantes tiveram que fugir até conseguirem pular as grades da universidade, sendo perseguidos por oito seguranças com armas em punho (conforme Boletim de Ocorrência No. 7623/12). Todos os pertences foram retidos e alguns saíram apenas com a roupa do corpo.

No dia seguinte, em reunião com a Pró-reitora de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil – Maria Lucia Casate – e com o chefe de gabinete do reitor – Renato Schwab – foi admitido que a ordem de desocupação foi dada pelo reitor e os pertences seriam devolvidos em seguida. Na devolução foi notada a falta de dinheiro, celular, entre outros. Duas barracas também não estavam presentes, além de todas estarem quebradas, portanto não foram aceitas pelos estudantes. Depois desse fato todos os seguimentos da universidade se colocaram a favor do movimento e contra a violência praticada pela reitoria.

A ação truculenta ordenada pelo REitor REInaldoCentoducatte vai contra todos os princípios fundamentais da Constituição Federal. Uma ação realizada na calada da noite, sem autorização judicial e executada por seguranças patrimoniais onde espancam e ameaçam de morte estudantes que estavam numa manifestação pacífica revela a face ditatorial da reitoria que se coloca no discurso como “democrática”.

Vale ressaltar que a Moradia Estudantil existe na maioria das universidades federais e é uma reivindicação legítima do Movimento Estudantil, além de ter sido promessa de campanha do atual reitor. Fica comprovada a falta de habilidade política do REitor REInaldoCentoducatte que não sabe dialogar com a comunidade acadêmica, não assumindo a postura que cabe a um reitor. No período de quatro meses de greve o mesmo

não fez sequer uma reunião com os comandos de greve de estudantes, servidores e professores. Diálogo e negociação não foram as opções da Administração Central da UFES, que no período de greve formalizou três mandados de reintegração de posse e uma ação de interdito proibitório.

Repudiamos todas as ações de violência e de criminalização do movimento estudantil executadas pela reitoria da UFES. Manifestamos nosso apoio à luta do movimento MINHA UFES, MINHA CASA que luta por um novo projeto de Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente referenciada. Se esse movimento representa a “favelização da universidade”, e a favela sendo um local de moradia da classe trabalhadora, o movimento está no caminho certo. Que a Universidade Pública se pinte de povo!

Força na luta, que ela é pra vencer!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Gestão 2012/2013

Nota de Apoio aos Estudantes da USP

No dia 5 de fevereiro os 72 estudantes e trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP) que em 2011 ocuparam a reitoria foram denunciados pela promotora Eliana Passarelli por formação de quadrilha, dano ao patrimônio público, pichação e descumprimento da ordem judicial, tendo como pena no mínimo oito anos de prisão.

Essa ocupação tinha como reivindicação o fim do convênio USP e Polícia Militar e o fim dos processos movidos contra estudantes e trabalhadores. Teve como desfecho uma reintegração de posse feita pela tropa de choque com o contingente de 400 policiais, e processos administrativos.

Com o encerramento dos processos administrativos o reitor Rodas puniu apenas alguns dos processados com penas que iam de advertências escritas a suspensões de até 15 dias. O governo de estado de São Paulo (PSDB), em articulação com a reitoria da USP, se coloca com punhos de ferro abrindo os processos judiciais na tentativa de dar o exemplo ao conjunto da juventude e da classe trabalhadora, impondo a tática do terror aos que lutam.

Esses processos vêm como mais um passo no aprofundamento da criminalização dos movimentos sociais, que avança a passos largos, principalmente no que diz respeito à repressão como vimos no Pinheirinho e tantos outros no estado de São Paulo. Não obstante o governo federal do PT também vem aplicando a mesma política nos canteiros de obras como em Jirau, na greve das universidades federais entre outros.

Nós da Executiva nacional de Estudantes de Educação Física nos juntamos na defesa dos estudantes e trabalhadores processados.

Contra a repressão política aos lutadores e lutadoras!

Pela revogação de todas as punições!

Pelo fim dos processos criminais!

ESCLARECIMENTOS DA ExNEEF SOBRE A NOTA “POSICIONAMENTO POLÍTICO ESTUDANTIL DO MEEF/EXNEEF” DA REGIONAL 4

Em compromisso com a autocrítica, tão necessária a construção de qualquer ação ou evento do MEEF/ExNEEF e em respeito a estudantes e a professores(as) que também ajudam direta e indiretamente na construção deste importante espaço de formação político-estudantil, que compõem ou não partidos políticos, e que se manifestaram sobre a nota “Posicionamento Político Estudantil do MEEF/EXNEEF”, viemos aqui esclarecer alguns fatos diante de alguns levantamentos ocorridos.

Durante a construção do evento observamos práticas oportunistas da ANEL (como a divulgação da arte do EREEF com o logo da entidade sem a devida comunicação e avaliação da ExNEEF), entidade esta que devidamente avaliada pelos estudantes de Educação Física nos últimos quatro ENEEFs se mostra como insuficiente e incapaz de reorganizar o movimento estudantil. Portanto, uma decisão tomada pela base estudantil do MEEF na plenária final do seu fórum maior – a ExNEEF não constrói e não observa.

Portanto, quando suscitamos este trecho “entendemos como propaganda a utilização e distribuição de bandeiras, panfletos e divulgação por meio de cartazes ou oralmente nos espaços do encontro”, não se proíbe essas práticas, mas o que realmente defendemos é o processo de Reorganização do Movimento Estudantil construído na base e de forma coletiva, que não esteja aparelhado por entidades ou coletivos sob a pretensão de autoconstrução, como tem sido a inserção de diversos partidos ou coletivos no MEEF, e que acabam negando as demandas específicas apresentadas pelos estudantes através de suas entidades de base (DAs e CAs). Para isso, o próprio encontro garante espaços abertos de discussões amplas e transparentes, os quais nada se parecem com construções stalinistas ou ditatoriais como de maneira oportuna e descontextualizada se afirmou nas discussões.

Com isso, deixamos claro que a ExNEEF não tem intenção alguma de construir e/ou fomentar posturas apartidárias. Prova disso é que muitos espaços do III EREEF-R4, como Mesas, Práxis, GTT's, estão contando com a colaboração de professores militantes de partidos e de outros com posicionamentos não partidários. Inclusive a coordenação da ExNEEF, eleita todo o ano no encontro nacional em sua Plenária Final, é composto por companheiros organizado em partidos políticos, em coletivos organizados, todos militando em diretórios e centros acadêmicos, ou seja, respaldados por sua base. Todavia, nossa posição enfatiza que o processo que se defende é aquele em que a base estudantil é quem deve dar os rumos de como o ME deva se reorganizar, e que essa participação precisa ser garantida de forma honesta e diversificada.

Desta forma, esperamos como isso, ter contribuído para a compreensão sobre os porquês de nossos anseios a respeito da importância de um processo de reorganização estudantil autônomo, unitário e independente, que proporcione espaço aberto, amplo e transparente para as discussões dos diferentes pensamentos do MEEF, mas que este processo seja feito de forma honesta e esclarecedora aos estudantes, evitando-se escurecer a importância que os partidos de luta têm na construção do processo maior de reorganização das lutas da classe trabalhadora contra o sistema do capital.

No ensejo, aproveitamos para manifestar nossas desculpas frente aos constrangimentos causados, convidando também a construção do EREEF da R4 sob a perspectiva de construção de um movimento estudantil combativo, anti-governista e não conciliador da luta de classes.

Respeitosamente,

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Nota de Repúdio a retirada das aulas de Educação Física das séries iniciais do Ensino Fundamental

Os ataques à educação pública estão cada vez maiores. Além dos cortes de verbas anuais a educação pública, aprofundando as políticas neoliberais, estamos vivenciando um novo ataque em nível de formação básica e precarização do trabalho docente. Temos registros que no último período nos estados de GO e MG as aulas de Educação Física no ensino fundamental séries iniciais não estão sendo ministradas por professores de Educação Física, esses professores estão sendo retirados dos seus postos de trabalho.

As justificativas para esse retrocesso são as clássicas, cortes de verbas, não há recursos humanos suficiente para dar conta das aulas, outras disciplinas necessitam de carga horária maior e retiram da Educação Física e das Artes esse tempo. Compreendemos que a luta deve ser por maior investimento na educação pública, que os professores das escolas encampem uma luta conjunta com os partidos e movimentos sociais, pois enquanto educadores não podemos aceitar esse retrocesso. A categoria docente e principalmente do serviço público nos demonstrou no ano de 2012 que não devemos aceitar a política de retirada de direitos e devemos ir a luta, fazer greve, nos organizarmos e não aceitar essas políticas que vem de cima para baixo.

O Movimento Estudantil de Educação Física repudia essa decisão, que tem aparato legal através da resolução 07/2010 do Conselho Nacional de Educação, que prejudica as aulas de Educação Física, sobrecarregam professores de outras áreas e desconsideram aquilo que talvez julgam não ser importante para o estudante ter acesso na sua formação básica.

Defendemos a cultural corporal como conteúdos importantes a serem trabalhados no ensino infantil, fundamental e médio. Compreendemos que é patrimônio da humanidade e que devemos socializar com todo e qualquer estudante, para que possam vivenciar prática e teoricamente elementos que constituíram o ser humano, fenômenos que fazem parte da nossa construção social e dar acesso à práticas que podem auxiliar psicologicamente e fisicamente esse estudante e mais do que isso, são elementos que podem nos auxiliar a compreender e buscar superar os problemas sociais.

Dessa forma, negamos o posicionamento dos arautos do sistema CONFED/CREF que na busca de legitimar seu projeto neoliberal para a educação física se coloca na defesa corporativista de que o local de atuação dos professores de educação física é na educação básica, a qual sob a justificativa de defesa de um pedaço do bolo do mercado de trabalho se põe a desarticular e deslegitimar a relação da educação física junto as demais áreas do conhecimento, como a pedagogia. Reafirmamos que a luta por uma educação de qualidade, 100% pública e gratuita é de todos os professores, tanto na construção interdisciplinar e coletiva dos processos pedagógicos, como também contra a política neoliberal dos governos Lula/Dilma/PT.

Em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada!

Em defesa da Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental!

*Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013*

Nota de repúdio as agressões sofridas por estudante vitima de lesbofobia

No dia 18 de fevereiro desse ano, por volta das 17h, uma estudante da Universidade de Brasília foi espancada no estacionamento de um dos prédios da universidade. Motivo da agressão? A estudante é homossexual. A estudante de 20 anos foi empurrada pelas costas, espancada e chamada de "lésbica nojenta" no estacionamento do Instituto Central de Ciência da UnB.

A estudante agredida diz pretender se afastar da universidade, por estar com medo de voltar as aulas e não querer voltar para o lugar onde foi espancada por ser quem é. A mãe da vitima afirma que irão procurar a ajuda de psicólogos, para que a filha consiga voltar as aulas e pede um posicionamento por parte da universidade.

Na UnB manifestações de homofobia tem acontecido com frequencia nos últimos meses. Em janeiro a parede do Centro Acadêmico de Direito da UnB foi pichado com frases ofensivas a homossexuais, como: "Ñ aos gays" e "Quem gosta de dar, gosta de apanhar".

As agressões e as ofensas aos homossexuais não são uma realidade somente na UnB. O Brasil é um dos países mais homofóbicos do mundo. Essas manifestações de homofobia são o reflexo da opressão sofrida por todos que diferem da heteronormatividade presente na sociedade. Só as relações heterossexuais são consideradas como naturais e, portanto aceitáveis.

A homofobia, assim como o machismo e o racismo, servem a uma lógica de dominação presente nessa sociedade, dividida em classes. Dominação do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do heterossexual sobre o homossexual e, principalmente, da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

O Movimento Estudantil de Educação Física tem se disposto a estudar nos seus fóruns nacionais e regionais sobre o fenômeno das opressões, pois compreendemos que sim é um fenômeno que tem suas raízes na divisão social em classes, mas que podemos e devemos nessa sociedade fazer a luta contra o racismo, a homofobia e o machismo. Todas as formas de opressão, só serão superadas com muita luta.

Contra a homofobia, o machismo, e o racismo!

Por uma sociedade sem opressões! Onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013

A maioria das pessoas tem por costume lembrar dos oprimidos pelo sistema e reafirmarem seu compromisso com o próximo em datas específicas, como natal e ano novo. Porém, isso fica apenas no discurso ou em um ato/ação que dura apenas um dia. É diante desse quadro que a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física aguardou passar esse período para somente agora desejar um Feliz Ano Novo aos companheiros do MEEF.

Queremos ressaltar que o ano é novo, mas a luta é antiga e permanente. Desejamos que a mudança de ano apenas renove nossas forças e disposição para continuar na construção do ME classista e de luta. Sabemos que nesse período os estudantes se afastam das universidades, mas com o processo de greve que passamos no ultimo ano, a maioria já está de volta e a luta tem que continuar.

Queremos ressaltar a necessidade de enfrentar com firmeza e sem rebaixar princípios os desafios em cada escola. Esse é um ano muito importante, onde se intensificam os processos de criminalização dos movimentos sociais decorrentes das atividades da greve. Também se intensificam as repressões ao ME e ao povo por conta da proximidade dos megaeventos esportivos.

Será mais um ano em que teremos que enfrentar cortes de verbas das áreas sociais, o nosso dinheiro indo para pagar dívidas interna e externa, a precarização e privatização dos serviços públicos. Mas acreditamos, acima de tudo, que a luta transforma nossas vidas, por isso convidamos todos os estudantes de Educação Física do país a lutarem por uma formação unificada, por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, pela regulamentação do trabalho e principalmente pelo fim dessa sociedade desigual, injusta e opressora.

Em 2013... Força na luta, que a luta é vencer!!!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013

Não aceitem o habitual como coisa natural, pois em tempos de desordem, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar - Bertold Brecht

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013
Sobre as manifestações de Junho-Julho

Temos vivenciado no país um período único. A juventude tem demonstrado seu potencial revolucionário e transformador. Todos os anos, em diferentes cidades do país vamos às ruas para dizer NÃO ao aumento da passagem do transporte, atrelado a isso o debate de qualidade do transporte, a privatização do serviço que deveria ser totalmente público. As respostas dos Governos Estaduais e Municipais e a omissão do Governo Federal, são as de sempre, dialogar com os empresários e reprimir o povo que luta diariamente para pagar passagens abusivas, lembrando que desempregados e a população mais pobre, muitas vezes, não tem possibilidade de sair de casa pelo simples fato de não ter dinheiro para pagar o transporte.

Esse ano está sendo diferente, certamente há influências nas revoltas da população europeia, que passa por um processo de austeridade e retirada de direitos, pelas revoluções árabes contra a ditadura de seus países, as greves no país ao longo dos anos, mas principalmente a greve de 2012 do serviço público federal, mas um fator fundamental que apontamos é a vinda dos megaeventos esportivos para o nosso país. A segregação das classes torna-se mais evidente, a remoção das famílias, a superexploração de trabalhadores na construção das obras dos estádios e das obras do PAC, a criminalização da juventude negra, pobre, indígena, sujeitos em situação de rua, entre tantos outros fatores, levam a população a se unir e reivindicar seus direitos.

Com a saída da juventude às ruas para reivindicar DIREITOS, o Estado (Presidência, Governos, Prefeituras), mais uma vez, demonstra de que lado está, colocando as forças repressivas a intervir em manifestações, sejam elas pacíficas ou de ação direta, compreendemos que independente de seu caráter a Polícia Militar nas ruas representa o Estado intervindo para RETIRAR nossos direitos de lutar, em defesa de poucos empresários que lucram muito em cima do suor da classe trabalhadora. É inadmissível que retomemos as práticas da ditadura militar, prendendo manifestantes, enquadrando-os em crime por formação de quadrilha. Retomamos o AI-5? Verdadeira ditadura, disfarçada de democracia.

Apesar de caracterizarmos como muito importante o momento que estamos vivenciando, é central que pontuemos algumas questões para auxiliar no avanço desse movimento, que hoje é nacional. Não é atoa que vimos uma mudança radical na abordagem da mídia burguesa, centralmente da Rede Globo acerca das manifestações; onde antes atacava o conjunto dos manifestantes como “baderneiros” e “vândalos”, e pela correlação de forças imposta pelo movimento foi obrigada a mudar o discurso, “apoiando” as manifestações. Porém, ao mesmo tempo, se apropria da situação, tentando minar e despolitizar os atos, defendendo e incentivando todo esse “pacifismo absoluto” opondo diretamente ao “vandalismo”, sem mediação alguma. Não defendemos essas ações individualizadas, mas os excessos acontecem por anos de descaso com as necessidades básicas dos trabalhadores, com os serviços elementares, e nada justifica a ação truculenta da Polícia Militar, a qual repudiamos veementemente. É fundamental que, através da pauta específica do aumento da tarifa do transporte, a principal pauta e o estopim desse movimento, se generalize alguns elementos, que são base material de tudo isso: crise, megaeventos, privatização das cidades, restrição de espaço público, precarização da Educação e saúde. Sem

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013
Sobre as manifestações de Junho-Julho

Temos vivenciado no país um período único. A juventude tem demonstrado seu potencial revolucionário e transformador. Todos os anos, em diferentes cidades do país vamos às ruas para dizer NÃO ao aumento da passagem do transporte, atrelado a isso o debate de qualidade do transporte, a privatização do serviço que deveria ser totalmente público. As respostas dos Governos Estaduais e Municipais e a omissão do Governo Federal, são as de sempre, dialogar com os empresários e reprimir o povo que luta diariamente para pagar passagens abusivas, lembrando que desempregados e a população mais pobre, muitas vezes, não tem possibilidade de sair de casa pelo simples fato de não ter dinheiro para pagar o transporte.

Esse ano está sendo diferente, certamente há influências nas revoltas da população europeia, que passa por um processo de austeridade e retirada de direitos, pelas revoluções árabes contra a ditadura de seus países, as greves no país ao longo dos anos, mas principalmente a greve de 2012 do serviço público federal, mas um fator fundamental que apontamos é a vinda dos megaeventos esportivos para o nosso país. A segregação das classes torna-se mais evidente, a remoção das famílias, a superexploração de trabalhadores na construção das obras dos estádios e das obras do PAC, a criminalização da juventude negra, pobre, indígena, sujeitos em situação de rua, entre tantos outros fatores, levam a população a se unir e reivindicar seus direitos.

Com a saída da juventude às ruas para reivindicar DIREITOS, o Estado (Presidência, Governos, Prefeituras), mais uma vez, demonstra de que lado está, colocando as forças repressivas a intervir em manifestações, sejam elas pacíficas ou de ação direta, compreendemos que independente de seu caráter a Polícia Militar nas ruas representa o Estado intervindo para RETIRAR nossos direitos de lutar, em defesa de poucos empresários que lucram muito em cima do suor da classe trabalhadora. É inadmissível que retomemos as práticas da ditadura militar, prendendo manifestantes, enquadrando-os em crime por formação de quadrilha. Retomamos o AI-5? Verdadeira ditadura, disfarçada de democracia.

Apesar de caracterizarmos como muito importante o momento que estamos vivenciando, é central que pontuemos algumas questões para auxiliar no avanço desse movimento, que hoje é nacional. Não é atoa que vimos uma mudança radical na abordagem da mídia burguesa, centralmente da Rede Globo acerca das manifestações; onde antes atacava o conjunto dos manifestantes como “baderneiros” e “vândalos”, e pela correlação de forças imposta pelo movimento foi obrigada a mudar o discurso, “apoiando” as manifestações. Porém, ao mesmo tempo, se apropria da situação, tentando minar e despolitizar os atos, defendendo e incentivando todo esse “pacifismo absoluto” opondo diretamente ao “vandalismo”, sem mediação alguma. Não defendemos essas ações individualizadas, mas os excessos acontecem por anos de descaso com as necessidades básicas dos trabalhadores, com os serviços elementares, e nada justifica a ação truculenta da Polícia Militar, a qual repudiamos veementemente. É fundamental que, através da pauta específica do aumento da tarifa do transporte, a principal pauta e o estopim desse movimento, se generalize alguns elementos, que são base material de tudo isso: crise, megaeventos, privatização das cidades, restrição de espaço público, precarização da Educação e saúde. Sem

deixar que secundarize a pauta de revogação do aumento das passagens.

Não podemos nos pautar pelo espontaneísmo das massas, os trabalhadores precisam se reconhecer enquanto classe, enquanto único sujeito histórico capaz de transformar essa sociedade, e para isso precisará de seus instrumentos, de sua organização. Reivindicamos a importância das organizações político-partidárias de esquerda nesse processo. Avancemos na organização dos atos, avancemos na consciência da juventude, convoquemos todas e todos trabalhadores a estarem ombro a ombro conosco nessa luta. Queremos mais, podemos mais!

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física apoia o movimento nacional contra o aumento das passagens, repudia a ação do Governo Dilma/PT e suas expressões nos Governos Estaduais e Prefeituras e coloca-se ao lado da juventude que sai às ruas para reivindicar seus direitos.

CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS E TARIFAS DOS ÔNIBUS!

CONTRA A REPRESSÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS ATOS!

TODO APOIO A LUTA DA JUVENTUDE BRASILEIRA!

EM DEFESA DE UM TRANSPORTE PÚBLICO, DE QUALIDADE E PARA TODOS!

AMANHÃ VAI SER MAIOR!

Nota da ExNEEF sobre a Empresa Brasileira de Serviços e Recursos Hospitalares (EBSERH)

Ao final do ano de 2011, enquanto grande parcela dos trabalhadores comemorava mais um ano de lutas em torno da sobrevivência diária, perspectivando melhoras em seu cotidiano, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores demonstrava mais uma vez que entra ano e sai ano, nossos direitos são cada vez mais são atacados.

Dessa vez, o ataque vinha da mesma forma como veio quando da aprovação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) no ano de 2007, a partir de uma Medida Provisória, que sem debate amplo e democrático na base das universidades, encaminhava a criação de uma Empresa Pública de Direito Privado para gerenciar os Hospitais Universitários (HUs), a EBSERH.

A Empresa Brasileira de Serviços e Recursos Hospitalares (EBSERH) surge sob a justificativa de que os HU's possuem uma administração que se encontra atrasada de acordo com a estrutura do estado brasileiro, e que para isso necessita ser mais flexível para atender as demandas de organização de recursos e financiamento. Esta política, longe de parecer um processo de democratização do estado e dos hospitais universitários representa o processo em curso de neoliberalização da vida e privatização de todos os direitos sociais.

A tentativa de privatização dos HUs não é de hoje. Há tempos os setores privatistas da saúde procuravam formas de se inserir nesse lucrativo mercado, e o conseguiram fazer neste governo, que se diz dos trabalhadores mas que, na verdade, está dando continuidade às políticas de estado mínimo aos direitos sociais. Ao invés do governo ampliar os recursos públicos para a manutenção e melhoria dos Hospitais Universitários, defende a implementação de uma política que trará para os trabalhadores e estudantes deste setor a lógica empresarial de organização da universidade, demonstrando mais uma vez que saúde e educação são sim para esse governo uma mercadoria.

Tal lógica de organização dos HUs irá condicionar aos trabalhadores a corrida frenética para atender aos planos de metas da empresa, acarretando com isso a intensificação e precarização do trabalho docente, dos técnicos e dos acadêmicos que ainda utilizam dos HUs enquanto espaço de aprendizagem. Aos que se oporem a adesão a EBSERH, a alternativa colocada será o abandono do trabalho no setor ou até mesmo a desvinculação do serviço público.

Para os estudantes, fará com que os mesmos se insiram nos hospitais somente sob a perspectiva de atendimento ao público, o que acarretará a precarização do trabalho já no ambiente da formação, pois sem professores e técnicos podendo auxiliá-los, o tripé ensino-pesquisa-extensão jamais existirá para além de letra morta na constituição.

Já para a população que muitas vezes depende dos hospitais universitários como sendo o único ponto de saúde pública em sua região, a EBSERH atacará o SUS sob a perspectiva pública e gratuita, tendo em vista que possibilitará o sistema de dupla porta, no qual quem tem plano de saúde privado possui prioridade de atendimento em relação a grande massa de trabalhadores que utiliza o SUS.

Além de demonstrar que o interesse de classe do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores em nada se aproxima das necessidades e perspectivas da luta da classe trabalhadora, a EBSEH vem no bojo de desmonte do ensino superior público brasileiro. Como já apresentado, assim como as políticas do REUNI, PROUNI, SINAES/ENADE, essa medida acarretará a perda do caráter público e gratuito da universidade, rompendo com o tripé de produção e socialização do conhecimento que articula ensino-pesquisa-extensão e que coloca sob o Estado apenas o papel de controlar política e ideologicamente este setor.

Diante disso, nós da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física entendemos que a luta contra a EBSEH torna-se uma luta de fundamental importância no atual contexto de momento pós-greve das universidades públicas, pois aponta que se por um lado a greve demonstrou a insustentabilidade de uma política de ensino superior, por outro demonstra que a luta deve ser contínua e cada vez mais se articular com nosso cotidiano.

Assim, chamamos todos e todas as estudantes de educação física de todo o Brasil a se colocarem contrários a implementação da EBSEH em suas universidades, articulando atividades junto aos outros setores, como foi dado no processo de construção da greve nacional, defendendo com isso a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade socialmente referenciada na luta dos trabalhadores.

**Educação e Saúde não são mercadoria! Contra a EBSEH!
Por 10% do PIB para a Educação Pública já!
Contra o PNE 2013-2023 de Dilma/PT!**

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2012/2013**

Participação da ExNEEF no CONBRACE

Nos últimos meses o país foi tomado por grandes mobilizações! Milhões de pessoas foram às ruas, em sua maioria jovens, denunciando os problemas que atingem a maior parte da população. Tendo como estopim a luta pela redução das tarifas de ônibus, as mobilizações avançaram e colocaram reivindicações por mais investimento em saúde e educação públicas e questionando os bilhões de reais gastos para a realização da Copa do Mundo e Olimpíadas. Esses movimentos estão cada vez mais radicalizados, se chocando inclusive contra o regime. No Rio de Janeiro, por exemplo, está sendo agitada a pauta do FORA Cabral, e em diversas cidades do país os trabalhadores e a juventude ocuparam câmaras de vereadores e obtiveram vitórias importantes como o passe-livre em Goiânia. Juntamente com isso a organização dos setores em luta está sendo colocado em outro patamar, como a construção do Bloco de Lutas pelo transporte público em Porto Alegre, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte e o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem no Rio de Janeiro. Ou seja, o cenário político do país mudou!

Em meio a esses acontecimentos, ocorreu entre os dias 02 e 07 de agosto em Brasília, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), o evento da entidade científica mais importante de nossa área. Nós da ExNEEF, apesar de entendermos os limites políticos colocados nesse espaço, acreditamos na importância de intervir no mesmo, já que reúne centenas de estudantes e trabalhadores da Educação Física. A ExNEEF interviu nos últimos CONBRACE's questionando a falta de posicionamento dos temas polêmicos de nossa área, os quais o CBCE insiste em não responder. Em nosso último Conselho de Entidades de Base (II CONEEF), ocorrido no Ceará, devido a dificuldade de articulação de nossa intervenção no CONBRACE, deliberou-se que não interviríamos no espaço enquanto entidade, mas que participaríamos construindo espaços para apresentação da ExNEEF/MEEF e suas pautas. Infelizmente por motivos pessoais (que acarretou em ausências) e de desarticulação, os coordenadores da Regional V (região onde ocorreu o Congresso) não conseguiram organizar tais espaços. Os coordenadores de outras regionais que estavam presentes não deram conta de cumprir a tarefa encaminhada no II CONEEF na UFC. Desse ponto de vista viemos enquanto ExNEEF fazer o balanço negativo da ausência desses espaços.

Entretanto, queríamos chamar o conjunto do MEEF para fazer uma reflexão conosco. Diante da atual conjuntura do país, onde as mobilizações explodem espontaneamente, onde os ativistas mais combativos do país precisam dar respostas a uma conjuntura que exige muito de nossa capacidade física e mental (e aqui é importante frisar que os militantes do MEEF estiveram e estão construindo as principais lutas em curso no país), onde parte dos companheiros de luta sofrem com perseguição política, caso da UFRJ e da UFES (sede do nosso ENEEF), problemas financeiros de nossa entidade que não possibilitaram enviar nenhum militante de outra regional para o evento, a tarefa colocada de construir esses espaços no CONBRACE era algo prioritário nesse momento? Os ativistas do MEEF estão em cada canto do país travando a luta e com certeza construindo a nossa Executiva em cada uma delas. Não podemos fugir da responsabilidade do balanço, é obvio, mas nesse momento em que o cenário político exige tanto de nós, mais do que fazer balanços pessoais ou da gestão sobre esse episódio, o fundamental é que o conjunto dos estudantes que formam nosso movimento possam se apropriar de nossas pautas históricas e assim construí-las em todo país.

Certos de que nossa debilidade na construção dos espaços no CONBRACE é menor que nossa inserção nas lutas que pipocam em cada canto do país se enfrentando contra os governos municipais, estaduais e contra o governo de Dilma/PT, fazemos um chamado ao conjunto dos estudantes de Educação Física do país a construir o MEEF e a Executiva em cada estado e região e que possamos, mesmo nas adversidades, construir um grande ENEEF e sair armados para dar as respostas necessárias que a juventude de nosso país precisa.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Gestão 2012/2013.



EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Gestão 2012-2013

www.exneef.libertar.org